

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	ABRE A LEGISLAÇÃO SOBRE DISTRIBUIÇÃO G	LEI N. 5.768, DE	ABRE A LEGISLAÇÃO SOBRE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA DE PRÊMIOS, MEDIANTE	RINDE DO
	ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR SENADOR AR	DECRETO N. 1.459, DE	APROVA O REGULAMENTO DA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR SENADOR ARN	SAM.
	ACÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE N	ADLNº 4.827/2	ACÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 4.827 AL AGOAS - LEI Nº 7.372/2	ALAGOAS,
	ACRESCENTA À LEI Nº 9.868, DE 10.11.199, O C	LEI N. 12.063, DE	ACRESCENTA À LEI Nº 9.868, DE 10.11.199, O CAPÍTULO II, A QUE ESTABELECE	DE COMISSÃO
	ACRESCENTA AO ART. 176 DA CONSTITUIÇÃO	EMENDA CONSTITUCIONAL	ACRESCENTA AO ART. 176 DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS O § 1	ABELECE
	ACRESCENTA O § 4º AO ART. 66 DA LEI ESTAD	LEI N. 8.146, 19.8.2019	ACRESCENTA O § 4º AO ART. 66 DA LEI ESTADUAL Nº 6.161, DE 26 DE JUNHO	ACÇÃO DO
	ACRESCENTA O ART. 177-A À CONSTITUIÇÃO	EMENDA CONSTITUCIONAL	ACRESCENTA O ART. 177-A À CONSTITUIÇÃO ESTADUAL PARA AUTORIZAR A	SECTORES
	ACRESCENTA PARÁGRAFO ÚNICO AO ART. 2º	LEI N. 10.026, DE	ACRESCENTA PARÁGRAFO ÚNICO AO ART. 2º DA LEI Nº 9.682, DE 14.10.2025 -	RIAÇÃO DO
	ACUMULAÇÃO (CARGOS, FUNÇÕES E EMPRE	DECRETO N. 1.787, DE	ALTERA OS ARTIGOS 6º E 7º DO DECRETO Nº 38.382, DE 11 DE MAIO DE 2000,	E A ACUMU
	ADEQUAÇÃO DE PROVAS AOS PORTADORES	LEI N. 8.376, DE	DISPÕE SOBRE A ADEQUAÇÃO DE PROVAS AOS PORTADORES DE DEFICIÊN	ÇÕES QU
	ADMINISTRAÇÃO DO CANAL ADUTOR DO CAN	DECRETO N. 40.183, DE	DISPÕE SOBRE A ADMINISTRAÇÃO DO CANAL ADUTOR DO CANAL DO SERTÃO	UI O COM
	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (PODER EXECUTIV	DECRETO N. 37.609, DE	DISPÕE SOBRE ORGANIZAÇÃO, ATRIBUIÇÕES E FUNCIONAMENTO DA ADMINI	DO PODER
	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (PODER EXECUTIV	DECRETO N. 37.978, DE	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 37.609, DE 1º DE JANEIRO DE 2015, QUE DI	NIZAÇÃO,
	ALIENACÃO DE RECURSOS	LEI N. 6.159, 15.6.2000	AUTORIZA A ALIENACÃO DAS AÇÕES DE QUE TRATA, PERTENCENTES AO ES	E DÁ OUT
	ALTERA A COMPETÊNCIA MATERIAL E A DENO	LEI N. 8.580, 19.1.2022	ALTERA A COMPETÊNCIA MATERIAL E A DENOMINAÇÃO DOS JUÍZADOS ESPE	INÁNDIAS
	ALTERA A CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRAB	LEI N. 15.175, 23.7.2025	ALTERA A CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO, APROVADA PELO DECRE	IA DE EMP
	ALTERA A CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRAB	LEI N. 7.855, DE	ALTERA A CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO, ATUALIZA OS VALORES E	E IDEIAS
	ALTERA, ACRESCENTA E REVOGA DISPOSITIV	LEI N. 7.930, 4.10.2017	ALTERA, ACRESCENTA E REVOGA DISPOSITIVOS DA LEI ESTADUAL Nº 5.346,	QUE DO B
	ALTERA A DENOMINAÇÃO DA 3ª COMPANHIA	DECRETO N. 4.221, DE	ALTERA A DENOMINAÇÃO DA 3ª COMPANHIA DO 8º BATALHÃO DE POLÍCIA MI	ANHIA DE
	ALTERA A ESTRUTURA DA CARREIRA DE DE	LEI N. 8.641, 28.3.2022	ALTERA A ESTRUTURA DA CARREIRA DE DELEGADOS DE POLÍCIA CIVIL DO E	- PC/AL, E
	ALTERA A LEI 6.035, DE 02 DE JULHO DE 1998	LEI N. 8.528, DE	ALTERA A LEI 6.035, DE 02 DE JULHO DE 1998, QUE ASSEGURA O PAGAMENTO	PRECISAR
	ALTERA A LEI 8.233, DE 10 DE JANEIRO DE 202	LEI N. 8.605, 22.2.2022	ALTERA A LEI 8.233, DE 10 DE JANEIRO DE 2020, PARA CRIAR A OBRIGAÇÃO D	NA DESSE
	ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 160, DE	LEI	ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 160, DE 07.08.2017, PARA PERMITIR A PE	ADÓSCON
	ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 15, DE 22 D	LEI COMPLEMEN	ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 15, DE 22 DE NOVEMBRO DE 1996, A LEI CO	DE 26 DE
	ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 15, DE 22 D	LEI COMPLEMEN	ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 15, DE 22 DE NOVEMBRO DE 1996 E A LEI CO	4, DE 26 D
	ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 50, DE 15 D	LEI COMPLEMEN	ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 50, DE 15 DE OUTUBRO DE 2019, QUE DISP	A GESTOR

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	ALTERA A LEI DELEGADA Nº 43 DE 28 DE JUNHO DE 2007, QUE DEFINE AS ÁREAS DE INTERVENÇÃO DO GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, EM MATÉRIA DE SAÚDE PÚBLICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	LEI Nº 6.952, DE 7.4.2022	ALTERA A LEI DELEGADA Nº 43 DE 28 DE JUNHO DE 2007, QUE DEFINE AS ÁREAS DE INTERVENÇÃO DO GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, EM MATÉRIA DE SAÚDE PÚBLICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	DEMANSC
	ALTERA A LEI DELEGADA Nº 47 DE 10 DE AGOSTO DE 2015, NO TOCANTE A NOMEAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	LEI N. 9.155, DE 19.1.2024	ALTERA A LEI DELEGADA Nº 47 DE 10 DE AGOSTO DE 2015, NO TOCANTE A NOMEAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	ERÍCIA OF
	ALTERA A LEI DELEGADA Nº 48 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022, QUE INSTITUI O REGIME DE TRABALHO EM TEMPO INTEGRAL PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	LEI Nº 9.690, DE 11.4.2013	ALTERA A LEI DELEGADA Nº 48 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022, QUE INSTITUI O REGIME DE TRABALHO EM TEMPO INTEGRAL PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	QUADRO
	ALTERA A LEI DELEGADA Nº 48 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022, QUE INSTITUI O REGIME DE TRABALHO EM TEMPO INTEGRAL PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	LEI Nº 9.690, DE 11.4.2013	ALTERA A LEI DELEGADA Nº 48 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022, QUE INSTITUI O REGIME DE TRABALHO EM TEMPO INTEGRAL PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	QUADRO
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.514 DE 23 DE SETEMBRO DE 2004, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME DE TRABALHO EM TEMPO INTEGRAL PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	LEI N. 7.469, DE 11.4.2013	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.514 DE 23 DE SETEMBRO DE 2004, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME DE TRABALHO EM TEMPO INTEGRAL PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	OS E AS C
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.907 DE 3 DE JANEIRO DE 2008, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME DE TRABALHO EM TEMPO INTEGRAL PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	LEI Nº 8.481, DE 2.12.2023	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.907 DE 3 DE JANEIRO DE 2008, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME DE TRABALHO EM TEMPO INTEGRAL PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	SEPRODS
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 3.185 DE 1º DE DEZEMBRO DE 1971, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME DE TRABALHO EM TEMPO INTEGRAL PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	LEI Nº 8.481, DE 2.12.2023	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 3.185 DE 1º DE DEZEMBRO DE 1971, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME DE TRABALHO EM TEMPO INTEGRAL PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	EQUESTAS
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 4.597 DE 13 DE DEZEMBRO DE 1984, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME DE TRABALHO EM TEMPO INTEGRAL PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	LEI N. 8.409, DE 3.5.2021	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 4.597 DE 13 DE DEZEMBRO DE 1984, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME DE TRABALHO EM TEMPO INTEGRAL PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	ICIAIS MIL
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 5.346 DE 26 DE MAIO DE 1992, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME DE TRABALHO EM TEMPO INTEGRAL PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	LEI Nº 9.381, DE 7.6.2022	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 5.346 DE 26 DE MAIO DE 1992, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME DE TRABALHO EM TEMPO INTEGRAL PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	STADOCIALS
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 5.355 DE 23 DE JUNHO DE 1992, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME DE TRABALHO EM TEMPO INTEGRAL PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	LEI N. 9.475, DE 6.7.2023	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 5.355 DE 23 DE JUNHO DE 1992, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME DE TRABALHO EM TEMPO INTEGRAL PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	DEICAND
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.456 DE 20 DE JANEIRO DE 2004, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME DE TRABALHO EM TEMPO INTEGRAL PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	LEI N. 8.884, DE 6.7.2023	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.456 DE 20 DE JANEIRO DE 2004, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME DE TRABALHO EM TEMPO INTEGRAL PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	ANTE REDA
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.514 DE 23 DE SETEMBRO DE 2004, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME DE TRABALHO EM TEMPO INTEGRAL PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	LEI Nº 9.392, DE 4.12.2019	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.514 DE 23 DE SETEMBRO DE 2004, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME DE TRABALHO EM TEMPO INTEGRAL PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	QAS DA A
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.514 DE 23 DE SETEMBRO DE 2004, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME DE TRABALHO EM TEMPO INTEGRAL PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	LEI N. 8.209, DE 4.12.2019	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.514 DE 23 DE SETEMBRO DE 2004, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME DE TRABALHO EM TEMPO INTEGRAL PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	QAS DA A
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.514 DE 23 DE SETEMBRO DE 2004, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME DE TRABALHO EM TEMPO INTEGRAL PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	LEI N. 7.599, DE 3.4.2014	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.514 DE 23 DE SETEMBRO DE 2004, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME DE TRABALHO EM TEMPO INTEGRAL PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	QAS DA A
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.540 DE 7 DE DEZEMBRO DE 2004, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME DE TRABALHO EM TEMPO INTEGRAL PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	LEI N. 8.785, DE 14.3.2024	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.540 DE 7 DE DEZEMBRO DE 2004, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME DE TRABALHO EM TEMPO INTEGRAL PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	ACÃOISTO
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.555 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2004, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME DE TRABALHO EM TEMPO INTEGRAL PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	LEI N. 9.173, DE 14.3.2024	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.555 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2004, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME DE TRABALHO EM TEMPO INTEGRAL PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	ADADEFOM
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.564 DE 5 DE JANEIRO DE 2005, QUE INSTITUI O REGIME DE TRABALHO EM TEMPO INTEGRAL PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	LEI N. 8.645, DE 31.3.2022	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.564 DE 5 DE JANEIRO DE 2005, QUE INSTITUI O REGIME DE TRABALHO EM TEMPO INTEGRAL PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	DEGASZAR
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.907 DE 3 DE JANEIRO DE 2008, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME DE TRABALHO EM TEMPO INTEGRAL PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	LEI N. 8.741, DE 2.8.2022	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.907 DE 3 DE JANEIRO DE 2008, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME DE TRABALHO EM TEMPO INTEGRAL PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	SEPRODS
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.991 DE 24 DE OUTUBRO DE 2008, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME DE TRABALHO EM TEMPO INTEGRAL PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	LEI N. 8.506, DE 27.9.2021	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.991 DE 24 DE OUTUBRO DE 2008, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME DE TRABALHO EM TEMPO INTEGRAL PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	COFROGR
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 7.397 DE 3 DE AGOSTO DE 2012, QUE DISCIPLINA O REGIME DE TRABALHO EM TEMPO INTEGRAL PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	LEI N. 7.884, DE 25.5.2017	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 7.397 DE 3 DE AGOSTO DE 2012, QUE DISCIPLINA O REGIME DE TRABALHO EM TEMPO INTEGRAL PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	O ESTADO
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 7.581 DE 7 DE FEVEREIRO DE 2014, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME DE TRABALHO EM TEMPO INTEGRAL PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	LEI N. 7.952, DE 23.2.2021	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 7.581 DE 7 DE FEVEREIRO DE 2014, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME DE TRABALHO EM TEMPO INTEGRAL PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	ROSERMO
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 7.581 DE 7 DE FEVEREIRO DE 2014, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME DE TRABALHO EM TEMPO INTEGRAL PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	LEI N. 8.385, DE 23.2.2021	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 7.581 DE 7 DE FEVEREIRO DE 2014, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME DE TRABALHO EM TEMPO INTEGRAL PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	ROSERMO
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 7.729 DE 15 DE SETEMBRO DE 2015, QUE INSTITUI O REGIME DE TRABALHO EM TEMPO INTEGRAL PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	LEI N. 8.784, DE 6.7.2023	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 7.729 DE 15 DE SETEMBRO DE 2015, QUE INSTITUI O REGIME DE TRABALHO EM TEMPO INTEGRAL PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	BECAÇÃO
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 7.965 DE 9 DE JANEIRO DE 2018, QUE INSTITUI O REGIME DE TRABALHO EM TEMPO INTEGRAL PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	LEI N. 8.321, DE 29.05.2019	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 7.965 DE 9 DE JANEIRO DE 2018, QUE INSTITUI O REGIME DE TRABALHO EM TEMPO INTEGRAL PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	ÇA ALAGO
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 8.113 DE 29 DE MAIO DE 2019, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME DE TRABALHO EM TEMPO INTEGRAL PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.		ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 8.113 DE 29 DE MAIO DE 2019, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME DE TRABALHO EM TEMPO INTEGRAL PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	PAROINDA

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 8.135, DE 7 DE AGOSTO DE 2019, QUE VEDA A NO	LEI N. 8.560, DE 20.1.2023	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 8.135, DE 7 DE AGOSTO DE 2019, QUE VEDA A NO	
	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 8.669, DE 19 DE MAIO DE 2022, QUE DISPÕE SOBRE	LEI N. 9.979, DE 2.07.2026	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 8.669, DE 19 DE MAIO DE 2022, QUE DISPÕE SOBRE	
	ALTERA A LEI Nº 10.406, DE 10.01.2002 (CÓDIGO CIVIL), PARA TORNAR EXIGÍVE	LEI N. 14.405, DE 11.7.2022	ALTERA A LEI Nº 10.406, DE 10.01.2002 (CÓDIGO CIVIL), PARA TORNAR EXIGÍVE	
	ALTERA A LEI Nº 12.232, DE 29.04.2010, PARA DISPOR SOBRE AS CONTRATAÇÕ	LEI N. 14.356, DE 31.5.2022	ALTERA A LEI Nº 12.232, DE 29.04.2010, PARA DISPOR SOBRE AS CONTRATAÇÕ	
	ALTERA A LEI Nº 13.475, DE 28.08.2017, QUE DISPÕE SOBRE O EXERCÍCIO DA	LEI N. 14.163, DE 9.6.2021	ALTERA A LEI Nº 13.475, DE 28.08.2017, QUE DISPÕE SOBRE O EXERCÍCIO DA	
	ALTERA A LEI Nº 13.876, DE 20.09.2019, E A LEI Nº 8.213, DE 24.07.1991, PARA D	LEI N. 14.331, DE 4.5.2022	ALTERA A LEI Nº 13.876, DE 20.09.2019, E A LEI Nº 8.213, DE 24.07.1991, PARA D	
	ALTERA A LEI Nº 14.124, DE 10.03.2021, QUE DISPÕE SOBRE AS MEDIDAS EXC	LEI N. 14.259, DE 7.12.2021	ALTERA A LEI Nº 14.124, DE 10.03.2021, QUE DISPÕE SOBRE AS MEDIDAS EXC	
	ALTERA A LEI Nº 7.210, DE 11.07.1984 (LEI DE EXECUÇÃO PENAL), PARA ASSE	LEI N. 14.326, DE 12.4.2022	ALTERA A LEI Nº 7.210, DE 11.07.1984 (LEI DE EXECUÇÃO PENAL), PARA ASSE	
	ALTERA A LEI Nº 8.069, DE 13.07.1990 (ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESC	LEI N. 14.548, DE 13.4.2023	ALTERA A LEI Nº 8.069, DE 13.07.1990 (ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESC	
	ALTERA A LEI Nº 8.069, DE 13.07.1990 (ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESC	LEI N. 13.010, DE 26.6.2014	ALTERA A LEI Nº 8.069, DE 13.07.1990 (ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESC	
	ALTERA A LEI Nº 8.429, DE 02.06.1992, QUE DISPÕE SOBRE A IMPROBIDADE A	LEI N. 14.230, DE 12.4.2022	ALTERA A LEI Nº 8.429, DE 02.06.1992, QUE DISPÕE SOBRE A IMPROBIDADE A	
	ALTERA A LEI Nº 9.096, DE 19.09.1995 (LEI DOS PARTIDOS POLÍTICOS), A FIM D	LEI N. 13.831, DE 17.5.2019	ALTERA A LEI Nº 9.096, DE 19.09.1995 (LEI DOS PARTIDOS POLÍTICOS), A FIM D	
	ALTERA A LEI Nº 9.096, DE 19.09.1995 (LEI DOS PARTIDOS POLÍTICOS), PARA D	LEI N. 14.291, DE 3.1.2022	ALTERA A LEI Nº 9.096, DE 19.09.1995 (LEI DOS PARTIDOS POLÍTICOS), PARA D	
	ALTERA A LEI Nº 9.394, DE 20.12.1996 (LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCA	LEI N. 14.333, DE 4.5.2022	ALTERA A LEI Nº 9.394, DE 20.12.1996 (LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCA	
	ALTERA A LEI Nº 10.048, DE 08.11.2000, PARA GARANTIR DIREITOS AOS ACOM	LEI N. 14.364, DE 1.6.2022	ALTERA A LEI Nº 10.048, DE 08.11.2000, PARA GARANTIR DIREITOS AOS ACOM	
	ALTERA A LEI Nº 10.257, DE 10 DE JULHO DE 2001 (ESTATUTO DA CIDADE), PA	LEI N. 14.849, DE 2.5.2024	ALTERA A LEI Nº 10.257, DE 10 DE JULHO DE 2001 (ESTATUTO DA CIDADE), PA	
	ALTERA A LEI Nº 10.826, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2003 (ESTATUTO DO DESAR	LEI N. 15.306, DE 13.5.2019	ALTERA A LEI Nº 10.826, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2003 (ESTATUTO DO DESAR	
	ALTERA A LEI Nº 11.340, DE 07.08.2006 (LEI MARIA DA PENHA), PARA AUTORIZ	LEI N. 13.827, DE 13.5.2019	ALTERA A LEI Nº 11.340, DE 07.08.2006 (LEI MARIA DA PENHA), PARA AUTORIZ	
	ALTERA A LEI Nº 11.340, DE 07.08.2006 (LEI MARIA DA PENHA) E O DECRETO	LEI N. 13.772, DE 8.3.2022	ALTERA A LEI Nº 11.340, DE 07.08.2006 (LEI MARIA DA PENHA) E O DECRETO	
	ALTERA A LEI Nº 11.340, DE 07.08.2006 (LEI MARIA DA PENHA), PARA DETERMI	LEI N. 14.310, DE 8.3.2022	ALTERA A LEI Nº 11.340, DE 07.08.2006 (LEI MARIA DA PENHA), PARA DETERMI	
	ALTERA A LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006 (LEI MARIA DA PENHA), O D	LEI N. 15.384, DE 9.04.2026	ALTERA A LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006 (LEI MARIA DA PENHA), O D	
	ALTERA A LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006 (LEI MARIA DA PENHA), PA	LEI N. 14.857, DE 21.5.2024	ALTERA A LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006 (LEI MARIA DA PENHA), PA	
	ALTERA A LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006 (LEI MARIA DA PENHA), PA	LEI N. 15.380, DE 12.4.2025	ALTERA A LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006 (LEI MARIA DA PENHA), PA	
	ALTERA A LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006 (LEI MARIA DA PENHA), PA	LEI N. 15.125, DE 24.4.2025	ALTERA A LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006 (LEI MARIA DA PENHA), PA	
	ALTERA A LEI Nº 11.343, DE 23.08.2006 (LEI ANTIDROGAS), PARA EXCLUIR A P	LEI N. 14.322, DE 6.4.2022	ALTERA A LEI Nº 11.343, DE 23.08.2006 (LEI ANTIDROGAS), PARA EXCLUIR A P	
	ALTERA A LEI Nº 11.350, DE 05.10.2006, A FIM DE CONSIDERAR OS AGENTES C	LEI N. 14.536, DE 20.1.2023	ALTERA A LEI Nº 11.350, DE 05.10.2006, A FIM DE CONSIDERAR OS AGENTES C	

Seção de Informática

AS DE AB
EGURANÇ
PREVENI
ANTES, PA
ACRIAR
BORAÇÃO
ACRIAR
FASIA DO
MUNICÍPI
REINTEIN
SOPRESSÃO
TO DÁ PRI
ACEDERÁ
DAS DE ON
INFORMA
TEA DE IN
ÊNCIA DO
PRODUT
RÓAS COM
SUSQUE
DO SEMO
ÇÕES QUE
D'ONDE PER

Secção de Informática

Produzido por Central de Acesso aos Sistemas da PMAL

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.609 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019	RESOLUÇÃO	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.609 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019 QUE DISPÕE	
	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.610/TSE DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019	RESOLUÇÃO	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.610/TSE DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019 QUE DIS	
	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.669/2021 - TSE DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021	RESOLUÇÃO	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.669/2021 - TSE DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021 QUE DISPÕE SOB	
	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.673 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021	RESOLUÇÃO	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.673 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021 QUE DISPÕE SOBRE OS PRO	
	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.673/TSE DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021	RESOLUÇÃO	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.673/TSE DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021 QUE DIS	
	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.705/TSE DE 03 DE FEVEREIRO DE 2021	RESOLUÇÃO	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.705/TSE DE 03 DE FEVEREIRO DE 2021 QUE DIS	
	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.751 DE 26 DE DEZEMBRO DE 2026	RESOLUÇÃO	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.751 DE 26 DE DEZEMBRO DE 2026 QUE DISPÕE SOBRE OS ATO	
	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.760 DE 02 DE MARÇO DE 2026	RESOLUÇÃO	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 23.760 DE 02 DE MARÇO DE 2026 QUE ESTABELECE O CALENDÁR	
	ALTERA A RESOLUÇÃO - TSE Nº 23.673 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021	RESOLUÇÃO	ALTERA A RESOLUÇÃO - TSE Nº 23.673 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021 QUE DI	
	ALTERA A RESOLUÇÃO TSE Nº 23.673 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021	RESOLUÇÃO	ALTERA A RESOLUÇÃO TSE Nº 23.673 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021 QUE DIS	
	ALTERA A RESOLUÇÃO-TSE Nº 23.673 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021	RESOLUÇÃO	ALTERA A RESOLUÇÃO-TSE Nº 23.673 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021 QUE DIS	
	ALTERA AS LEIS COMPLEMENTARES ESTADUAIS NºS 44 DE 13 DE JUNHO DE 2000	COMPLEMENT	ALTERA AS LEIS COMPLEMENTARES ESTADUAIS NºS 44 DE 13 DE JUNHO DE	
	ALTERA AS LEIS ESTADUAIS NºS 6.197 DE 26 DE SETEMBRO DE 2000	LEI N. 8.533, DE	ALTERA AS LEIS ESTADUAIS NºS 6.197 DE 26 DE SETEMBRO DE 2000 QUE ES	
	ALTERA AS LEIS ESTADUAIS NºS 6.540 DE 7 DE DEZEMBRO DE 2004 E 7.820 DE 20 DE SETEMBRO DE 2006	LEI N. 8.647, 31.3.2022	ALTERA AS LEIS ESTADUAIS NºS 6.540 DE 7 DE DEZEMBRO DE 2004 E 7.820 DE	
	ALTERA AS LEIS Nº 13.675 DE 11 DE JUNHO DE 2018 QUE CRIA A POLÍTICA NACIONAL DE	LEI N. 14.531, 10.1.2023	ALTERA AS LEIS Nº 13.675 DE 11 DE JUNHO DE 2018 QUE CRIA A POLÍTICA NACIONAL DE	
	ALTERA AS LEIS Nº 7.116 DE 29 DE AGOSTO DE 1983 E 9.454 DE 7 DE ABRIL DE 1983	LEI N. 14.534, 11.1.2023	ALTERA AS LEIS Nº 7.116 DE 29 DE AGOSTO DE 1983 E 9.454 DE 7 DE ABRIL DE	
	ALTERA AS LEIS Nº 9.096 DE 19 DE OUTUBRO DE 1995 E LEI Nº 9.504 DE 30 DE OUTUBRO DE 1997	LEI N. 13.877, 27.9.2019	ALTERA AS LEIS Nº 9.096 DE 19 DE OUTUBRO DE 1995 E LEI Nº 9.504 DE 30 DE OUTUBRO DE	
	ALTERA AS LEIS Nº 9.504 DE 30 DE OUTUBRO DE 1997 E LEI Nº 9.096 DE 19 DE OUTUBRO DE 1995	LEI N. 13.165, 29.9.2015	ALTERA AS LEIS Nº 9.504 DE 30 DE OUTUBRO DE 1997 E LEI Nº 9.096 DE 19 DE OUTUBRO DE	
	ALTERA AS LEIS NºS 11.340 DE 7 DE AGOSTO DE 2006 (LEI MARIA DA PENHA)	LEI N. 15.383, 9.04.2026	ALTERA AS LEIS NºS 11.340 DE 7 DE AGOSTO DE 2006 (LEI MARIA DA PENHA)	
	ALTERA AS LEIS NºS 11.794 DE 8 DE OUTUBRO DE 2008 E 6.360 DE 23 DE SETEMBRO DE 2006	LEI N. 15.183, 30.7.2025	ALTERA AS LEIS NºS 11.794 DE 8 DE OUTUBRO DE 2008 E 6.360 DE 23 DE SET	
	ALTERA AS LEIS NºS 5.785 DE 23 DE JUNHO DE 1972 E LEI Nº 9.612 DE 19 DE OUTUBRO DE 1997	LEI N. 13.424, 28.3.2017	ALTERA AS LEIS NºS 5.785 DE 23 DE JUNHO DE 1972 E LEI Nº 9.612 DE 19 DE OUTUBRO DE	
	ALTERA AS LEIS NºS 7.116 DE 29 DE AGOSTO DE 1983 E 9.454 DE 7 DE ABRIL DE 1983	LEI N. 14.534, 11.1.2023	ALTERA AS LEIS NºS 7.116 DE 29 DE AGOSTO DE 1983 E 9.454 DE 7 DE ABRIL DE	
	ALTERA A TABELA DE CLASSIFICAÇÃO DE OBRAS DE ARTE	LEI N. 4.212, 5.12.1980	ALTERA A TABELA DE CLASSIFICAÇÃO DE OBRAS DE ARTE	
	ALTERA A TABELA DE SALÁRIOS DO PESSOAL DO DEPARTAMENTO DE ESTRUTURA	DECRETO N. 4.514 DE 28.3.2022	ALTERA A TABELA DE SALÁRIOS DO PESSOAL DO DEPARTAMENTO DE ESTRUTURA	
	ALTERA DA LEI ESTADUAL Nº 6.251 DE 20 DE JULHO DE 2001 QUE DISPÕE SOBRE	LEI N. 8.636, 28.3.2022	ALTERA DA LEI ESTADUAL Nº 6.251 DE 20 DE JULHO DE 2001 QUE DISPÕE SOBRE	
	ALTERA DISPOSIÇÕES DAS LEIS QUE MENCIONA E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS	LEI N. 4.330, 30.3.1982	ALTERA DISPOSIÇÕES DAS LEIS QUE MENCIONA E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	ALTERA DISPOSITIVO DA LEI ESTADUAL Nº 536 DE 8 DE MAIO DE 1992, PAR	LEI N. 9.090, DE 31.5.2022	ALTERA DISPOSITIVO DA LEI ESTADUAL Nº 536 DE 8 DE MAIO DE 1992, PAR	BATORIANO
	ALTERA DISPOSITIVO DA LEI ESTADUAL Nº 7159 DE 17 DE JUNHO DE 2010, E	LEI N. 8.670, DE 31.5.2022	ALTERA DISPOSITIVO DA LEI ESTADUAL Nº 7159 DE 17 DE JUNHO DE 2010, E	ANDRESSA
	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 7 DE 18 DE JULHO DE 2003, QUE INSTITUI	LEI N. 8.670, DE 31.5.2022	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 7 DE 18 DE JULHO DE 2003, QUE INSTITUI	SOUZAPAGE
	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI DELEGADA Nº 48 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022, QUE INSTITUI	LEI N. 8.670, DE 31.5.2022	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI DELEGADA Nº 48 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022, QUE INSTITUI	RODADAD
	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI DELEGADA Nº 48 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022, QUE INSTITUI	LEI N. 8.670, DE 31.5.2022	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI DELEGADA Nº 48 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022, QUE INSTITUI	DELOPDE
	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI DELEGADA Nº 48 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022, QUE INSTITUI	LEI N. 8.670, DE 31.5.2022	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI DELEGADA Nº 48 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022, QUE INSTITUI	DELOPDE
	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI DELEGADA Nº 48 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022, QUE INSTITUI	LEI N. 8.670, DE 31.5.2022	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI DELEGADA Nº 48 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022, QUE INSTITUI	DELOPDE
	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI DELEGADA Nº 48 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022, QUE INSTITUI	LEI N. 8.670, DE 31.5.2022	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI DELEGADA Nº 48 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022, QUE INSTITUI	DELOPDE
	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI DELEGADA Nº 48 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022, QUE INSTITUI	LEI N. 8.670, DE 31.5.2022	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI DELEGADA Nº 48 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022, QUE INSTITUI	DELOPDE
	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI DELEGADA Nº 48 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022, QUE INSTITUI	LEI N. 8.670, DE 31.5.2022	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI DELEGADA Nº 48 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022, QUE INSTITUI	DELOPDE
	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 3.421 DE 20 DE DEZEMBRO DE 1974 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	LEI N. 4.200, DE 10.3.2021	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 3.421 DE 20 DE DEZEMBRO DE 1974 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	DELOPDE
	ALTERA DISPOSITIVOS QUE MENCIONA DO DECRETO Nº 2.468 DE 02 DE DEZEMBRO DE 1974	DECRETO N. 4.292, DE 10.3.2021	ALTERA DISPOSITIVOS QUE MENCIONA DO DECRETO Nº 2.468 DE 02 DE DEZEMBRO DE 1974	SADABIN
	ALTERA E ACRESCENTA DISPOSITIVOS À LEI Nº 5.247 DE 26 DE JUNHO DE 1990, QUE INSTITUI	LEI N. 8.391, DE 10.3.2021	ALTERA E ACRESCENTA DISPOSITIVOS À LEI Nº 5.247 DE 26 DE JUNHO DE 1990, QUE INSTITUI	REIOMRBO
	ALTERA O § 3º DO ART. 98 DA LEI Nº 8.112 DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990, PARA ESTENDER O	LEI N. 13.370, DE 14.7.2004	ALTERA O § 3º DO ART. 98 DA LEI Nº 8.112 DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990, PARA ESTENDER O	ESPECIAE
	ALTERA O ANEXO ÚNICO DA LEI Nº 6.442 DE 31 DE DEZEMBRO DE 2003, QUE INSTITUI	LEI N. 6.502, DE 14.7.2004	ALTERA O ANEXO ÚNICO DA LEI Nº 6.442 DE 31 DE DEZEMBRO DE 2003, QUE INSTITUI	APAS SER
	ALTERA O ANEXO ÚNICO DO DECRETO ESTADUAL Nº 25.212 DE 6 DE MARÇO DE 2004, QUE	DECRETO N. 29.258 DE 12.6.2023	ALTERA O ANEXO ÚNICO DO DECRETO ESTADUAL Nº 25.212 DE 6 DE MARÇO DE 2004, QUE	RAMONER
	ALTERA O ART. 10 DA LEI ESTADUAL Nº 6.456 DE 20 DE JANEIRO DE 2004, QUE INSTITUI	LEI N. 8.177, DE 15.12.2025	ALTERA O ART. 10 DA LEI ESTADUAL Nº 6.456 DE 20 DE JANEIRO DE 2004, QUE INSTITUI	OSSEME
	ALTERA O ART. 147-B DO DECRETO-LEI Nº 2.848 DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940, QUE INSTITUI	LEI N. 15.123, DE 24.4.2025	ALTERA O ART. 147-B DO DECRETO-LEI Nº 2.848 DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940, QUE INSTITUI	FEAESTO
	ALTERA O ART. 261 DA LEI ESTADUAL Nº 6.564 DE 5 DE JANEIRO DE 2005, QUE INSTITUI	LEI N. 8.867, DE 12.6.2023	ALTERA O ART. 261 DA LEI ESTADUAL Nº 6.564 DE 5 DE JANEIRO DE 2005, QUE INSTITUI	OUVIDORI
	ALTERA O ART. 5º DA LEI DELEGADA Nº 21 DE 04 DE ABRIL DE 2003, QUE DISPÕE	LEI N. 8.552, DE 15.12.2025	ALTERA O ART. 5º DA LEI DELEGADA Nº 21 DE 04 DE ABRIL DE 2003, QUE DISPÕE	ELHO EST
	ALTERA O CÓDIGO DE PROCESSO PENAL PARA AGRAVAR A	LEI N. 15.272, DE 5.12.2025	ALTERA O CÓDIGO DE PROCESSO PENAL PARA AGRAVAR A	REVENTRA
	ALTERA O CÓDIGO PENAL PARA AGRAVAR A	LEI N. 15.280, DE 5.12.2025	ALTERA O CÓDIGO PENAL PARA AGRAVAR A	REVENTRA
	ALTERA O DECRETO ESTADUAL DE Nº 30.018 DE 17 DE JANEIRO DE 2014, QUE INSTITUI	DECRETO N. 83.071 DE 8.3.2025	ALTERA O DECRETO ESTADUAL DE Nº 30.018 DE 17 DE JANEIRO DE 2014, QUE INSTITUI	ONESTAS
	ALTERA O DECRETO ESTADUAL DE Nº 30.019 DE 17 DE JANEIRO DE 2014, QUE INSTITUI	DECRETO N. 83.070 DE 8.3.2025	ALTERA O DECRETO ESTADUAL DE Nº 30.019 DE 17 DE JANEIRO DE 2014, QUE INSTITUI	SONCHESA
	ALTERA O DECRETO ESTADUAL DE Nº 30.019 DE 17 DE JANEIRO DE 2014, QUE INSTITUI	DECRETO N. 69.581 DE 23.08.2025	ALTERA O DECRETO ESTADUAL DE Nº 30.019 DE 17 DE JANEIRO DE 2014, QUE INSTITUI	IRO DE 20
	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 17.760, DE 16 DE JANEIRO DE 2012, QUE R	DECRETO N. 23.086 DE 23.08.2025	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 17.760, DE 16 DE JANEIRO DE 2012, QUE R	SEFADPR

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 35.142, DE 15 DE AGOSTO DE 2014, QUE R	DECRETO N.º 83.069, DE 15 DE AGOSTO DE 2014, QUE R	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 35.142, DE 15 DE AGOSTO DE 2014, QUE R	DETALHES
	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 35.142, DE 15 DE AGOSTO DE 2014, QUE R	DECRETO N.º 95.540, DE 15 DE AGOSTO DE 2014, QUE R	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 35.142, DE 15 DE AGOSTO DE 2014, QUE R	DETALHES
	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 36.615, DE 21 DE JUNHO DE 1995, QUE REG	DECRETO N.º 71.978, DE 21 DE JUNHO DE 1995, QUE REG	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 36.615, DE 21 DE JUNHO DE 1995, QUE REG	DETALHES
	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 3.081, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2008, QUE ESTABELE	DECRETO Nº 3.081, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2008, QUE ESTABELE	ALTERA O DECRETO Nº 3.081, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2008, QUE ESTABELE	DETALHES
	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 4.804, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2010, A EIM	DECRETO Nº 4.804, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2010, A EIM	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 4.804, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2010, A EIM	DETALHES
	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 57.008, DE 2 DE JANEIRO DE 2018, QUE INS	DECRETO N.º 74.007, DE 2 DE JANEIRO DE 2018, QUE INS	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 57.008, DE 2 DE JANEIRO DE 2018, QUE INS	DETALHES
	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 70.145, DE 22 DE JUNHO DE 2020, QUE INS	DECRETO Nº 70.145, DE 22 DE JUNHO DE 2020, QUE INS	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 70.145, DE 22 DE JUNHO DE 2020, QUE INS	DETALHES
	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 70.145, DE 22 DE JUNHO DE 2020	DECRETO N.º 74.341, DE 22 DE JUNHO DE 2020	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 70.145, DE 22 DE JUNHO DE 2020	DETALHES
	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 70.912, QUE DISPÕE SOBRE A AVERBAÇÃO	DECRETO N.º 94.872, DE 15.245, DE 07 DE DEZEMBRO DE 1940 (CÓDIGO PEN	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 70.912, QUE DISPÕE SOBRE A AVERBAÇÃO	DETALHES
	ALTERA O DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 07 DE DEZEMBRO DE 1940 (CÓDIGO PEN	LEI N.º 15.397, DE 07 DE DEZEMBRO DE 1940 (CÓDIGO PEN	ALTERA O DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 07 DE DEZEMBRO DE 1940 (CÓDIGO PEN	DETALHES
	ALTERA O DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940 (CÓDIGO PEN	LEI N.º 15.353, DE 03.2026, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940 (CÓDIGO PEN	ALTERA O DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940 (CÓDIGO PEN	DETALHES
	ALTERA O DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940 (CÓDIGO PEN	LEI N.º 14.752, DE 03.10.1941 (CÓDIGO DE PROCESSO PEN	ALTERA O DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940 (CÓDIGO PEN	DETALHES
	ALTERA O DECRETO-LEI Nº 3.689, DE 03.10.1941 (CÓDIGO DE PROCESSO PEN	DECRETO N.º 10.841, DE 16.12.2019, QUE DISPÕE SOBRE O CONSEL	ALTERA O DECRETO-LEI Nº 3.689, DE 03.10.1941 (CÓDIGO DE PROCESSO PEN	DETALHES
	ALTERA O DECRETO Nº 10.177, DE 16.12.2019, QUE DISPÕE SOBRE O CONSEL	DECRETO N.º 11.881, DE 1º DE MAIO DE 2023, QUE INSTITUI GRUPO	ALTERA O DECRETO Nº 10.177, DE 16.12.2019, QUE DISPÕE SOBRE O CONSEL	DETALHES
	ALTERA O DECRETO Nº 11.514, DE 1º DE MAIO DE 2023, QUE INSTITUI GRUPO	DECRETO N.º 11.880, DE 28 DE SETEMBRO DE 2023, QUE DISPÕE SO	ALTERA O DECRETO Nº 11.514, DE 1º DE MAIO DE 2023, QUE INSTITUI GRUPO	DETALHES
	ALTERA O DECRETO Nº 11.722, DE 28 DE SETEMBRO DE 2023, QUE DISPÕE SO	DECRETO Nº 2.181, DE 20.03.1997, QUE DISPÕE SOBRE A ORGANIZ	ALTERA O DECRETO Nº 11.722, DE 28 DE SETEMBRO DE 2023, QUE DISPÕE SO	DETALHES
	ALTERA O DECRETO Nº 2.181, DE 20.03.1997, QUE DISPÕE SOBRE A ORGANIZ	DECRETO Nº 4.074, DE 04.01.2002, PARA DISPOR SOBRE O ENVASE	ALTERA O DECRETO Nº 2.181, DE 20.03.1997, QUE DISPÕE SOBRE A ORGANIZ	DETALHES
	ALTERA O DECRETO Nº 4.074, DE 04.01.2002, PARA DISPOR SOBRE O ENVASE	DECRETO N.º 11.040, DE 22.11.2007, QUE REGULAMENTA A LEI Nº 9.9	ALTERA O DECRETO Nº 4.074, DE 04.01.2002, PARA DISPOR SOBRE O ENVASE	DETALHES
	ALTERA O DECRETO Nº 6.268, DE 22.11.2007, QUE REGULAMENTA A LEI Nº 9.9	DECRETO N.º 11.130, DE 22.07.2008, PARA DISPOR SOBRE AS INERAC	ALTERA O DECRETO Nº 6.268, DE 22.11.2007, QUE REGULAMENTA A LEI Nº 9.9	DETALHES
	ALTERA O DECRETO Nº 6.514, DE 22.07.2008, PARA DISPOR SOBRE AS INERAC	DECRETO N.º 11.080, DE 09.05.2016, QUE INSTITUI O CONSELHO NAC	ALTERA O DECRETO Nº 6.514, DE 22.07.2008, PARA DISPOR SOBRE AS INERAC	DETALHES
	ALTERA O DECRETO Nº 6.514, DE 22.07.2008, PARA DISPOR SOBRE AS INERAC	DECRETO N.º 11.481, DE 30.08.2018, PARA DISPOR SOBRE O PROGRA	ALTERA O DECRETO Nº 6.514, DE 22.07.2008, PARA DISPOR SOBRE AS INERAC	DETALHES
	ALTERA O DECRETO Nº 8.750, DE 09.05.2016, QUE INSTITUI O CONSELHO NAC	DECRETO N.º 11.107, DE 05.12.2018, E O DECRETO Nº 10.153, DE 03	ALTERA O DECRETO Nº 8.750, DE 09.05.2016, QUE INSTITUI O CONSELHO NAC	DETALHES
	ALTERA O DECRETO Nº 9.489, DE 30.08.2018, PARA DISPOR SOBRE O PROGRA	DECRETO N.º 11.479, DE 22.11.2018, PARA DISPOR SOBRE O DIREITO	ALTERA O DECRETO Nº 9.489, DE 30.08.2018, PARA DISPOR SOBRE O PROGRA	DETALHES
	ALTERA O DECRETO Nº 9.492, DE 05.12.2018, E O DECRETO Nº 10.153, DE 03	DECRETO N.º 9.981, DE 25.06.2019, QUE REGULAMENTA A LEI Nº 10	ALTERA O DECRETO Nº 9.492, DE 05.12.2018, E O DECRETO Nº 10.153, DE 03	DETALHES
	ALTERA O DECRETO Nº 9.579, DE 22.11.2018, PARA DISPOR SOBRE O DIREITO	ALTERA O DRECRETO N.º 8.033, DE 27.06.2013, QUE REGULAMENTA O DISPOS	ALTERA O DECRETO Nº 9.579, DE 22.11.2018, PARA DISPOR SOBRE O DIREITO	DETALHES
	ALTERA O DECRETO Nº 9.847, DE 25.06.2019, QUE REGULAMENTA A LEI Nº 10		ALTERA O DRECRETO N.º 8.033, DE 27.06.2013, QUE REGULAMENTA O DISPOS	DETALHES
	ALTERA O DRECRETO N.º 8.033, DE 27.06.2013, QUE REGULAMENTA O DISPOS			DETALHES

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	ALTERA O INCISO I DO CAPUT DO ART. 51 DA	LEI N. 8.126, 11.7.2019.	ALTERA O INCISO I DO CAPUT DO ART. 51 DA LEI ESTADUAL Nº 5.346 DE 26 DE	
	ALTERA O INCISO V DO ART. 15 DA LEI ESTAD	LEI N. 8.178, DE	ALTERA O INCISO V DO ART. 15 DA LEI ESTADUAL Nº 6.456 DE 20 DE JANEIR	
	ALTERA O INCISO XVI DO ART. 40 DA CONSTIT	EMENDA CONSTITUCIO	ALTERA O INCISO XVI DO ART. 40 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL ACRESCENT	
	ALTERA OS ARTS. 8º E 10 DA LEI Nº 8.069 DE	LEI N. 14.721, 8.11.2023.	ALTERA OS ARTS. 8º E 10 DA LEI Nº 8.069 DE 13.07.1990 (ESTATUTO DA CRIAN	
	ALTERA OS DECRETOS LEIS NºS 2.848 DE 07	LEI N. 14.245, DE	ALTERA OS DECRETOS LEIS Nºs 2.848 DE 07.12.1940 (CÓDIGO PENAL) E 3.68	
	ALTERA OS PARÁGRAFOS 2º E 3º DO ART. 63	EMENDA COM	ALTERA OS PARÁGRAFOS 2º e 3º DO ART. 63 DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO	
	ALTERA O VALOR E OS BENEFICIÁRIOS DA VE	DECRETO Nº	ALTERA OS §§ 1º, 2º, 3º E CAPUT DO ART. 1º DO DECRETO ESTADUAL DE Nº 30	
	ALTERA CIRCUNSTÂNCIA ATENUANTE E VER	LEI N. 15.160, 3.7.2025.	MODIFICA OS ARTS. 65 E 115 DO DECRETO LEI Nº 2.848 DE 7 DE DEZEMBRO	
	ALTERA RESOLUÇÃO Nº 606 DE 03 E SETEMB	RESOLUÇÃO	ALTERA RESOLUÇÃO Nº 606 DE 03 E SETEMBRO DE 2019 - INSTITUÍDA A "COM	
	AMPLIA O DIREITO DAS MULHERES À CIBUR	LEI N. 15.171, 17.7.2025.	ALTERA A LEI Nº 9.797 DE 6 DE MAIO DE 1999 E A LEI Nº 9.656 DE 3 DE JUNHO	
	ANEXO 1 LISTAGEM DE ELIMINAÇÃO DE DO	FORMULÁRIO	ANEXO 1 LISTAGEM DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS - ANEXO 2 EDITAL DE	
	ANULOU A EXIGÊNCIA DE MULTA ANTES DE	LEI N. 12.249, 11.6.2010.	ANULOU A EXIGÊNCIA DE MULTA ANTES DE RECORRER EM SEGUNDA INSTÂ	
	APERFEIÇO A LEGISLAÇÃO PENAL E PROCE	LEI N. 13.964, DE	APERFEIÇO A LEGISLAÇÃO PENAL E PROCESSUAL PENAL	
	APRESENTAÇÃO E USO DE DOCUMENTOS DE	LEI N. 5.553, 6.12.1968.	DISPÕE SOBRE A APRESENTAÇÃO E USO DE DOCUMENTOS DE IDENTIFICAÇ	
	APROVA A ESTRUTURA REGIMENTAL E O QU	DECRETO N. 12.540 DE	APROVA A ESTRUTURA REGIMENTAL E O QUADRO DEMONSTRATIVO DOS CA	
	APROVA A NORMA TÉCNICA REFERENTE A G	PORTARIA M	APROVA A NORMA TÉCNICA REFERENTE A GRANADAS POLICIAIS DE EMPREG	
	APROVA A NORMA TÉCNICA REFERENTE A G	PORTARIA M	APROVA A NORMA TÉCNICA REFERENTE A GRANADAS POLICIAIS DE EMPREG	
	APROVA A NORMA TÉCNICA REFERENTE A G	PORTARIA M	APROVA A NORMA TÉCNICA REFERENTE A GRANADAS POLICIAIS DE EMPREG	
	APROVA A ORGANIZAÇÃO BÁSICA DA POLÍ	LEI N. 6.399, 15.8.2003.	APROVA A ORGANIZAÇÃO BÁSICA DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGO	
	APROVA A ORGANIZAÇÃO BÁSICA DA POLÍ	LEI N. 6.230, 19.4.2001.	APROVA A ORGANIZAÇÃO BÁSICA DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGO	
	APROVA AS INSTRUÇÕES GERAIS PARA APLIC	PORTARIA Nº	APROVA AS INSTRUÇÕES GERAIS PARA APLICAÇÃO DO REGULAMENTO DE C	
	APROVA AS NORMAS DO CERIMONIAL PÚBLI	DECRETO N. 70.274 DE	APROVA AS NORMAS DO CERIMONIAL PÚBLICO E A ORDEM GERAL DE PREC	
	APROVA AS NORMAS PARA AQUISIÇÃO REG	PORTARIA Nº	PORTARIA Nº 167/2024 - COLOG/CEX DE 22 DE JANEIRO DE 2024 - APROVA A	
	APROVA O ESTATUTO DO SERVIÇO SOCIAL A	DECRETO N. 4.265 DE	APROVA O ESTATUTO DO SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO DO AL-PREVIDÊNCIA	
	APROVA O REGIMENTO INTERNO DO CONSEL	DECRETO N. 3.700 DE	APROVA O REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA	
	APROVA O REGULAMENTO DE CONTINÊNCIAS	PORTARIA Nº	APROVA O REGULAMENTO DE CONTINÊNCIAS, HONRAS, SINAIS DE RESPEITO	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	APROVA O REGULAMENTO DE PRODUTOS	DECRETO N. 10.030 DE	APROVA O REGULAMENTO DE PRODUTOS CONTROLADOS	
	APROVA O REGULAMENTO PARA AS POLÍCIAS MILITARES E CORPOS DE BOMBEIROS	DECRETO Nº	APROVA O REGULAMENTO PARA AS POLÍCIAS MILITARES E CORPOS DE MILITARES (R-200)	
	ASSEGURA AOS PAIS E RESPONSÁVEIS O DIREITO DE VEDAR A PARTICIPAÇÃO	LEI N. 10.022 DE	ASSEGURA AOS PAIS E RESPONSÁVEIS O DIREITO DE VEDAR A PARTICIPAÇÃO	EM ATIVID
	ASSEGURA O ATENDIMENTO PRIORITÁRIO ÀS PESSOAS COM DIABETES MEL	LEI N. 9.172, 12.3.2024	ASSEGURA O ATENDIMENTO PRIORITÁRIO ÀS PESSOAS COM DIABETES MEL	S PÚBLICO
	ALIMENTAR AS PENAS APLICADAS AO FURTO	LEI N. 15.181, 28.7.2025	ALTERA O DECRETO-LEI Nº 2.848 DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940 (CÓDIGO PENAL)	SAO PENAL
	ALIMENTAR AS PENAS COMINADAS AO CRIME	LEI N. 14.064, 29.9.2020	ALTERA A LEI Nº 9.605 DE 12.02.1998 PARA ALIMENTAR AS PENAS COMINADAS	S-TRATOS
	AUTORIZA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA A FIRMAR INSTRUMENTOS DE PARCE	LEI N. 13.800, 4.1.2019	AUTORIZA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA A FIRMAR INSTRUMENTOS DE PARCE	ES DE AUT
	AUTORIZA A CRIAÇÃO DE LIMA CENTRAL DE EMPREGOS PARA PESSOAS POR	LEI N. 8.838, 4.4.2023	AUTORIZA A CRIAÇÃO DE LIMA CENTRAL DE EMPREGOS PARA PESSOAS POR	ÊNCIA - C
	AUTORIZA A CRIAÇÃO DO CADASTRO NACIONAL DE ANIMAIS DOMÉSTICOS	LEI N. 15.069 DE	AUTORIZA A CRIAÇÃO DO CADASTRO NACIONAL DE ANIMAIS DOMÉSTICOS	
	AUTORIZA A CRIAÇÃO DO PROGRAMA CUIDANDO DE QUEM CUIDA DA MENTE	LEI N. 10.027 DE	AUTORIZA A CRIAÇÃO DO PROGRAMA CUIDANDO DE QUEM CUIDA DA MENTE	ADO DE A
	AUTORIZA A OZONIOTERAPIA NO TERRITÓRIO NACIONAL	LEI N. 14.648, 4.8.2023	AUTORIZA A OZONIOTERAPIA NO TERRITÓRIO NACIONAL	ABENÇOA
	AUTORIZA A PRORROGAÇÃO DE CONTRATOS POR TEMPO DETERMINADO NO	LEI N. 14.323, 12.4.2022	AUTORIZA A PRORROGAÇÃO DE CONTRATOS POR TEMPO DETERMINADO NO	ABENÇOA
	AUTORIZA A REALIZAÇÃO DE EVENTOS TESTE TÉCNICO-CIENTÍFICOS ESPOR	LEI N. 8.810, 20.1.2023	AUTORIZA A REALIZAÇÃO DE EVENTOS TESTE TÉCNICO-CIENTÍFICOS ESPOR	OS DOIST
	AUTORIZA A TRANSEERÊNCIA DE CADETES OU ASPIRANTES A OFICIAL DA PO	LEI N. 5.809, 27.2.1996	AUTORIZA A TRANSEERÊNCIA DE CADETES OU ASPIRANTES A OFICIAL DA PO	STRABENÇOA
	AUTORIZA E REGULAMENTA AS ASSEMBLEIAS CONDOMINIAIS NO FORMATO	LEI N. 8.652, 13.4.2022	AUTORIZA E REGULAMENTA AS ASSEMBLEIAS CONDOMINIAIS NO FORMATO	BOIDOPAN
	AUTORIZA O ESTADO DE ALAGOAS A CELEBRAR OPERAÇÃO CONTRATUAL P	LEI N. 8.398, 25.3.2021	AUTORIZA O ESTADO DE ALAGOAS A CELEBRAR OPERAÇÃO CONTRATUAL P	DE VACIN
	AUTORIZA O GOVERNO DO ESTADO A CRIAR COTA PARA MULHERES EM SITI	LEI N. 9.513, 1.4.2025	AUTORIZA O GOVERNO DO ESTADO A CRIAR COTA PARA MULHERES EM SITI	BOIDOPAN
	AUTORIZA O GOVERNO DO ESTADO A CRIAR O PROGRAMA JOÃO E MARIA OI	LEI N. 9.455 DE	AUTORIZA O GOVERNO DO ESTADO A CRIAR O PROGRAMA JOÃO E MARIA OI	ER DIRETR
	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRATAR OPERAÇÃO DE CRÉDITO EXT	LEI N. 8.691, 21.6.2022	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRATAR OPERAÇÃO DE CRÉDITO EXT	BOIDOPAN
	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRATAR OPERAÇÃO DE CRÉDITO JUN	LEI N. 8.680, 9.6.2022	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRATAR OPERAÇÃO DE CRÉDITO JUN	BOIDOPAN
	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CRIAR O PROGRAMA "HORTA ESCOLAR" C	LEI N. 8.601, 22.2.2022	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CRIAR O PROGRAMA "HORTA ESCOLAR" C	BOIDOPAN
	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CRIAR PROGRAMAS DE QUALIFICAÇÃO E	LEI N. 9.450 DE	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CRIAR PROGRAMAS DE QUALIFICAÇÃO E	BOIDOPAN
	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A DAR TRATAMENTO IGUALITÁRIO AOS SER	LEI N. 14.643, 2.8.2023	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A DAR TRATAMENTO IGUALITÁRIO AOS SER	BOIDOPAN
	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A IMPLANTAR SERVIÇO DE MONITORAMENT	LEI N. 6.120, 22.9.1999	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A IMPLANTAR SERVIÇO DE MONITORAMENT	BOIDOPAN
	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A INSTITUIR O QUADRO ESPECIAL PECULIAE	LEI N. 8.133, 7.8.2019	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A INSTITUIR O QUADRO ESPECIAL PECULIAE	BOIDOPAN
	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A PROMOVER A ALIENAÇÃO DE BENS PÚBLI		AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A PROMOVER A ALIENAÇÃO DE BENS PÚBLI	BOIDOPAN

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A REALIZAR	LEI N. 8.418, 19.5.2021	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A REALIZAR EXAME DE VISTA NA CRIANÇA C	SISTEMA D
	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A TRANSFERIR	LEI N. 9.279, 20.6.2024	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A TRANSFERIR RECURSOS PROVENIENTES	ESSECRE
	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO DO ESTADO	LEI N. 8.970, 20.9.2023	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO DO ESTADO DE ALAGOAS A CRIAR CURSO E	ÂMBITO P
	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO FEDERAL A	LEI N. 14.343, 19.5.2022	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO FEDERAL A DOAR IMUNIZANTES CONTRA CO	VISIONAL
	BAIXA AS ESPECIFICAÇÕES DOS CARGOS RE	DECRETO N. 4.462 DE	BAIXA AS ESPECIFICAÇÕES DOS CARGOS REESTRUTURADOS NOS TERMOS	2.12.1977.
	BEBIDA ALCOÓLICA (PROIBIÇÃO PARA MENOR	DECRETO N. 27.039 DE	REGULAMENTA A LEI ESTADUAL Nº 7.329 DE 5 DE JANEIRO DE 2012 QUE PRO	ALAGOAS
	BEBIDA ALCOÓLICA (PROIBIÇÃO PARA MENOR	LEI N. 7.329, 5.1.2012	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DA VENDA, OFERTA, FORNECIMENTO, ENTREG	CONSUMO
	CADASTRO ELEITORAL PARA ELEIÇÕES 2020	RESOLUÇÃO	DISPÕE SOBRE O CRONOGRAMA OPERACIONAL DO CADASTRO ELEITORAL E	2020 E DÁ C
	CALENDÁRIO ELEITORAL 2020	RESOLUÇÃO	CALENDÁRIO ELEITORAL 2020 - ELEIÇÕES 2020	
	CALENDÁRIO ELEITORAL - ELEIÇÕES 2024	RESOLUÇÃO	CALENDÁRIO ELEITORAL - ELEIÇÕES 2024	
	CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO	DECRETO N. 17.439 DE	REGULAMENTA A LEI ESTADUAL Nº 7.294 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2011	
	CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO	LEI N. 7.294, DE	CRIA CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO NO ÂMBITO DO PODER EXEC	ÇÃO EXCI
	CARTILHA AGU - ELEIÇÕES 2026	MANUAL DA	CARTILHA AGU - ELEIÇÕES 2026 - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO - CONDUTAS	NTES PÚBL
	CARTILHA MPM - ELEIÇÕES 2024 - O MINISTÉRI	CARTILHA MPM	CARTILHA MPM - ELEIÇÕES 2024 - O MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR E AS ELEI	
	CARTILHA PGE - CARTILHA DA CÂMARA DE PRE	CARTILHA PGE - CPRAC	CARTILHA PGE - CARTILHA DA CÂMARA DE PREVENÇÃO E RESOLUÇÃO ADMI	FLITOS DO
	CARTILHA PGE - CONDUTAS VEDADAS AOS AG	CARTILHA PGE	CARTILHA PGE - CONDUTAS VEDADAS AOS AGENTES PÚBLICOS EM PERÍODO	O 2018
	CARTILHA PGE - CONDUTAS VEDADAS AOS AG	CARTILHA PGE	CARTILHA PGE - CONDUTAS VEDADAS AOS AGENTES PÚBLICOS EM PERÍODO	O 2022
	CARTILHA PGE - CONDUTAS VEDADAS AOS AG	CARTILHA PGE	CARTILHA PGE - CONDUTAS VEDADAS AOS AGENTES PÚBLICOS EM PERÍODO	CAZOS C
	CASA MILITAR DO PALÁCIO DO GOVERNO (ES	LEI N. 6.179, 8.8.2000	DISPÕE SOBRE A ESTRUTURA DA CASA MILITAR DO PALÁCIO DO GOVERNO	GOAS.
	CASA MILITAR DO PALÁCIO DO GOVERNO (ES	LEI N. 6.210, DE	DISPÕE SOBRE A ESTRUTURA DA CASA MILITAR DO PALÁCIO DO GOVERNO	OAS.
	CENTRO DE FORMAÇÃO E APERFEÇOAMENT	DECRETO N. 1.818 DE	APROVA O REGULAMENTO DO CENTRO DE FORMAÇÃO E APERFEÇOAMENT	
	CLASSIFICA A VISÃO MONOCULAR COMO DEF	LEI Nº 14.126	CLASSIFICA A VISÃO MONOCULAR COMO DEFICIÊNCIA SENSORIAL DO TIPO	
	CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CO	DECRETO Nº	DETERMINA A CLASSIFICAÇÃO NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGOAS CONE	STANCIAM
	CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CO	DECRETO Nº	DETERMINA A CLASSIFICAÇÃO NO ESTADO DE ALAGOAS CONFORME O PLAN	ITO SOCIA
	CLASSIFICA OS CARGOS DO SERVIÇO CIVIL D	LEI N. 2.249, 15.6.1960	CLASSIFICA OS CARGOS DO SERVIÇO CIVIL DO PODER EXECUTIVO E DÁ OUT	
	CÓDIGO BRASILEIRO DE TELECOMUNICAÇÃO	LEI N. 4.117, 27.8.1962	INSTITUI O CÓDIGO BRASILEIRO DE TELECOMUNICAÇÕES	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	CÓDIGO CIVIL	LEI N. 10.406, 10.1.2002	INSTITUI O CÓDIGO CIVIL	
	CÓDIGO DE ÁGUAS	DECRETO N. 24.643 DE	INSTITUI O CÓDIGO DE ÁGUAS	
	CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR	LEI N. 8.078, 11.9.1990	DISPÕE SOBRE A PROTEÇÃO DO CONSUMIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	
	CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	LEI N. 13.105, 16.3.2015	INSTITUI O CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	
	CÓDIGO DE PROCESSO PENAL	DECRETO LEI N. 3.689	INSTITUI O CÓDIGO DE PROCESSO PENAL	
	CÓDIGO DE PROCESSO PENAL MILITAR	DECRETO LEI N. 1.002	INSTITUI O CÓDIGO DE PROCESSO PENAL MILITAR	
	CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO	LEI N. 9.503, 23.9.1997	INSTITUI O CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO	
	CÓDIGO ELEITORAL	LEI N. 4.737, 15.7.1965	INSTITUI O CÓDIGO ELEITORAL	
	CÓDIGO FLORESTAL	LEI N. 12.651, 25.5.2012	INSTITUI O CÓDIGO FLORESTAL - DISPÕE SOBRE A PROTEÇÃO DA VEGETAÇÃO	
	CÓDIGO PENAL	DECRETO LEI N. 2.848	INSTITUI O CÓDIGO PENAL	
	CÓDIGO PENAL MILITAR	DECRETO LEI N. 1.001	INSTITUI O CÓDIGO PENAL MILITAR	
	COMISSÃO MISTA ESPECIAL (DIAGNÓSTICO D	DECRETO N. 35.707 DE	CONSTITUI COMISSÃO MISTA ESPECIAL PARA O FIM QUE MENCIONA	
	COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES	DECRETO N. 40.941 DE	DESIGNA OS MEMBROS DO COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES DE F	ARIA DO E
	COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES	DECRETO N. 40.054 DE	CONSTITUI COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES DE DEFESA AGROPE	
	COMITÊ DE MEDIAÇÃO DE CONFLITOS AGRÁRIOS	DECRETO N. 39.672 DE	DESIGNA OS NOVOS MEMBROS DO COMITÊ DE MEDIAÇÃO DE CONFLITOS AG	
	COMITÊ DE MEDIAÇÃO DE CONFLITOS AGRÁRIOS	DECRETO N. 11.054 DE	INSTITUI O COMITÊ DE MEDIAÇÃO DE CONFLITOS AGRÁRIOS	
	COMITÊ INTEGRADO DE SEGURANÇA NO TRÂNSITO	DECRETO N. 17.450 DE	DESIGNA OS MEMBROS DO COMITÊ INTEGRADO DE SEGURANÇA NO TRÂNSITO	
	COMITÊ INTEGRADO PARA A REDUÇÃO DA MORALIDADE	DECRETO N. 29.273 DE	DESIGNA OS MEMBROS DO COMITÊ QUE MENCIONA	
	COMPENSAÇÃO FINANCEIRA	LEI N. 6.035, 2.7.1998	ASSEGURA, NA FORMA QUE ESTIPULA, A PAGA DE COMPENSAÇÃO FINANCEIRA	TARES, BO
	COMPETÊNCIA AO MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA	DECRETO Nº	DELEGA A COMPETÊNCIA AO MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA PARA APROV	O DE CON
	COMUNICAÇÃO SOBRE INDISPONIBILIDADE DO	NP Nº 313901	TRANSCRITAÇÃO DE OFÍCIO CIRCULAR Nº E-41/2025/SEPLAG - COMUNICAÇÃO S	DADE DO
	CONCEDE INDULTO NATALINO E COMUTACÃO	DECRETO N. 12.338 DE	CONCEDE INDULTO NATALINO E COMUTACÃO DE PENA E DÁ OUTRAS PROVI	024.
	CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO	LEI N. 8.618, 22.2.2022	CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO DO ESTADO DE ALAGOAS AO	REPÚBLICA
	CONCEDER ISENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA	PORTARIA Nº	CONCEDER ISENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA E DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCI	ABES, S
	CONCURSO PÚBLICO 2012 (COMISSÃO MISTA	DECRETO N. 24.505 DE	ALTERA A COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO MISTA ORGANIZADORA DO CONCURSO	TO DA SE
	CONCURSO PÚBLICO 2012 (COMISSÃO MISTA	DECRETO N. 17.528 DE	CONSTITUI COMISSÃO MISTA ORGANIZADORA DO CONCURSO PÚBLICO NO Â	RIA DE ES

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	CONCURSO PÚBLICO 2012 (COMISSÃO MISTA	DECRETO N. 23.198 DE	DESIGNA MEMBROS DA COMISSÃO MISTA ORGANIZADORA DO CONCURSO P	DA SECRE
	CONFEERE A PROFISSIONAIS DO SEXO FEMININO	LEI N. 9.722, DE	CONFEERE A PROFISSIONAIS DO SEXO FEMININO A EXCLUSIVIDADE NOS CUIR	DE CRIANÇAS
	CONSELHO DE DISCIPLINA DA PMAL	LEI N. 4.000, DE	DISPÕE SOBRE O CONSELHO DE DISCIPLINA DA POLÍCIA MILITAR DE ALAGOAS	
	CONSELHO DE JUSTIFICACÃO NA PMAL	LEI N. 4.218, 5.12.1980	DISPÕE SOBRE O CONSELHO DE JUSTIFICACÃO NA POLÍCIA MILITAR DO EST	DA OUTRA
	CONSELHO DELIBERATIVO DO AL-PREVIDÊNCIA	DECRETO N. 6.369 DE	DESIGNA OS MEMBROS DO CONSELHO DELIBERATIVO DO AL-PREVIDÊNCIA	
	CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DA CRIANÇA	LEI N. 5.812, 27.2.1996	DÁ NOVA REDACÇÃO A LEI ESTADUAL Nº 5.336 DE 08 DE MAIO DE 1992 E ADO	ÊNCIAS.
	CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DA CRIANÇA	LEI N. 5.336, 8.5.1992	NORMATIZA O CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLES	ADOTA PR
	CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DOS HUMANOS	LEI N. 5.974, 9.12.1997	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DOS DIREI	
	CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA	LEI DELEGADA	ALTERA A DENOMINAÇÃO DO CONSELHO ESTADUAL DE JUSTIÇA E SEGURAN	E SUAS CO
	CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA	DECRETO N. 11.226 DE	DÁ NOVA REDACÇÃO AOS ARTS. 2º E 5º DA LEI DELEGADA Nº 42 DE 14 DE MAIO	RA A DEN
	CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA	DECRETO N. 33.328 DE	ALTERA O DECRETO ESTADUAL Nº 3.700 DE 31 DE AGOSTO DE 2007 QUE AP	INTERNO
	CONSELHO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE ALAGOAS	DECRETO N. 1.756 DE	APROVA O REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE	N-AL.
	CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA	DECRETO N. 18.512 DE	DESIGNA OS NOVOS MEMBROS DO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA	DESCENTE
	CONSELHOS COMUNITÁRIOS DE DEFESA SOCIAL	DECRETO N. 10.812 DE	ESTIMULA A CRIAÇÃO DOS CONSELHOS COMUNITÁRIOS DE DEFESA SOCIAL	DÊNCIAS.
	CONSELHOS COMUNITÁRIOS DE DEFESA SOCIAL	DECRETO N. 21.454 DE	AUTORIZA A SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA SOCIAL EM PARCERIA CO	S DE GEST
	CONSIDERA A LIGA DE QUADRILHAS JIUNINAS	LEI N. 8.583, 19.1.2022	CONSIDERA A LIGA DE QUADRILHAS JIUNINAS DE ALAGOAS – LIGAL COMO PA	L E IMATE
	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO	LEI N. 8.686, 21.6.2022	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO ALAGOANA DE SURE-AA	
	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO	LEI N. 8.690, 21.6.2022	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO COM	IAL OSMAN
	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO	LEI N. 8.656, 13.4.2022	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL E RECRE	LMARES.
	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO	LEI N. 8.660, 25.4.2022	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO EM BUSCA DE SOBRIOS	
	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL	LEI N. 8.571, 4.1.2022	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL A ASSOCIAÇÃO DE HEMOEÍLI	OCALIZAD
	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL	LEI N. 8.705, 6.7.2022	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL A ASSOCIAÇÃO VIDA E CIDAD	
	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL	LEI N. 8.572, 4.1.2022	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL A LIGA DE QUADRILHA JIUNIN	DAL.
	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL	LEI N. 8.689, 21.6.2022	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL O INSTITUTO ABRACE	
	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA O CLUBE	LEI N. 8.693, 21.6.2022	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA O CLUBE DE REGATAS BRASIL – CRB	
	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA O INSTITUTO	LEI N. 8.703, 6.7.2022	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA O INSTITUTO ANIMAL ESPERANÇA	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA O INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	LEI N. 8.556, DE 1995	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA O INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	DESC.
	CONSOLIDA ATOS NORMATIVOS EDITADOS PELO PODER EXECUTIVO FEDERAL	DECRETO N. 9.579 DE 1996	CONSOLIDA ATOS NORMATIVOS EDITADOS PELO PODER EXECUTIVO FEDERAL	BRASIL
	CONSTITUIÇÃO ESTADUAL	CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS DE 1989 - EMENDA CONSTITUCIONAL	CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS DE 1989 - EMENDA CONSTITUCIONAL	
	CONSTITUIÇÃO ESTADUAL	CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS DE 1989 - EMENDA CONSTITUCIONAL	CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS DE 1989 - EMENDA CONSTITUCIONAL	
	CONSTITUIÇÃO FEDERAL	CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988 - EMENDA CONSTITUCIONAL	CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988 - EMENDA CONSTITUCIONAL	7, DE 2020
	CONSTITUI COMISSÃO ESTADUAL NO ÂMBITO DA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO	PORTARIA SE 105.357 DE 2003	CONSTITUI COMISSÃO ESTADUAL NO ÂMBITO DA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO	SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
	CONSTITUI COMISSÃO MISTA ORGANIZADORA DO CONCURSO PÚBLICO NO ÂMBITO DA POLÍCIA MILITAR DE ALAGOAS	DECRETO N. 83.887 DE 2005	CONSTITUI COMISSÃO MISTA ORGANIZADORA DO CONCURSO PÚBLICO NO ÂMBITO DA POLÍCIA MILITAR DE ALAGOAS	MILITAR DE ALAGOAS
	CONSTITUI COMISSÃO ORGANIZADORA COM A FINALIDADE DE REALIZAR A TERCERATA DA ALMOARÇA	DECRETO N. 7.845 DE 2005	CONSTITUI COMISSÃO ORGANIZADORA COM A FINALIDADE DE REALIZAR A TERCERATA DA ALMOARÇA	ALMOARÇA
	CREDENCIAMENTO DE SEGURANÇA E TRATAMENTO DE DADOS	LEI N. 9.612, DE 18.7.2025	REGULAMENTA PROCEDIMENTOS PARA CREDENCIAMENTO DE SEGURANÇA E TRATAMENTO DE DADOS	INFORMAÇÃO
	CRIA A CAMPANHA PERMANENTE DE COMBATE À MISOGINIA NO ESTADO DE ALAGOAS	LEI N. 10.693, DE 25.6.2003	CRIA A CAMPANHA PERMANENTE DE COMBATE À MISOGINIA NO ESTADO DE ALAGOAS	RAS PROVINCIAIS
	CRIA A CARREIRA DE AGENTE PENITENCIÁRIO FEDERAL NO QUADRO DE PESSOAL DA JUSTIÇA	DECRETO N. 10.981 DE 2005	CRIA A CARREIRA DE AGENTE PENITENCIÁRIO FEDERAL NO QUADRO DE PESSOAL DA JUSTIÇA	O DA JUSTIÇA
	CRIA A MEDALHA DO SERVIÇO MILITAR E ALTERA O DECRETO Nº 40.556 DE 1995	DECRETO N. 11.089 DE 2005	CRIA A MEDALHA DO SERVIÇO MILITAR E ALTERA O DECRETO Nº 40.556 DE 1995	ALMOARÇA
	CRIA A ORDEM DO MÉRITO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA	LEI N. 9.499, DE 14.2.2025	CRIA A ORDEM DO MÉRITO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA	
	CRIA A POLÍTICA ESTADUAL DE VALORIZAÇÃO DA ESCRITÓRIA E DO ESCRITÓRIO	DECRETO N. 70.396 DE 2005	CRIA A POLÍTICA ESTADUAL DE VALORIZAÇÃO DA ESCRITÓRIA E DO ESCRITÓRIO	E INCENTIVO
	CRIA APP EM IMÓVEL DO BPMON DA PMAL	LEI N. 6.895, DE 2005	CRIA A ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE EM IMÓVEL DO REGIMENTO DE POLÍCIA	CONTADO DE
	CRIAÇÃO DA 29ª VARA CÍVEL DA CAPITAL - CRIACÃO DA DELEGACIA ESPECIAL DOS CRIMES CONTRA VIDA	LEI N. 8.364, DE 2005	CRIA NO ÂMBITO DO PODER JUDICIÁRIO ESTADUAL - A 29ª VARA CÍVEL DA CAPITAL - CRIACÃO DA DELEGACIA ESPECIAL DOS CRIMES CONTRA VIDA	AGRÁRIOS
	CRIAÇÃO DO BOLETIM DE OCORRÊNCIA (BO) DA POLÍCIA MILITAR	DECRETO N. 1407 DE 2005	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO BOLETIM DE OCORRÊNCIA (BO) DA POLÍCIA MILITAR	OUTRAS PESSOAS
	CRIAÇÃO DO COMITÊ DE GERENCIAMENTO DE IMPACTOS E BENEFÍCIOS	DECRETO Nº 1407 DE 2005	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO COMITÊ DE GERENCIAMENTO DE IMPACTOS E BENEFÍCIOS	S E ADOTADO
	CRIAÇÃO DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE AVIAÇÃO - DEPARTAMENTO DE AVIAÇÃO	LEI Nº 9.390, DE 35.142 DE 2005	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE AVIAÇÃO - DEPARTAMENTO DE AVIAÇÃO	SE DO COMITÊ
	CRIAÇÃO DO SERVIÇO VOLUNTÁRIO REMUNE	DECRETO N. 69.463 DE 2005	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO SERVIÇO VOLUNTÁRIO REMUNE	OMAS RES
	CRIAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO GABINETE DE CRISE DA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO	LEI N. 4.350, DE 17.5.1982	REGULAMENTA A LEI ESTADUAL Nº 7.581 DE 7 DE FEVEREIRO DE 2014 QUE CRIA O GABINETE DE CRISE DA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO	MTA DO DE
	CRIA CARGO ISOLADO DE PROVIMENTO EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	LEI N. 4.333, DE 13.4.1982	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO GABINETE DE CRISE DA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO	ÊNCIA - G
	CRIA CARGOS DE PROCURADOR DE JUSTIÇA E ADOTA PROVIDÊNCIAS CORR	LEI N. 15.234, DE 7.10.2025	CRIA CARGOS DE PROCURADOR DE JUSTIÇA E ADOTA PROVIDÊNCIAS CORR	GISLATIVO
	CRIA CAUSA DE AUMENTO DE PENA PARA O CRIME DE VENDER FORNECER	LEI N. 9.500, DE 14.2.2025	CRIA CAUSA DE AUMENTO DE PENA PARA O CRIME DE VENDER FORNECER	DETERMINA
	CRIA MULTA ADMINISTRATIVA NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGOAS PARA PE		CRIA MULTA ADMINISTRATIVA NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGOAS PARA PE	EXATIDÃO

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	LEI Nº 1.000, DE 19.09.2016	LEI Nº 1.000, DE 19.09.2016	LEI Nº 1.000, DE 19.09.2016	
	LEI Nº 9.599, DE 18.7.2025	LEI Nº 9.599, DE 18.7.2025	LEI Nº 9.599, DE 18.7.2025	
	LEI Nº 12.127, DE 11.10.2020	LEI Nº 12.127, DE 11.10.2020	LEI Nº 12.127, DE 11.10.2020	
	LEI Nº 14.069, DE 11.10.2020	LEI Nº 14.069, DE 11.10.2020	LEI Nº 14.069, DE 11.10.2020	
	LEI Nº 8.396, DE 19.3.2021	LEI Nº 8.396, DE 19.3.2021	LEI Nº 8.396, DE 19.3.2021	
	LEI Nº 10.015, DE 11.10.2020	LEI Nº 10.015, DE 11.10.2020	LEI Nº 10.015, DE 11.10.2020	
	LEI Nº 2.509, DE 4.12.1962	LEI Nº 2.509, DE 4.12.1962	LEI Nº 2.509, DE 4.12.1962	
	LEI Nº 14.261, DE 19.1.2022	LEI Nº 14.261, DE 19.1.2022	LEI Nº 14.261, DE 19.1.2022	
	LEI Nº 8.582, DE 19.1.2022	LEI Nº 8.582, DE 19.1.2022	LEI Nº 8.582, DE 19.1.2022	
	LEI Nº 14.147, DE 19.1.2022	LEI Nº 14.147, DE 19.1.2022	LEI Nº 14.147, DE 19.1.2022	
	LEI Nº 14.786, DE 19.1.2022	LEI Nº 14.786, DE 19.1.2022	LEI Nº 14.786, DE 19.1.2022	
	LEI Nº 9.603, DE 11.10.2020	LEI Nº 9.603, DE 11.10.2020	LEI Nº 9.603, DE 11.10.2020	
	LEI Nº 14.110, DE 11.10.2020	LEI Nº 14.110, DE 11.10.2020	LEI Nº 14.110, DE 11.10.2020	
	LEI Nº 14.132, DE 31.3.2021	LEI Nº 14.132, DE 31.3.2021	LEI Nº 14.132, DE 31.3.2021	
	LEI Nº 9.605, DE 12.2.1998	LEI Nº 9.605, DE 12.2.1998	LEI Nº 9.605, DE 12.2.1998	
	LEI Nº 14.155, DE 27.5.2021	LEI Nº 14.155, DE 27.5.2021	LEI Nº 14.155, DE 27.5.2021	
	LEI Nº 7.783, DE 22.1.2016	LEI Nº 7.783, DE 22.1.2016	LEI Nº 7.783, DE 22.1.2016	
	EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 10, DE 1996	EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 10, DE 1996	EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 10, DE 1996	
	LEI Nº 5.883, DE 11.10.2020	LEI Nº 5.883, DE 11.10.2020	LEI Nº 5.883, DE 11.10.2020	
	LEI Nº 9.743, DE 11.10.2020	LEI Nº 9.743, DE 11.10.2020	LEI Nº 9.743, DE 11.10.2020	
	DECRETO Nº 4.140, DE 11.10.2020	DECRETO Nº 4.140, DE 11.10.2020	DECRETO Nº 4.140, DE 11.10.2020	
	LEI Nº 3.846, DE 11.10.2020	LEI Nº 3.846, DE 11.10.2020	LEI Nº 3.846, DE 11.10.2020	
	LEI Nº 4.170, DE 3.10.1980	LEI Nº 4.170, DE 3.10.1980	LEI Nº 4.170, DE 3.10.1980	
	LEI Nº 4.171, DE 3.10.1980	LEI Nº 4.171, DE 3.10.1980	LEI Nº 4.171, DE 3.10.1980	
	LEI Nº 8.527, DE 11.10.2020	LEI Nº 8.527, DE 11.10.2020	LEI Nº 8.527, DE 11.10.2020	
	DECRETO Nº 11.226, DE 11.10.2020	DECRETO Nº 11.226, DE 11.10.2020	DECRETO Nº 11.226, DE 11.10.2020	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	DÁ NOVA REDACÇÃO AO SELL ART. 78 E AO SEL	LEI N. 4.922, 17.1987	DÁ NOVA REDACÇÃO AO SELL ART. 78 E AO SEL INCISO XII DA ALÍNEA "C&	NSP-016,01
	DAR PODERES AO CONTADOR CONSTITUÍDO	LEI N. 8.356, 2.12.2020	DISPÕE SOBRE A ALTERACÇÃO NA LEI Nº 6.161 DE 26.11.1966 PARA DA	CONTADOR C
	DECLARA FERIADO NACIONAL O DIA NACIONAL DE	LEI N. 14.759, DE	DECLARA FERIADO NACIONAL O DIA NACIONAL DE ZUMBLE DA CONSCIÊNCIA	
	DECLARA MANIFESTACÇÃO DA CULTURA NACI	LEI N. 14.641, 1.8.2023	DECLARA MANIFESTACÇÃO DA CULTURA NACIONAL A TRADIÇÃO DO USO EM	MS, DO TR
	DECLARA SITUAÇÃO ANORMAL CARACTERIZ	DECRETO Nº	DECLARA SITUAÇÃO ANORMAL CARACTERIZADA COMO ESTADO DE CALAM	ODO O TE
	DEFINE A METODOLOGIA DE CONSOLIDACÇÃO	PORTARIA Nº	DEFINE A METODOLOGIA DE CONSOLIDACÇÃO DAS MORTES VIOLENTAS INTER	INDAGAC
	DEFINE DEFICIÊNCIA AUDITIVA E ESTABELECE	LEI N. 14.768, DE	DEFINE DEFICIÊNCIA AUDITIVA E ESTABELECE VALOR REFERENCIAL DA LIMI	
	DEFINE MECANISMOS PARA A IMPLEMENTAC	LEI N. 9.474, 22.7.1997	DEFINE MECANISMOS PARA A IMPLEMENTACÇÃO DO ESTATUTO DOS REELIGIA	ERMINA O
	DEFINE O ANO CIVIL	LEI N. 810, 6.9.1949	DEFINE O ANO CIVIL	
	DELEGA COMPETÊNCIA PARA A PRÁTICA DE	DECRETO N. 11.123, DE	DELEGA COMPETÊNCIA PARA A PRÁTICA DE ATOS ADMINISTRATIVO- DISCIPL	
	DENOMINA "BATALHÃO ASPIRANTE FRANCISCO	LEI N. 8.463, 30.6.2021	DENOMINA "BATALHÃO ASPIRANTE FRANCISCO FERREIRA DE MELO" O 9º BA	MILITAR D
	DENOMINACÇÃO DE ESCOLAS PÚBLICAS ESTAD	LEI N. 7.134, 9.12.2009	DISPÕE SOBRE A DENOMINACÇÃO DAS ESCOLAS PÚBLICAS ESTADUAIS A SER	
	DENOMINA O CANIL DO BATALHÃO DE OPERA	LEI N. 6.623, DE	CANIL DO BATALHÃO DE OPERACÇÕES POLICIAIS ESPECIAIS - BOPE DE ALAGO	ITE ABRAÇ
	DENOMINA O CANIL DO BATALHÃO DE OPERA	LEI N. 9.623, 22.7.2025	DENOMINA O CANIL DO BATALHÃO DE OPERACÇÕES POLICIAIS ESPECIAIS - B	E CANIL TE
	DENOMINA RODOVIA DE PLTADO ARNALDO PI	LEI N. 8.788, DE	DENOMINA RODOVIA DE PLTADO ARNALDO PINTO GUEDES DE PAIVA A AL 40	EMERSON
	DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE ALAGOAS (REGIMENTO	DECRETO N. 19.033, DE	DISPÕE SOBRE O REGIMENTO INTERNO DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS	AGOAS.
	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE	DECRETO N. 5.879, DE	APROVA O REGIMENTO INTERNO DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNS	DETRAN/A
	DESIGNA A AUTORIDADE CENTRAL FEDERAL	DECRETO N. 10.622, DE	DESIGNA A AUTORIDADE CENTRAL FEDERAL DE QUE TRATA A LEI Nº 13.812	ELIPESSOM
	DESIGNA OS MEMBROS DO CONSELHO ESTAD	DECRETO N. 98.836, DE	DESIGNA OS MEMBROS DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICAS SOBRE DRG	
	DESIGNA OS MEMBROS DO CONSELHO ESTAD	DECRETO N. 107.466, DE	DESIGNA OS MEMBROS DO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇ	ITE - CEDO
	DETERMINA A CLASSIFICACÇÃO DO ESTADO D	DECRETO Nº	DETERMINA A CLASSIFICACÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONEORME O PLAN	ENTO SOCI
	DETERMINA A CLASSIFICACÇÃO DO ESTADO D	DECRETO Nº	DETERMINA A CLASSIFICACÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONEORME O PLAN	ITO SOCIA
	DETERMINA O RETORNO DOS SERVIDORES M	DECRETO N. 3.545, DE	DETERMINA O RETORNO DOS SERVIDORES MILITARES À CORPORACÇÃO DA E	OTA PROV
	DETERMINA QUE AS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	LEI N. 8.622, 18.3.2022	DETERMINA QUE AS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS DE ENSINO NO ÂM	NDAGOM
	DETERMINA QUE AS MATERNIDADES PÚBLICA	LEI N. 8.062, DE	DETERMINA QUE AS MATERNIDADES PÚBLICAS E PRIVADAS NO ESTADO DE	MENTREIN
	DETERMINA QUE OS AGRESSORES QUE COM	LEI N. 8.597, 22.2.2022	DETERMINA QUE OS AGRESSORES QUE COMETEREM CRIME DE MAUS-TRAT	MPROVEM

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	DIA DA POLICIAL MILITAR FEMININA	LEI N. 8.118, 21.6.2019	INSTITUI O DIA DA POLICIAL MILITAR FEMININA DO ESTADO DE ALAGOAS	
	DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL	LEI N. 9.394, DE	ESTABELECE AS DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL - LDB	
	DISCIPLINA A APLICAÇÃO DA TUTELA ANTECIPADA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	LEI N. 9.494, 10.9.1997	DISCIPLINA A APLICAÇÃO DA TUTELA ANTECIPADA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	7.347, DE
	DISCIPLINA A CONVERSÃO DAS FÉRIAS EM ABONO	LEI N. 8.367, DE	DISCIPLINA A CONVERSÃO DAS FÉRIAS EM ABONO PECUNIÁRIO E O PAGAMENTO	MOTOR
	DISCIPLINA A DISPOSIÇÃO DE POLICIAIS CIVIS E MILITARES NA SEGURANÇA	DECRETO N. 3.987 DE	DISCIPLINA A DISPOSIÇÃO DE POLICIAIS CIVIS E MILITARES NA SEGURANÇA	ADAS E D
	DISCIPLINA A JORNADA DE TRABALHO E O TRABALHO	LEI N. 13.103, 2.3.2015	DISPÕE SOBRE O EXERCÍCIO DA PROFISSÃO DE MOTORISTA - ALTERA A CON	S DO TRAB
	DISCIPLINA A ORGANIZAÇÃO E O FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	LEI N. 13.675, 11.6.2018	DISCIPLINA A ORGANIZAÇÃO E O FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	NÇA PÚBL
	DISCIPLINA A ORGANIZAÇÃO E O FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	LEI N. 13.675, 11.6.2018	DISCIPLINA A ORGANIZAÇÃO E O FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	NOVAÇÃO
	DISCIPLINA O ELUXO DE PROCEDIMENTOS PARA A EXECUÇÃO DE RECURSOS	PORTARIA N. 12.016, 7.8.2009	DISCIPLINA O ELUXO DE PROCEDIMENTOS PARA A EXECUÇÃO DE RECURSOS	A MODALID
	DISCIPLINA O MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL E COLETIVO E DÁ OUTE	LEI N. 12.016, 7.8.2009	DISCIPLINA O MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL E COLETIVO E DÁ OUTE	
	DISCIPLINA O USO DAS DENOMINAÇÕES "CARTÓRIO" E "CARTÓRIO EXTRA JU	LEI N. 9.059, DE	DISCIPLINA O USO DAS DENOMINAÇÕES "CARTÓRIO" E "CARTÓRIO EXTRA JU	O ESTADO
	DISCIPLINA O USO DOS INSTRUMENTOS DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO P	LEI N. 13.060, DE	DISCIPLINA O USO DOS INSTRUMENTOS DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO P	EGURANÇ
	DISPENSE O PAGAMENTO DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULO	LEI N. 8.469, 15.7.2021	DISPENSE O PAGAMENTO DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULO	IPVA CORR
	DISPÕE ACERCA DE REGRAS ATINENTES AOS ATIRADORES DESPORTIVOS N	LEI N. 8.655, 13.4.2022	DISPÕE ACERCA DE REGRAS ATINENTES AOS ATIRADORES DESPORTIVOS N	O DE ALA
	DISPÕE A RESPEITO DAS DELEGACIAS DE POLÍCIA CIVIL HOSPITAIS E INSTIT	LEI N. 7.195, 28.7.2010	DISPÕE A RESPEITO DAS DELEGACIAS DE POLÍCIA CIVIL HOSPITAIS E INSTIT	SIONES CA
	DISPÕE DIRETRIZES PARA CRIAÇÃO DE UM TREINAMENTO SOBRE VIOLÊNCIA	LEI N. 9.594, 15.7.2025	DISPÕE DIRETRIZES PARA CRIAÇÃO DE UM TREINAMENTO SOBRE VIOLÊNCIA	SÃO PARA
	DISPÕE NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGOAS SOBRE A OBRIGATORIEDADE I	LEI Nº 8.407, DE	DISPÕE NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGOAS SOBRE A OBRIGATORIEDADE I	AS NOS ES
	DISPÕE SOBRE A ACESSIBILIDADE NAS PRAIAS LOCALIZADAS NO ESTADO DE	LEI N. 8.781, DE	DISPÕE SOBRE A ACESSIBILIDADE NAS PRAIAS LOCALIZADAS NO ESTADO DE	
	DISPÕE SOBRE A ADOÇÃO DE MEDIDAS DE SEGURANÇA PELAS INSTITUIÇÕES	LEI N. 9.858, DE	DISPÕE SOBRE A ADOÇÃO DE MEDIDAS DE SEGURANÇA PELAS INSTITUIÇÕES	COLPES
	DISPÕE SOBRE A ADOÇÃO DE PRÁTICAS MÉTODOS SUSTENTÁVEIS NA CONS	LEI N. 8.521, 7.10.2021	DISPÕE SOBRE A ADOÇÃO DE PRÁTICAS MÉTODOS SUSTENTÁVEIS NA CONS	RAS EXEC
	DISPÕE SOBRE A ALIENACÃO A CESSÃO A TRANSFERÊNCIA A DESTINAÇÃO	LEI N. 9.373, 11.5.2018	DISPÕE SOBRE A ALIENACÃO A CESSÃO A TRANSFERÊNCIA A DESTINAÇÃO	IAL AMBIE
	DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA LEI ESTADUAL Nº 6.285 DE 23 DE JANEIRO	LEI N. 8.640, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA LEI ESTADUAL Nº 6.285 DE 23 DE JANEIRO	ÇÃO E IN
	DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DO ART. 12º DA LEI Nº 6.568 DE 06 DE JANEIRO	LEI N. 8.388, 10.3.2021	DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DO ART. 12º DA LEI Nº 6.568 DE 06 DE JANEIRO	TO INSTAD
	DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DO DECRETO N. 37.119 DE 18.3.1997 (ESTABE	DECRETO N. 37.143 DE	DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DO DECRETO N. 37.119 DE 18.3.1997 (ESTABE	SEASIA DO
	DISPÕE SOBRE A ANTECIPAÇÃO DO ABONO ANUAL DEVIDO AOS SEGURADOS	DECRETO N. 11.947 DE	DISPÕE SOBRE A ANTECIPAÇÃO DO ABONO ANUAL DEVIDO AOS SEGURADOS	A PREVID
	DISPÕE SOBRE A ANTECIPAÇÃO DO PAGAMENTO DA GRATIFICAÇÃO NATALI	DECRETO N. 95.095 DE	DISPÕE SOBRE A ANTECIPAÇÃO DO PAGAMENTO DA GRATIFICAÇÃO NATALI	BLICO E I

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	DISPÕE SOBRE A ANTECIPACÃO DO PAGAMENTO DA GRATIFICAÇÃO NATALINA PÚBLICO E P	DECRETO N. 100.550 DE	DISPÕE SOBRE A ANTECIPACÃO DO PAGAMENTO DA GRATIFICAÇÃO NATALINA PÚBLICO E P	
	DISPÕE SOBRE A ARRECADAÇÃO DE RECURSOS POR ENTIDADES BENEFICIAIA SOCIAL	LEI N. 14.332, 4.5.2022	DISPÕE SOBRE A ARRECADAÇÃO DE RECURSOS POR ENTIDADES BENEFICIAIA SOCIAL	
	DISPÕE SOBRE A ASSOCIAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DE MUNICÍPIOS E ALTEDE 16.03.20	LEI N. 14.341, 18.5.2022	DISPÕE SOBRE A ASSOCIAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DE MUNICÍPIOS E ALTEDE 16.03.20	
	DISPÕE SOBRE A ATENÇÃO À SAÚDE OCUPACIONAL DOS PROFISSIONAIS DEE ESTADU	LEI N. 9.510, 1.4.2025	DISPÕE SOBRE A ATENÇÃO À SAÚDE OCUPACIONAL DOS PROFISSIONAIS DEE ESTADU	
	DISPÕE SOBRE A ATUALIZAÇÃO DOS VALORES ESTABELECIDOS NA LEI Nº 14DE LICITAÇ	DECRETO N. 10.922 DE	DISPÕE SOBRE A ATUALIZAÇÃO DOS VALORES ESTABELECIDOS NA LEI Nº 14DE LICITAÇ	
	DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO VOLUNTÁRIA DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVAPLÓTE DE BO	LEI N. 10.035, DE	DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO VOLUNTÁRIA DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVAPLÓTE DE BO	
	DISPÕE SOBRE A CAPACITAÇÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES IAR PREVIDE	LEI N. 10.009, DE	DISPÕE SOBRE A CAPACITAÇÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES IAR PREVIDE	
	DISPÕE SOBRE A CASSACÃO DE ALVARÁ DE LICENÇA E ELIUNCIAMENTO DEZACÃO S	LEI N. 9.479, DE	DISPÕE SOBRE A CASSACÃO DE ALVARÁ DE LICENÇA E ELIUNCIAMENTO DEZACÃO S	
	DISPÕE SOBRE A CESSÃO DE SERVIDORES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA INDAL PÚBLIC	DECRETO N. 34.899 DE	DISPÕE SOBRE A CESSÃO DE SERVIDORES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA INDAL PÚBLIC	
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONEFORME O PAMENTO SC	DECRETO Nº 76.263 DE	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONEFORME O PAMENTO SC	
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONEFORME O PAMENTO, S	DECRETO N. 75.953 DE	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONEFORME O PAMENTO, S	
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONEFORME O PAMENTO S	DECRETO N. 76.147 DE	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONEFORME O PAMENTO S	
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONEFORME O PAMENTO S	DECRETO N. 75.760 DE	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONEFORME O PAMENTO S	
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONEFORME O PAMENTO S	DECRETO N. 75.824 DE	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONEFORME O PAMENTO S	
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONEFORME O PAMENTO SC	DECRETO N. 75.861 DE	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONEFORME O PAMENTO SC	
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONEFORME O PAMENTO SC	DECRETO N. 75.743 DE	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONEFORME O PAMENTO SC	
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONEFORME O PAMENTO SC	DECRETO Nº 75.665 DE	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONEFORME O PAMENTO SC	
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONEFORME O PAMENTO S	DECRETO N. 75.696 DE	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONEFORME O PAMENTO S	
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONEFORME O PAMENTO SC	DECRETO Nº 77.621 DE	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONEFORME O PAMENTO SC	
	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONEFORME O PAMENTO S	DECRETO Nº 77.621 DE	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS CONEFORME O PAMENTO S	

Seção de Informática

Produzido por Central de Acesso aos Sistemas da PMAL

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CARTÃO DIGIT	LEI N. 8.694, 27.6.2022	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CARTÃO DIGITAL DE VACINAÇÃO DO ESTADO	
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CENTRO DE S	LEI N. 9.682, DE	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CENTRO DE SAÚDE PENITENCIÁRIO NO ESTAD	
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA “C	LEI N. 9.512, 1.4.2025	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA “CASTRA ALAGOAS” QUE ESTABE	STOWAST
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA D	LEI Nº 9.817	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA DA POLÍCIA MILITAR DA "PAT	EL CRIANÇ
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA “D	LEI N. 8.783, DE	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA “DAQUI PRA O MUNDO” QUE VISA	YASEPUB
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA DI	LEI N. 9.498, 1.4.2025	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA DE INCENTIVO À TÉCNICA DE DEF	ITRAHERB
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA E	LEI N. 8.789, DE	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA ESCOLA DO TURISMO QUE VISA A	ERVACOS
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA JO	LEI N. 8.683, 14.6.2022	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA JOVEM CIDADÃO DO MUNDO QUE	DOFANAS
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO SELO “AMIGO	LEI N. 9.508, 1.4.2025	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO SELO “AMIGO DOS ENTREGADORES” PARA OS	DOUES DE
	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO E FUNCIONAMENT	LEI N. 14.541, 3.4.2023	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO E FUNCIONAMENTO ININTERROMPTO DE DELEGAC	S DE ATEN
	DISPÕE SOBRE A CUSTÓDIA COMPARTILHAD	LEI N. 15.392, DE	DISPÕE SOBRE A CUSTÓDIA COMPARTILHADA DE ANIMAIS DE ESTIMACÃO NO	LUÇÃO DE
	DISPÕE SOBRE A DECLARAÇÃO DE INTERESS	LEI N. 8.688, 21.6.2022	DISPÕE SOBRE A DECLARAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL E DE UTILIDADE PÚBLI	DESTATAM
	DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DA RODOVI	LEI N. 8.553, DE	DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DA RODOVIA QUE LIGA O POVOADO PALMA	S RIACHOS
	DISPÕE SOBRE A DIELUÇÃO POR ÓRGÃOS PÚBL	LEI N. 14.583, 16.5.2023	DISPÕE SOBRE A DIELUÇÃO POR ÓRGÃOS PÚBLICOS DOS DIREITOS FUNDAM	DEBUOTA
	DISPÕE SOBRE A DISPENSA DO PAGAMENTO	INSTRUÇÃO	DISPÕE SOBRE A DISPENSA DO PAGAMENTO DO IMPOSTO SOBRE A PROPRI	S AUTOMO
	DISPÕE SOBRE A DIVULGAÇÃO DO DISQUE D	LEI N. 8.337, 5.11.2020	DISPÕE SOBRE A DIVULGAÇÃO DO DISQUE DENÚNCIA NOS MEIOS QUE ESPE	S PROVID
	DISPÕE SOBRE A ELABORAÇÃO A REDAÇÃO	LEI	DISPÕE SOBRE A ELABORAÇÃO A REDAÇÃO A ALTERAÇÃO E A CONSOLIDA	ORMEUDE
	DISPÕE SOBRE A ELEIÇÃO PELO ASSEMBLEI	LEI N. 8.576, 19.1.2022	DISPÕE SOBRE A ELEIÇÃO PELO ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO GOVERNADO	DOR DO E
	DISPÕE SOBRE A ESTRUTURACÃO DAS CABE	LEI N. 8.638, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A ESTRUTURACÃO DAS CARREIRAS DOS PROFISSIONAIS DE	BAODASA
	DISPÕE SOBRE A ESTRUTURACÃO DO GOVER	LEI N. 9.272, 11.6.2024	DISPÕE SOBRE A ESTRUTURACÃO DO GOVERNO DIGITAL NO ÂMBITO DA ADM	CA DIRETA
	DISPÕE SOBRE A ESTRUTURACÃO DO PLANO	LEI N. 8.623, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A ESTRUTURACÃO DO PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E SU	EDACSSUP
	DISPÕE SOBRE A ESTRUTURACÃO E O SISTE	LEI N. 6.540, 7.12.2004	DISPÕE SOBRE A ESTRUTURACÃO E O SISTEMA DE REMUNERAÇÃO DAS CA	ÉMÉSORP
	DISPÕE SOBRE A ESTRUTURA DA SECRETAR	LEI Nº 6.268	DISPÕE SOBRE A ESTRUTURA DA SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA - SE	
	DISPÕE SOBRE A EXIGÊNCIA DE CICLOVIA EM	LEI N. 8.529, DE	DISPÕE SOBRE A EXIGÊNCIA DE CICLOVIA EM TODAS AS NOVAS RODOVIAS	E/HORUNP
	DISPÕE SOBRE A EXPLORAÇÃO DIRETA E IND	LEI N. 12.815, 5.6.2013	DISPÕE SOBRE A EXPLORAÇÃO DIRETA E INDIRETA PELO UNIÃO DE PORTOS	STOÁRIAS
	DISPÕE SOBRE A EXTENSÃO DO PRAZO DE V	LEI Nº 14.152	DISPÕE SOBRE A EXTENSÃO DO PRAZO DE VALIDADE DE PRESCRIÇÕES MÉD	SPAXAM

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	DISPÕE SOBRE A FIXAÇÃO DO FEETIVO DA P	LEI N. 6.400, DE	DISPÕE SOBRE A FIXAÇÃO DO FEETIVO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE	
	DISPÕE SOBRE A FIXAÇÃO DO FEETIVO DA P	LEI N. 8.669, 19.5.2022	DISPÕE SOBRE A FIXAÇÃO DO FEETIVO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE	
	DISPÕE SOBRE A FIXAÇÃO OBRIGATÓRIA DE	LEI N. 8.588, 20.1.2022	DISPÕE SOBRE A FIXAÇÃO OBRIGATÓRIA DE CARTAZES EM DEPENDÊNCIAS	
	DISPÕE SOBRE A GARANTIA DE ACESSO À IN	LEI Nº 14.172	DISPÕE SOBRE A GARANTIA DE ACESSO À INTERNET COM FINS EDUCACION	
	DISPÕE SOBRE A GARANTIA DE ACESSO E PE	LEI N. 9.470, DE	DISPÕE SOBRE A GARANTIA DE ACESSO EPERMANÊNCIA DE AMBROS OS PAIS	
	DISPÕE SOBRE A IMPEINHORABILIDADE DE BE	LEI N. 14.334, 10.5.2022	DISPÕE SOBRE A IMPEINHORABILIDADE DE BENS DE HOSPITAIS EIL ANTRÓPIC	
	DISPÕE SOBRE A IMPLANTACÃO DE ASSISTÊN	LEI N. 8.297, 20.8.2020	DISPÕE SOBRE A IMPLANTACÃO DE ASSISTÊNCIA PSICOPEDAGOGICA EM TO	
	DISPÕE SOBRE A IMPLANTACÃO DE ESTUDOS	LEI N. 8.672, 7.6.2022	DISPÕE SOBRE A IMPLANTACÃO DE ESTUDOS SOBRE A HISTÓRIA OS COSTI	
	DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DA EMPRESA BR	DECRETO N. 10.674 DE	DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DA EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉ	
	DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DA EXPO BACIA I	LEI N. 8.561, DE	DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DA EXPO BACIA LEITEIRA DA CIDADE DE BATALH	
	DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DAS PESSOAS C	LEI N. 8.293, 18.8.2020	DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DAS PESSOAS COM EIBROMIALGIA NAS EIL AS PE	
	DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DO ENSINO DE N	LEI N. 8.675, 7.6.2022	DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DO ENSINO DE NOÇÕES BÁSICAS SOBRE A LELE	
	DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DO TEMA "EDUC	LEI N. 8.992, 2.10.2023	DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DO TEMA "EDUCAÇÃO FINANCEIRA" NAS PROPO	
	DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO NO CALENDÁRIO	LEI N. 8.530, DE	DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO NO CALENDÁRIO ESCOLAR DA REALIZAÇÃO ANI	
	DISPÕE SOBRE A INEFICÁCIA DE CLÁUSULA P	LEI N. 8.292, 20.8.2020	DISPÕE SOBRE A INEFICÁCIA DE CLÁUSULA PENAL DE EIDELIDADE EM CONT	
	DISPÕE SOBRE A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA	LEI Nº 9.619	DISPÕE SOBRE A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA CORAÇÕES F	
	DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DA SEMANA E	LEI N. 8.695, 27.6.2022	DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DA SEMANA ESTADUAL DE CONSCIENTIZAÇAO	
	DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DE PROGRAM	LEI Nº 9.438	DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DE PROGRAMA DE RECUPERACÃO FISCAL - E	
	DISPÕE SOBRE A ISENCÃO DE PAGAMENTO D	LEI N. 6.873, DE	DISPÕE SOBRE A ISENCÃO DE PAGAMENTO DE TAXA DE INSCRIÇÃO EM CON	
	DISPÕE SOBRE A ISENCÃO DO IMPOSTO SOB	LEI N. 8.300, 20.8.2020	DISPÕE SOBRE A ISENCÃO DO IMPOSTO SOBRE A TRASMISSÃO CAUSA MOR	
	DISPÕE SOBRE A ISENCÃO DO PAGAMENTO D	LEI N. 8.542, DE	DISPÕE SOBRE A ISENCÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS DE INSCRIÇÃO EM CO	
	DISPÕE SOBRE A LICENÇA.PATERNIDADE- IN	LEI N. 15.371, DE	DISPÕE SOBRE A LICENÇA.PATERNIDADE- INSTITUIO SALÁRIO.PATERNIDADE	
	DISPÕE SOBRE A MANUTENÇÃO DAS OPERAC	LEI N. 8.306, 2.9.2020	DISPÕE SOBRE A MANUTENÇÃO DAS OPERAÇÕES DO SERVICO DE TRANSPC	
	DISPÕE SOBRE A NECESSIDADE DOS POLICIA	RESOLUÇÃO	DISPÕE SOBRE A NECESSIDADE DOS POLICIAIS E BOMBEIROS MILITARES OL	
	DISPÕE SOBRE A OBRIGACÃO DAS EMPRESA	LEI N. 9.151, 19.1.2024	DISPÕE SOBRE A OBRIGACÃO DAS EMPRESAS CONCESSIONÁRIAS DE ENER	
	DISPÕE SOBRE A OBRIGACÃO DOS PAIS DE A	LEI N. 8.335, 4.11.2020	DISPÕE SOBRE A OBRIGACÃO DOS PAIS DE ALUNOS DAS ESCOLAS PÚBLICA	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DA EXECUÇÃO DO HINO DO ESTADO DE ALAGOAS	LEI N. 8.374, 12.1.2021	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DA EXECUÇÃO DO HINO DO ESTADO DE ALAGOAS	
	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DA PUBLICAÇÃO DOS CÁLCULOS DE RECURSOS	LEI N. 9.525, 16.4.2025	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DA PUBLICAÇÃO DOS CÁLCULOS DE RECURSOS	
	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DAS CONCESSIONÁRIAS DE SERVIÇOS	LEI N. 10.028, DE	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DAS CONCESSIONÁRIAS DE SERVIÇOS	
	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE AFIXAÇÃO DE CARTAZ EM ESTABELECIMENTOS	LEI N. 8.353, DE	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE AFIXAÇÃO DE CARTAZ EM ESTABELECIMENTOS	
	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE APRESENTAÇÃO DA CERTIDÃO DE SERVIÇO	LEI N. 9.764, DE	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE APRESENTAÇÃO DA CERTIDÃO DE SERVIÇO	
	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE DISPONIBILIZAÇÃO DE ACESSO GRATUITO	LEI N. 10.025, DE	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE DISPONIBILIZAÇÃO DE ACESSO GRATUITO	
	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE EXIBIÇÃO DE PROPAGANDAS EDUCACIONAIS	LEI N. 9.159, 20.2.2024	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE EXIBIÇÃO DE PROPAGANDAS EDUCACIONAIS	
	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE FORMAÇÃO EM PRIMEIROS SOCORROS	LEI N. 9.522, 10.4.2025	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE FORMAÇÃO EM PRIMEIROS SOCORROS	
	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE INSTALAÇÃO DE DISPENSADORES DE ÁGUA	LEI N. 8.340, 5.11.2020	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE INSTALAÇÃO DE DISPENSADORES DE ÁGUA	
	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE MANTER NAS DEPENDÊNCIAS DE LUGARES	LEI N. 8.323, DE	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE MANTER NAS DEPENDÊNCIAS DE LUGARES	
	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE OS HOSPITAIS PÚBLICOS E PRIVADOS	LEI N. 8.324, DE	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE OS HOSPITAIS PÚBLICOS E PRIVADOS	
	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE REALIZAÇÃO DA LOGÍSTICA RESERVA	LEI N. 8.402, 13.4.2021	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE REALIZAÇÃO DA LOGÍSTICA RESERVA	
	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DOS CARTÓRIOS COM SEDE NO ÂMBITO	LEI N. 8.985, 26.9.2023	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DOS CARTÓRIOS COM SEDE NO ÂMBITO	
	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGOAS	LEI N. 8.574, 10.1.2022	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGOAS	
	DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO BÁSICA DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS	LEI N. 3.541, DE	DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO BÁSICA DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS	
	DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO BÁSICA DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS	DECRETO N. 93.446, DE	DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO BÁSICA DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS	
	DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	LEI N. 6.259, DE	DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	
	DISPÕE SOBRE A PADRONIZAÇÃO DO DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO E INSCRIÇÃO	PORTARIA M. 1.000, DE	DISPÕE SOBRE A PADRONIZAÇÃO DO DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO E INSCRIÇÃO	
	DISPÕE SOBRE A PERMANÊNCIA E OBRIGATORIEDADE DO PROFISSIONAL ESCRITÓRIO	LEI N. 10.036, DE	DISPÕE SOBRE A PERMANÊNCIA E OBRIGATORIEDADE DO PROFISSIONAL ESCRITÓRIO	
	DISPÕE SOBRE A PESQUISA COM SERES HUMANOS E INSTITUIÇÃO SISTEMA NACIONAL	LEI N. 14.874, 28.5.2024	DISPÕE SOBRE A PESQUISA COM SERES HUMANOS E INSTITUIÇÃO SISTEMA NACIONAL	
	DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE GESTÃO DOCUMENTAL DO ESTADO DE ALAGOAS	LEI N. 9.278, DE	DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE GESTÃO DOCUMENTAL DO ESTADO DE ALAGOAS	
	DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO (PSI) NO ÂMBITO	RESOLUÇÃO DECRETO N. 4.073, DE	DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO (PSI) NO ÂMBITO	
	DISPÕE SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DE ARQUIVAMENTO	REGULAMENTA A LEI Nº 8.159, DE 8 DE JANEIRO DE 1991, QUE DISPÕE SOBRE	DISPÕE SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DE ARQUIVAMENTO	
	DISPÕE SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DE TRÂNSITO, SEUS FINS E APLICACÃO	RESOLUÇÃO LEI N. 6.938, 31.8.1981	DISPÕE SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DE TRÂNSITO, SEUS FINS E APLICACÃO	
	DISPÕE SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE, SEUS FINS E MECANISMO		DISPÕE SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE, SEUS FINS E MECANISMO	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	DISPÕE SOBRE A POSSIBILIDADE DE OS ÓRG	LEI Nº 8.413,	DISPÕE SOBRE A POSSIBILIDADE DE OS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA A	PORTAL DE
	DISPÕE SOBRE A PREFERÊNCIA NA ALOCAÇÃO	LEI N. 9.509, 14.2025	DISPÕE SOBRE A PREFERÊNCIA NA ALOCAÇÃO DE ASSENTOS PARA MULHERES	SACOMPANH
	DISPÕE SOBRE A PRESTACÃO DE SERVIÇOS	LEI N. 14.744, DE	DISPÕE SOBRE A PRESTACÃO DE SERVIÇOS POSTAIS E DE COMUNICAÇÃO M	INISTRAÇÃO
	DISPÕE SOBRE A PRESTACÃO DE SERVIÇOS	DECRETO N. 12.624 DE	DISPÕE SOBRE A PRESTACÃO DE SERVIÇOS POSTAIS E DE TELEGRAMA NO	AL E PARA
	DISPÕE SOBRE A PRIORIDADE PARA ATENDIM	LEI N. 8.285, 5.8.2020	DISPÕE SOBRE A PRIORIDADE PARA ATENDIMENTO E EMISSÃO DE LAUDOS E	DICO LEGA
	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DA ELIMINAÇÃO	LEI N. 14.228, DE	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DA ELIMINAÇÃO DE CÃES E GATOS PELOS ÓRG	DE AISO
	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DA EXIGÊNCIA E	LEI N. 8.681, 10.6.2022	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DA EXIGÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DO CARTÃO	INTRAÇÃO
	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DAS OPERADOR	LEI N. 9.476, DE	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DAS OPERADORAS DE PLANOS DE SAÚDE LIMIT	DE SAÚDE
	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DA SUSPENSÃO	LEI N. 8.559, DE	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DA SUSPENSÃO DE SERVIÇOS BÁSICOS E ESSE	MENTE DE
	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DE EXPORTAÇÃO	LEI N. 13.993, 23.4.2020	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DE EXPORTAÇÕES DE PRODUTOS MÉDICOS, H	VISITANTES
	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO	LEI N. 9.806, DE	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCEN	ORGULHO
	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DE UTILIZAÇÃO	LEI N. 9.486, DE	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DE UTILIZAÇÃO DE BLOQUEADORES HORMONA	DIAGNÓSTI
	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO, NO ESTADO DE	LEI N. 9.146, 10.1.2024	DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO, NO ESTADO DE ALAGOAS, DE COMÉRCIO, TRA	DE AQUISI
	DISPÕE SOBRE A PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E	LEI N. 15.211, DE	DISPÕE SOBRE A PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTE EM AMBIENTES	DO DIGITA
	DISPÕE SOBRE A REALIZAÇÃO DE EXAMES EM	LEI N. 14.598, 14.6.2023	DISPÕE SOBRE A REALIZAÇÃO DE EXAMES EM GESTANTES	
	DISPÕE SOBRE A REALIZAÇÃO DE TESTES VO	LEI N. 8.676, 7.6.2022	DISPÕE SOBRE A REALIZAÇÃO DE TESTES VOCACIONAIS PARA ESTUDANTES	LICAS EST
	DISPÕE SOBRE A REDE NACIONAL DE CIDADE	PORTARIA M	DISPÕE SOBRE A REDE NACIONAL DE CIDADES ACOIHELORAS	
	DISPÕE SOBRE A REDENOMINAÇÃO DA CARRE	LEI N. 8.650, 31.3.2022	DISPÕE SOBRE A REDENOMINAÇÃO DA CARREIRA DE AGENTES PENITENCIÁ	A DE POLÍ
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CAR	LEI N. 7.993, 15.2.2018	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DE AGENTE PENITENCIÁ	IL DO POD
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CAR	LEI N. 8.629, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE	ASSISTÊN
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CAR	LEI N. 8.634, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DE MÉDICOS, NO ÂMBITO	ACONSULTA,
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CAR	LEI N. 8.648, 31.3.2022	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DA	DE SAÚDE
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CAR	LEI N. 8.626, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DA	ARO À PES
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CAR	LEI N. 8.624, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DE	VIÇÃO CIVIL
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CAR	LEI N. 8.632, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DE	UNIDADE
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CAR	LEI N. 8.635, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DE	TADO DE A

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo	
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DE	LEI N. 8.637, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DE		ESTADO
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DO	LEI N. 8.631, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DO		ESTRADA
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DO	LEI N. 8.625, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DO		AMBIENTE
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DO	LEI N. 8.628, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DO		OS PALMA
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CASA MILITAR DO PALÁCIO DO GOV	LEI N. 5.882, DE	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA CASA MILITAR DO PALÁCIO DO GOV		ANIZACÃO
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DAS CARREIRAS DE TÉCNICO SUPERIOR	LEI N. 8.633, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DAS CARREIRAS DE TÉCNICO SUPERIOR		ENÚMER
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DAS CARREIRAS DOS SERVIDORES DO	LEI N. 7.889, 16.6.2017	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DAS CARREIRAS DOS SERVIDORES DO		CELEBRA
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DO PLANO GERAL DE CARGOS DO POD	LEI N. 11.784, 22.9.2008	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DO PLANO GERAL DE CARGOS DO POD		PE.
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA	LEI N. 7.114, 5.11.2009	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA		ADONDE A
	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DOS TRANSPORTES AQUAVIÁRIO E TER	LEI N. 102331, DE	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DOS TRANSPORTES AQUAVIÁRIO E TER		INSPEÇÃO
	DISPÕE SOBRE A REMISSÃO DE DÉBITO DE IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDAD	LEI Nº 8.427, 28.7.2010	DISPÕE SOBRE A REMISSÃO DE DÉBITO DE IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDAD		DEMOSTR
	DISPÕE SOBRE A REMOÇÃO E DEPÓSITO DE VEÍCULOS ENVOLVIDOS EM ACI	LEI N. 7.197, 28.7.2010	DISPÕE SOBRE A REMOÇÃO E DEPÓSITO DE VEÍCULOS ENVOLVIDOS EM ACI		AS PROVID
	DISPÕE SOBRE A RESPONSABILIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E CIVIL DE PESSOA	LEI N. 12.846, 1.8.2013	DISPÕE SOBRE A RESPONSABILIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E CIVIL DE PESSOA		FRANCA
	DISPÕE SOBRE A REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL 2020-2023, INSTITUÍDO PE	LEI N. 8.369, 12.1.2021	DISPÕE SOBRE A REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL 2020-2023, INSTITUÍDO PE		8.231, DE
	DISPÕE SOBRE A REVISÃO DOS SUBSÍDIOS E VENCIMENTOS DOS SERVIDOR	LEI N. 9.852, DE	LEI Nº 9.852 DE 31.03.2026 - DISPÕE SOBRE A REVISÃO DOS SUBSÍDIOS E VEN		RVIDORES
	DISPÕE SOBRE A REVISÃO DOS SUBSÍDIOS E VENCIMENTOS DOS SERVIDOR	LEI N. 8.947, 24.8.2023	DISPÕE SOBRE A REVISÃO DOS SUBSÍDIOS E VENCIMENTOS DOS SERVIDOR		MINISTRA
	DISPÕE SOBRE A REVISÃO DOS SUBSÍDIOS E VENCIMENTOS DOS SERVIDOR	LEI N. 8.649, 31.3.2022	DISPÕE SOBRE A REVISÃO DOS SUBSÍDIOS E VENCIMENTOS DOS SERVIDOR		MINISTRA
	DISPÕE SOBRE A REVISÃO DOS SUBSÍDIOS E VENCIMENTOS DOS SERVIDOR	LEI N. 9.551, 28.5.2025	DISPÕE SOBRE A REVISÃO DOS SUBSÍDIOS E VENCIMENTOS DOS SERVIDOR		MINISTRA
	DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DAS REMUNERAÇÕES DOS CARGO	LEI N. 8.700, 30.6.2022	DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DAS REMUNERAÇÕES DOS CARGO		UNÇÕES
	DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DAS REMUNERAÇÕES DOS CARGO	LEI N. 8.585, 19.1.2022	DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DAS REMUNERAÇÕES DOS CARGO		UNÇÕES
	DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DOS SUBSÍDIOS E REMUNERAÇÃO	LEI N. 8.674, 7.6.2022	DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DOS SUBSÍDIOS E REMUNERAÇÃO		ESTADOS
	DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DOS SUBSÍDIOS E VENCIMENTOS	LEI N. 8.678, 9.6.2022	DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DOS SUBSÍDIOS E VENCIMENTOS		ESTADOS
	DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DOS SUBSÍDIOS E VENCIMENTOS	LEI Nº 8.419, 19.9.1990	DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DOS SUBSÍDIOS E VENCIMENTOS		INDICAR
	DISPÕE SOBRE AS ATRIBUIÇÕES ORGÂNICAS, COMPETÊNCIAS FUNCIONAIS	LEI N. 9.007, DE	DISPÕE SOBRE AS ATRIBUIÇÕES ORGÂNICAS, COMPETÊNCIAS FUNCIONAIS		INDICAR
	DISPÕE SOBRE AS CONDIÇÕES E O PROCEDIMENTO APLICÁVEIS À CONCESS	RESOLUÇÃO	DISPÕE SOBRE AS CONDIÇÕES E O PROCEDIMENTO APLICÁVEIS À CONCESS		INDICAR
	DISPÕE SOBRE AS CONDIÇÕES PARA A PROMOÇÃO, PROTEÇÃO E RECUPER	LEI N. 8.080, 19.9.1990	DISPÕE SOBRE AS CONDIÇÕES PARA A PROMOÇÃO, PROTEÇÃO E RECUPER		INDICAR

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DA LEI	LEI N. 8.296, DE 1991	DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DA LEI	2021, NOS
	DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DA LEI	LEI N. 14.791, DE 2024	DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DA LEI	2024 E DÁ
	DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A EVOLUÇÃO DO SISTEMA BRASILEIRO	DECRETO N. 11.484, DE 2023	DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A EVOLUÇÃO DO SISTEMA BRASILEIRO	ESPECIFIC
	DISPÕE SOBRE AS FINALIDADES E AS DIRETRIZES DA POLÍTICA ESTADUAL D	LEI N. 8.868, DE 12.6.2023	DISPÕE SOBRE AS FINALIDADES E AS DIRETRIZES DA POLÍTICA ESTADUAL D	A FORMA Q
	DISPÕE SOBRE AS INERACÕES E SANCÕES ADMINISTRATIVAS AO MEIO AMBI	DECRETO N. 6.514, DE 2023	DISPÕE SOBRE AS INERACÕES E SANCÕES ADMINISTRATIVAS AO MEIO AMBI	DECRETO
	DISPÕE SOBRE AS MEDIDAS TEMPORÁRIAS PARA ENERENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SA	DECRETO N. 69.530, DE 2025	DISPÕE SOBRE AS MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SA	PORTÂNC
	DISPÕE SOBRE AS MISSÕES NO EXTERIOR DOS MILITARES DO ESTADO DE A	LEI N. 6.605, DE 30.6.2005	DISPÕE SOBRE AS MISSÕES NO EXTERIOR DOS MILITARES DO ESTADO DE A	AS PROVID
	DISPÕE SOBRE AS NORMAS PROCEDIMENTAIS A SEREM ADOPTADAS PELOS S	DECRETO N. 33.870, DE 2023	DISPÕE SOBRE AS NORMAS PROCEDIMENTAIS A SEREM ADOPTADAS PELOS S	SANCION
	DISPÕE SOBRE AS NORMAS SANITÁRIAS E ESTABELECE TRATAMENTO SIMPL	LEI N. 9.060, DE 2023	DISPÕE SOBRE AS NORMAS SANITÁRIAS E ESTABELECE TRATAMENTO SIMPL	COMUNICA
	DISPÕE SOBRE AS PENSÕES MILITARES	LEI N. 3.765, DE 4.5.1960	DISPÕE SOBRE AS PENSÕES MILITARES	
	DISPÕE SOBRE AS PROMOÇÕES DOS OFICIAIS DA ATIVA DAS FORÇAS ARMA	LEI N. 5.821, DE 2023	DISPÕE SOBRE AS PROMOÇÕES DOS OFICIAIS DA ATIVA DAS FORÇAS ARMA	ROVIDEN
	DISPÕE SOBRE AS SANCÕES APLICÁVEIS EM VIRTUDE DA PRÁTICA DE ATOS	LEI N. 8.429, DE 2.6.1992	DISPÕE SOBRE AS SANCÕES APLICÁVEIS EM VIRTUDE DA PRÁTICA DE ATOS	COMUNICA
	DISPÕE SOBRE A SUBSTITUIÇÃO DAS AULAS PRESENCIAIS POR AULAS EM M	PORTARIA N. 33.861, DE 2023	DISPÕE SOBRE A SUBSTITUIÇÃO DAS AULAS PRESENCIAIS POR AULAS EM M	JANTO DU
	DISPÕE SOBRE A SUSPENSÃO DA PUBLICIDADE DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES	LEI N. 8.087, DE 11.1.2019	DISPÕE SOBRE A SUSPENSÃO DA PUBLICIDADE DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES	VO ESTAD
	DISPÕE SOBRE A TRANSPARÊNCIA E O ACESSO À INFORMAÇÃO PÚBLICA NO	PORTARIA N. 33.861, DE 2023	DISPÕE SOBRE A TRANSPARÊNCIA E O ACESSO À INFORMAÇÃO PÚBLICA NO	AS.
	DISPÕE SOBRE A UNIFICAÇÃO E PADRONIZAÇÃO DAS CLASSIFICAÇÕES E O	PORTARIA N. 33.861, DE 2023	DISPÕE SOBRE A UNIFICAÇÃO E PADRONIZAÇÃO DAS CLASSIFICAÇÕES E O	ADONDE
	DISPÕE SOBRE A UTILIZAÇÃO DE INTEGRANTES DAS FORÇAS POLICIAIS EST	RESOLUÇÃO N. 15.100, DE 13.1.2025	DISPÕE SOBRE A UTILIZAÇÃO DE INTEGRANTES DAS FORÇAS POLICIAIS EST	BAIXE
	DISPÕE SOBRE A UTILIZAÇÃO POR ESTUDANTES DE APARELHOS ELETRÔNIC	LEI N. 9.511, DE 1.4.2025	DISPÕE SOBRE A UTILIZAÇÃO POR ESTUDANTES DE APARELHOS ELETRÔNIC	ESSEMS
	DISPÕE SOBRE A VALIDADE DA DECLARAÇÃO DE ESTÁGIO EMITIDO PELOS Ó	LEI N. 10.012, DE 2023	DISPÕE SOBRE A VALIDADE DA DECLARAÇÃO DE ESTÁGIO EMITIDO PELOS Ó	DAÇÃO P
	DISPÕE SOBRE A VALIDADE DO LAUDO MÉDICO QUE ATESTA A SÍNDROME DI	LEI N. 9.028, DE 2023	DISPÕE SOBRE A VALIDADE DO LAUDO MÉDICO QUE ATESTA A SÍNDROME DI	OUTRAS
	DISPÕE SOBRE A VEDACÃO AO USO DE IMAGENS DE INVESTIGAÇÃO E OPER	LEI N. 8.522, DE 2023	DISPÕE SOBRE A VEDACÃO AO USO DE IMAGENS DE INVESTIGAÇÃO E OPER	SOCIAIS E
	DISPÕE SOBRE A VEDACÃO DE INAUGURAÇÃO PARCIAL OU INCOMPLETA DE	LEI N. 15.117, DE 2.4.2025	DISPÕE SOBRE A VEDACÃO DE INAUGURAÇÃO PARCIAL OU INCOMPLETA DE	
	DISPÕE SOBRE A VEICULAÇÃO GRATUITA DE INFORMAÇÃO EDUCATIVA ACEF	LEI N. 12.664, DE 5.6.2012	DISPÕE SOBRE A VEICULAÇÃO GRATUITA DE INFORMAÇÃO EDUCATIVA ACEF	DE DOEN
	DISPÕE SOBRE A VENDA DE UNIFORMES DAS FORÇAS ARMADAS DOS ÓRGÃ	LEI N. 8.503, DE 27.9.2021	DISPÕE SOBRE A VENDA DE UNIFORMES DAS FORÇAS ARMADAS DOS ÓRGÃ	SÉCURAN
	DISPÕE SOBRE DIRETRIZES PARA DISTRIBUIÇÃO DE VACINAS CONTRA O NO	LEI N. 13.243, DE 11.1.2016	DISPÕE SOBRE DIRETRIZES PARA DISTRIBUIÇÃO DE VACINAS CONTRA O NO	DO DE A
	DISPÕE SOBRE ESTÍMULOS AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO, À PESQUISA		DISPÕE SOBRE ESTÍMULOS AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO, À PESQUISA	ENTRE

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	DISPÕE SOBRE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS E DÁ PROVIDÊNCIAS	LEI N. 5.237, 17.7.1991	DISPÕE SOBRE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS E DÁ PROVIDÊNCIAS	
	DISPÕE SOBRE NORMAS DE CONCURSOS PÚBLICOS PARA PROFISSIONAIS DE	LEI N. 8.539, DE	DISPÕE SOBRE NORMAS DE CONCURSOS PÚBLICOS PARA PROFISSIONAIS DE	
	DISPÕE SOBRE O ACESSO A INFORMAÇÕES PÚBLICAS DE QUE TRATA A LEI	DECRETO N. 26.320 DE	DISPÕE SOBRE O ACESSO A INFORMAÇÕES PÚBLICAS DE QUE TRATA A LEI	
	DISPÕE SOBRE O ACESSO UNIVERSAL DE SAÚDE COM PRODUTOS DE CANNABIS	LEI N. 8.754, 8.11.2022	DISPÕE SOBRE O ACESSO UNIVERSAL DE SAÚDE COM PRODUTOS DE CANNABIS	
	DISPÕE SOBRE O ACOMPANHAMENTO INTEGRAL PARA EDUCANDOS COM DEFICIÊNCIA	LEI N. 14.254, DE	DISPÕE SOBRE O ACOMPANHAMENTO INTEGRAL PARA EDUCANDOS COM DEFICIÊNCIA	
	DISPÕE SOBRE O AFASTAMENTO DA EMPREGADA GESTANTE DAS ATIVIDADES	LEI Nº 14.151	DISPÕE SOBRE O AFASTAMENTO DA EMPREGADA GESTANTE DAS ATIVIDADES	
	DISPÕE SOBRE O APROVEITAMENTO DA ENERGIA SOLAR E INSTALAÇÃO DE	LEI N. 8.315, 22.9.2020	DISPÕE SOBRE O APROVEITAMENTO DA ENERGIA SOLAR E INSTALAÇÃO DE	
	DISPÕE SOBRE O APROVEITAMENTO DE ARMAS DE FOGO APREENHIDAS EM	LEI N. 8.291, 5.8.2020	DISPÕE SOBRE O APROVEITAMENTO DE ARMAS DE FOGO APREENHIDAS EM	
	DISPÕE SOBRE O ATENDIMENTO PREFERENCIAL AOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE	LEI N. 8.738, 2.8.2022	DISPÕE SOBRE O ATENDIMENTO PREFERENCIAL AOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE	
	DISPÕE SOBRE O CADASTRO ESTADUAL DE PEDÓNELOS NO ESTADO DE ALAGOAS	LEI Nº 9.433	DISPÕE SOBRE O CADASTRO ESTADUAL DE PEDÓNELOS NO ESTADO DE ALAGOAS	
	DISPÕE SOBRE O COMBATE À EROTIZAÇÃO INFANTIL E PROÍBE A EXPOSIÇÃO	LEI N. 9.874, DE	DISPÕE SOBRE O COMBATE À EROTIZAÇÃO INFANTIL E PROÍBE A EXPOSIÇÃO	
	DISPÕE SOBRE O COMPARECIMENTO DE MILITARES ESTADUAIS À JUSTIÇA E	LEI N. 9.521, 10.4.2025	DISPÕE SOBRE O COMPARECIMENTO DE MILITARES ESTADUAIS À JUSTIÇA E	
	DISPÕE SOBRE O CONCURSO PÚBLICO NACIONAL UNIFICADO E INSTITUI SEU	DECRETO N. 11.722 DE	DISPÕE SOBRE O CONCURSO PÚBLICO NACIONAL UNIFICADO E INSTITUI SEU	
	DISPÕE SOBRE O CONSELHO NACIONAL DA JUVENTUDE	DECRETO N. 11.833 DE	DISPÕE SOBRE O CONSELHO NACIONAL DA JUVENTUDE	
	DISPÕE SOBRE O CONSELHO NACIONAL DE COMANDANTES GERAIS DE POLÍCIA	DECRETO Nº	DISPÕE SOBRE O CONSELHO NACIONAL DE COMANDANTES GERAIS DE POLÍCIA	
	DISPÕE SOBRE O CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL	DECRETO N. 11.482 DE	DISPÕE SOBRE O CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL	
	DISPÕE SOBRE O CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS	DECRETO N. 11.480 DE	DISPÕE SOBRE O CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS	
	DISPÕE SOBRE O CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA - C	DECRETO N. 11.483 DE	DISPÕE SOBRE O CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA - C	
	DISPÕE SOBRE O CRONOGRAMA OPERACIONAL DO CADASTRO ELEITORAL E	RESOLUÇÃO	DISPÕE SOBRE O CRONOGRAMA OPERACIONAL DO CADASTRO ELEITORAL E	
	DISPÕE SOBRE O CRONOGRAMA OPERACIONAL DO CADASTRO ELEITORAL E	RESOLUÇÃO	DISPÕE SOBRE O CRONOGRAMA OPERACIONAL DO CADASTRO ELEITORAL E	
	DISPÕE SOBRE O DIREITO DE TODA MULHER À REALIZAÇÃO DO EXAME GEM	LEI N. 8.352, DE	DISPÕE SOBRE O DIREITO DE TODA MULHER À REALIZAÇÃO DO EXAME GEM	
	DISPÕE SOBRE O ENCERRAMENTO E MANUTENÇÃO DE CONTAS BANCÁRIAS	PORTARIA Nº	DISPÕE SOBRE O ENCERRAMENTO E MANUTENÇÃO DE CONTAS BANCÁRIAS	
	DISPÕE SOBRE O ENSINO NO EXÉRCITO BRASILEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	LEI N. 9.786, 8.2.1999	DISPÕE SOBRE O ENSINO NO EXÉRCITO BRASILEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	
	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DA ADVOCACIA E A ORDEM DOS ADVOGADOS D	LEI N. 8.906, 4.7.1994	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DA ADVOCACIA E A ORDEM DOS ADVOGADOS D	
	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DA CIDADE	LEI N. 10.257, 10.7.2001	REGULAMENTA OS ARTS. 182 E 183 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ESTABELECE	
	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DA TERRA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	LEI N. 4.504, DE	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DA TERRA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DE DEFESA DO	LEI N. 10.671, 15.5.2003	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DE DEFESA DO TORCEDOR E DÁ OUTRAS PROV	
	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DO ÍNDIO	LEI N. 6.001, DE	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DO ÍNDIO	
	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS FUNCIONÁRI	LEI N. 1.806, 18.9.1954	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS CIVIS DO ESTAD	
	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS MILITARES	LEI N. 6.880, 9.12.1980	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS MILITARES	
	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS POLICIAIS	LEI N. 5.346, 26.5.1992	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS POLICIAIS MILITARES DO ESTADO DE ALAG	PROVIDÊN
	DISPOE SOBRE O ESTATUTO DOS POLICIAIS DO ESTADO DE ALAGOAS - 1976	LEI N. 3.696, DE	DISPOE SOBRE O ESTATUTO DOS POLICIAIS MILITARES DO ESTADO DE ALAG	PROVIDÊN
	DISPÕE SOBRE O EXERCÍCIO DA PROFISSÃO	LEI N. 13.103, 2.03.2015	DISPÕE SOBRE O EXERCÍCIO DA PROFISSÃO DE MOTORISTA: ALTERA A CON	S DO TRAB
	DISPÕE SOBRE O EXERCÍCIO DA PROFISSÃO	LEI N. 13.475, 28.8.2017	DISPÕE SOBRE O EXERCÍCIO DA PROFISSÃO DE TRIPLANTE DE AERONAVE	ONAUTA; E
	DISPÕE SOBRE O EXERCÍCIO E ACÚMULO EX	LEI N. 9.592, 14.7.2025	DISPÕE SOBRE O EXERCÍCIO E ACÚMULO EXTRAORDINÁRIO DE FUNCÕES P	RATIVAS P
	DISPÕE SOBRE O FLUXO DO ACESSO A HIERA	LEI N. 8.668, 19.5.2022	DISPÕE SOBRE O FLUXO DO ACESSO A HIERARQUIA NO CORPO DE BOMBEI	ADO DE AL
	DISPÕE SOBRE O FUNDO NACIONAL DE SEGU	LEI N. 13.756, DE	DISPÕE SOBRE O FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA (ENSP) E SOB	O PRODUT
	DISPÕE SOBRE O HORÁRIO DE FUNCIONAME	DECRETO N. 37.615, DE	DISPÕE SOBRE O HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES	ONESTAD
	DISPÕE SOBRE O IMPOSTO SOBRE OPERACÔ	LEI N. 5.900, DE	DISPÕE SOBRE O IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES RELATIVAS À CIRCULAÇÃO	ESTADUE
	DISPÕE SOBRE O PAGAMENTO DE ARAPELH	LEI N. 8.685, 21.6.2022	DISPÕE SOBRE O PAGAMENTO DE ARAPELHOS DE MONITORAMENTO ELETR	OS, APENA
	DISPÕE SOBRE O PAGAMENTO DE FIANÇA VIA	LEI N. 9.428, DE	DISPÕE SOBRE O PAGAMENTO DE FIANÇA VIA PIX NO ÂMBITO DO ESTADO D	UTRAS PRO
	DISPÕE SOBRE O PARTO CESÁREA E O ACES	LEI N. 8.518, 7.10.2021	DISPÕE SOBRE O PARTO CESÁREA E O ACESSO AO USO DE ANALGESIA NO	À OUTRAS
	DISPÕE SOBRE O PLANO DE MÍDIA DO HORÁ	RESOLUÇÃO	DISPÕE SOBRE O PLANO DE MÍDIA DO HORÁRIO ELEITORAL GRATUITO REL	GO DE PR
	DISPÕE SOBRE O PLANTIO DE ORGANISMOS	LEI N. 11.460, 21.3.2007	DISPÕE SOBRE O PLANTIO DE ORGANISMOS GENETICAMENTE MODIFICADOS	ONSERVA
	DISPÕE SOBRE O PORTE E PAGAMENTO DE T	LEI N. 8.311, 9.9.2020	DISPÕE SOBRE O PORTE E PAGAMENTO DE TRIBUTOS, TAXA E MULTAS DE V	DRES, PRO
	DISPÕE SOBRE O PRAZO DE VALIDADE DO LA	LEI N. 8.488, DE	DISPÕE SOBRE O PRAZO DE VALIDADE DO LAUDO MÉDICO PERICIAL QUE AT	O DO ESP
	DISPÕE SOBRE O PROCESSO ADMINISTRATIV	DECRETO N. 58.689, DE	DISPÕE SOBRE O PROCESSO ADMINISTRATIVO NO ÂMBITO DO PODER EXEC	E ALAGO
	DISPÕE SOBRE O PROCESSO ADMINISTRATIV	LEI N. 6.771, DE	DISPÕE SOBRE O PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO - PAT. E DÁ OUT	
	DISPÕE SOBRE O PROCESSO E JULGAMENTO	LEI N. 9.868, DE	DISPÕE SOBRE O PROCESSO E JULGAMENTO DA AÇÃO DIRETA DE INCONST	TAÇÃO D
	DISPÕE SOBRE O PROGRAMA DE INCENTIVO	LEI N. 8.984, 26.9.2023	DISPÕE SOBRE O PROGRAMA DE INCENTIVO À UTILIZAÇÃO DA MUSICOTERA	NIÊNCIA
	DISPÕE SOBRE O PROGRAMA DE REUTILIZAC	DECRETO N. 109.405, DE	DISPÕE SOBRE O PROGRAMA DE REUTILIZAÇÃO DE BENS MÓVEIS - REMOBI	ÓRGÃOS E
	DISPÕE SOBRE O PROGRAMA ESTADUAL DE	LEI N. 9.615, 18.7.2025	DISPÕE SOBRE O PROGRAMA ESTADUAL DE ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO PERDID	ADOÇÃO

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	DISPÕE SOBRE O PROTOCOLO INDIVIDUALIZADO DE AVALIAÇÃO – PIA PARA	LEI N. 9.613, 18.7.2025	DISPÕE SOBRE O PROTOCOLO INDIVIDUALIZADO DE AVALIAÇÃO – PIA PARA	
	DISPÕE SOBRE O QUADRO ESPECÍFICO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DO	LEI N. 8.646, 31.3.2022	DISPÕE SOBRE O QUADRO ESPECÍFICO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DO	
	DISPÕE SOBRE O RATEIO DAS SOBRAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUT	LEI N. 8.567, 16.1.2021	DISPÕE SOBRE O RATEIO DAS SOBRAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUT	
	DISPÕE SOBRE O RATEIO DAS SOBRAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUT	LEI N. 8.368, 17.9.2019	DISPÕE SOBRE O RATEIO DAS SOBRAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUT	
	DISPÕE SOBRE O REALISTE DOS SUBSÍDIOS DOS MILITARES INTEGRANTES	LEI N. 8.627, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE O REALISTE DOS SUBSÍDIOS DOS MILITARES INTEGRANTES	
	DISPÕE SOBRE O REALISTE DOS SUBSÍDIOS DOS PROFISSIONAIS DO MAGIS	LEI N. 8.643, 30.3.2022	DISPÕE SOBRE O REALISTE DOS SUBSÍDIOS DOS PROFISSIONAIS DO MAGIS	
	DISPÕE SOBRE O REALISTE DOS SUBSÍDIOS DOS PROFISSIONAIS DO MAGIS	LEI N. 8.112, 17.9.2019	DISPÕE SOBRE O REALISTE DOS SUBSÍDIOS DOS PROFISSIONAIS DO MAGIS	
	DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES CIVIS DA UNIÃO DAS	LEI N. 8.112, 17.9.2019	DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES CIVIS DA UNIÃO DAS	
	DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO EMERGENCIAL E TRANSITÓRIO DE PAGA	LEI N. 8.406, 17.9.2019	DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO EMERGENCIAL E TRANSITÓRIO DE PAGA	
	DISPÕE SOBRE O REGISTRO, POSSE E COMERCIALIZAÇÃO DE ARMAS DE FO	LEI N. 10.826, 17.9.2019	DISPÕE SOBRE O REGISTRO, POSSE E COMERCIALIZAÇÃO DE ARMAS DE FO	
	DISPÕE SOBRE O REGULAMENTO DA RESERVA DA AERONÁUTICA	DECRETO N. 10.986, 17.9.2019	DISPÕE SOBRE O REGULAMENTO DA RESERVA DA AERONÁUTICA	
	DISPÕE SOBRE O REGULAMENTO DE UNIFORMES DA POLÍCIA MILITAR DO ES	DECRETO N. 74.020, 17.9.2019	DISPÕE SOBRE O REGULAMENTO DE UNIFORMES DA POLÍCIA MILITAR DO ES	
	DISPÕE SOBRE OS ATOS GERAIS DO PROCESSO ELEITORAL PARA AS ELEIC	RESOLUÇÃO N. 23.669, 17.9.2019	DISPÕE SOBRE OS ATOS GERAIS DO PROCESSO ELEITORAL PARA AS ELEIC	
	DISPÕE SOBRE OS ATOS GERAIS DO PROCESSO ELEITORAL PARA AS ELEIC	RESOLUÇÃO N. 23.669, 17.9.2019	DISPÕE SOBRE OS ATOS GERAIS DO PROCESSO ELEITORAL PARA AS ELEIC	
	DISPÕE SOBRE OS ATOS GERAIS DO PROCESSO ELEITORAL PARA AS ELEIC	RESOLUÇÃO N. 23.669, 17.9.2019	DISPÕE SOBRE OS ATOS GERAIS DO PROCESSO ELEITORAL PARA AS ELEIC	
	DISPÕE SOBRE OS CRITÉRIOS E AS CONDIÇÕES QUE ASSEGURAM AOS OEC	LEI N. 5.626, 15.6.1994	DISPÕE SOBRE OS CRITÉRIOS E AS CONDIÇÕES QUE ASSEGURAM AOS OEC	
	DISPÕE SOBRE O SERVIÇO DE LOTERIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	DECRETO N. 16.259, 12.1.1954	DISPÕE SOBRE O SERVIÇO DE LOTERIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	
	DISPÕE SOBRE O SERVIÇO MILITAR INICIAL FEMININO	DECRETO N. 12.154, 12.1.1954	DISPÕE SOBRE O SERVIÇO MILITAR INICIAL FEMININO	
	DISPÕE SOBRE OS FÉRIADOS NACIONAIS E ESTADUAIS PARA O EXERCÍCIO D	DECRETO N. 76.819, 12.1.1954	DISPÕE SOBRE OS FÉRIADOS NACIONAIS E ESTADUAIS PARA O EXERCÍCIO D	
	DISPÕE SOBRE OS FÉRIADOS NACIONAIS E ESTADUAIS PARA O EXERCÍCIO D	DECRETO N. 86.020, 12.1.1954	DISPÕE SOBRE OS FÉRIADOS NACIONAIS E ESTADUAIS PARA O EXERCÍCIO D	
	DISPÕE SOBRE OS FÉRIADOS NACIONAIS E ESTADUAIS PARA O EXERCÍCIO D	DECRETO N. 95.021, 12.1.1954	DISPÕE SOBRE OS FÉRIADOS NACIONAIS E ESTADUAIS PARA O EXERCÍCIO D	
	DISPÕE SOBRE OS FÉRIADOS NACIONAIS E ESTADUAIS PARA O EXERCÍCIO D	DECRETO N. 100.540, 12.1.1954	DISPÕE SOBRE OS FÉRIADOS NACIONAIS E ESTADUAIS PARA O EXERCÍCIO D	
	DISPÕE SOBRE OS FÉRIADOS NACIONAIS E ESTADUAIS PARA O EXERCÍCIO D	DECRETO N. 106.093, 12.1.1954	DISPÕE SOBRE OS FÉRIADOS NACIONAIS E ESTADUAIS PARA O EXERCÍCIO D	
	DISPÕE SOBRE OS FÉRIADOS NACIONAIS, ESTADUAIS E MUNICIPAIS PARA O	DECRETO N. 9.359, 12.1.1954	DISPÕE SOBRE OS FÉRIADOS NACIONAIS, ESTADUAIS E MUNICIPAIS PARA O	
	DISPÕE SOBRE O SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL DOS MILITARES DO ESTAD	LEI N. 8.671, 17.9.2019	DISPÕE SOBRE O SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL DOS MILITARES DO ESTAD	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	DISPÕE SOBRE OS LIMITES DE GASTOS PARA OS CARGOS ELETIVOS EM DIS	RESOLUÇÃO	DISPÕE SOBRE OS LIMITES DE GASTOS PARA OS CARGOS ELETIVOS EM DIS	
	DISPÕE SOBRE OS PARTIDOS POLÍTICOS	LEI N. 9.096, 19.9.1995	DISPÕE SOBRE OS PARTIDOS POLÍTICOS	
	DISPÕE SOBRE OS PARTIDOS POLÍTICOS - AN	LEI N. 9.096, DE 19.9.1995	DISPÕE SOBRE OS PARTIDOS POLÍTICOS - ANOTADO	
	DISPÕE SOBRE OS PRINCÍPIOS OS OBJETIVO	DECRETO N. 11.821 DE	DISPÕE SOBRE OS PRINCÍPIOS OS OBJETIVOS OS EIXOS ESTRATÉGICOS E	
	DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS ADMINIS	INSTRUÇÃO	DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS PARA APLICAÇÃO E	
	DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS A SERE	INSTRUÇÃO	DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS A SEREM ADOTADOS NO PROCESSO D	
	DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS DE EISC	RESOLUÇÃO	DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS DE EISCALIZAÇÃO E AUDITORIA DO SIS	
	DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA A	DECRETO N. 40 DE	DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA A ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS	
	DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS REFERE	DECRETO N. 69.225 DE	DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS REFERENTES À ADMINISTRAÇÃO A ME	
	DISPÕE SOBRE OS REQUISITOS MÍNIMOS DE	LEI N. 14.327, 13.4.2022	DISPÕE SOBRE OS REQUISITOS MÍNIMOS DE SEGURANÇA PARA A FABRICAÇÃO	
	DISPÕE SOBRE OS REQUISITOS PARA INGRES	LEI N. 12.705, 8.8.2012	DISPÕE SOBRE OS REQUISITOS PARA INGRESSO NOS CURSOS DE FORMAÇÃO	
	DISPÕE SOBRE O TRATAMENTO TRIBUTÁRIO	LEI Nº 8.467, 1.6.2022	DISPÕE SOBRE O TRATAMENTO TRIBUTÁRIO FAVORECIDO À PESSOA JURÍDICA	
	DISPÕE SOBRE O TRATAMENTO TRIBUTÁRIO	LEI N. 6.555, DE	DISPÕE SOBRE O TRATAMENTO TRIBUTÁRIO RELATIVO AO IMPOSTO SOBRE	
	DISPÕE SOBRE O USO DA TELEMEDICINA DUR	LEI N. 13.989, 15.4.2020	DISPÕE SOBRE O USO DA TELEMEDICINA DURANTE A CRISE CAUSADA PELO	
	DISPÕE SOBRE O USO DE ASSINATURAS ELE	LEI N. 14.063, DE	DISPÕE SOBRE O USO DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS EM INTERAÇÕES COM	
	DISPÕE SOBRE O VALOR DO SALÁRIO-MÍNIMO	LEI N. 14.358, 1.6.2022	DISPÕE SOBRE O VALOR DO SALÁRIO-MÍNIMO A VIGORAR A PARTIR DE 01.01	
	DISPÕE SOBRE PARTICIPAÇÃO PROTEÇÃO E	LEI N. 13.460, 26.6.2017	DISPÕE SOBRE PARTICIPAÇÃO PROTEÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DO USU	
	DISPÕE SOBRE PRINCÍPIOS REGRAS E INSTR	LEI N. 14.129, 29.3.2021	DISPÕE SOBRE PRINCÍPIOS REGRAS E INSTRUMENTOS PARA O GOVERNO D	
	DISPÕE SOBRE PROGRAMA DE PROTEÇÃO À	LEI N. 9.271, 11.6.2024	DISPÕE SOBRE PROGRAMA DE PROTEÇÃO À POLÍCIA CIVIL POLÍCIA MILITAR	
	DISPÕE SOBRE RECOMENDAÇÕES QUANTO À	RESOLUÇÃO	DISPÕE SOBRE RECOMENDAÇÕES QUANTO À DISPONIBILIZAÇÃO DE EFETIV	
	DISPÕE SOBRE REESTRUTURAÇÃO DA CARRE	LEI N. 8.630, 28.3.2022	DISPÕE SOBRE REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DO IN	
	DISPÕE SOBRE TAXAS PELO EXERCÍCIO DE P	LEI N. 6.442, DE	DISPÕE SOBRE TAXAS PELO EXERCÍCIO DE PODER DE POLÍCIA E POR SERVI	
	DISPÕE SOBRE A NATUREZA TÉCNICA E SING	LEI N. 14.039, 17.8.2020	ALTERA A LEI Nº 8.906 DE 04.07.1994 (Estatuto da OAB) E O DECRETO-LEI	
	DISPÕE SOBRE A REMESSA DE PATRIMÔNIO	LEI N. 14.141, 19.4.2021	ALTERA O ART. 16 DA LEI Nº 8.080 DE 19.09.1990 (Lei Orgânica da Saúde)	
	DOAÇÃO DE ÓRGÃOS	LEI N. 10.211, 23.3.2001	ALTERA OS DISPOSITIVOS DA LEI N. 9.434, DE 4.2.1997 QUE DISPÕE SOBRE A	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	DOAÇÃO (PATRIMÔNIO)	LEI N. 5.659, DE 17.6.2016	AUTORIZA A DOAÇÃO DE TERRENO QUE MENCIONA E DÁ PROVIDÊNCIAS CO	
	EDUCAÇÃO AMBIENTAL - POLÍTICA ESTADUAL	LEI N. 7.804, DE 17.6.2016	DISPÕE SOBRE A EDUCAÇÃO AMBIENTAL - INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE	TAL, E DÁ
	EDUCAÇÃO (OBRIGATORIEDADE DE DIVULGA	LEI N. 7.790, DE 22.1.2016	TORNA OBRIGATÓRIO ÀS ESCOLAS DAS REDES ESTADUAL E MUNICIPAL DE	AS ESCO
	EDUCAÇÃO (OBRIGATORIEDADE DO REGISTRO	LEI N. 7.788, DE 22.1.2016	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DO REGISTRO DE HISTÓRICO MÉDICO	OLAS DAS
	EDUCAÇÃO (PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO	LEI N. 7.795, DE 22.1.2016	APROVA O PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO - PEE E DÁ OUTRAS PROVIDÊN	
	EDUCAÇÃO (PROGRAMA ESCOLA LIVRE)	LEI N. 7.800, DE 5.5.2016	INSTITUI NO ÂMBITO DO SISTEMA ESTADUAL DE ENSINO O PROGRAMA "ESC	zada pelo C
	EFEETIVO ENSINO QUADRO DE PESSOAL E PE	LEI N. 3.791, DE 5.12.1977	DISPÕE SOBRE OS QUADROS DE OFICIAIS DE ADMINISTRAÇÃO E ESPECIALIS	TAR DE A
	EMBRIAGUEZ AO VOLANTE	LEI N. 11.275, DE 7.2.2006	ALTERA A REDAÇÃO DOS ARTS. 165, 277 E 302 DA LEI Nº 9.503, DE 23.09.1997, QUE	DE TRÂNS
	ENSINO ESTATUTO PROMOÇÃO SUBSÍDIOS	LEI N. 7.358, DE 6.6.2012	FIXA NOVA TABELA DE SUBSÍDIOS PARA OS SOLDADOS DA POLÍCIA MILITAR	MEIROS M
	ENSINO PROMOÇÃO	LEI N. 4.984, DE 11.5.1988	DÁ NOVA REDAÇÃO AO ART. 30 DA LEI Nº 4.345, DE 07 DE MAIO DE 1982, ACRE	AO INCIS
	ESTABELECE A CRIAÇÃO DE UM CADASTRO E	LEI N. 8.538, DE 18.7.2025	ESTABELECE A CRIAÇÃO DE UM CADASTRO ESTADUAL - JUNTO AO PROCON/A	O DE FICAR
	ESTABELECE ADMINISTRATIVAS ÀS PENALIDA	LEI N. 8.885, DE 18.7.2025	ESTABELECE ADMINISTRATIVAS ÀS PENALIDADES PESSOAS NATURAIS OU P	FAÇÃO DE
	ESTABELECE A OBRIGATORIEDADE DA PREST	LEI N. 15.133, DE 6.5.2025	ESTABELECE A OBRIGATORIEDADE DA PRESTAÇÃO DE CIRURGIA RECONSTE	DE (SUS)
	ESTABELECE A OBRIGATORIEDADE DE MENS	LEI N. 12.006, DE 29.7.2009	ACRESCENTA ARTIGOS À LEI Nº 9.503, DE 23.09.1997, QUE INSTITUI O CÓDIGO	SILEIRO, P
	ESTABELECE A POLÍTICA DE GESTÃO PARA U	DECRETO N. 95.022, DE 11.5.1988	ESTABELECE A POLÍTICA DE GESTÃO PARA UTILIZAÇÃO DE VEÍCULOS DA ER	INSUAOM
	ESTABELECE AS DIRETRIZES PARA IMPLANTA	DECRETO N. 88.653, DE 11.5.1988	ESTABELECE AS DIRETRIZES PARA IMPLANTACÃO DE PROCEDIMENTOS PEI	RESUNCE
	ESTABELECE AS NORMAS E AS DIRETRIZES E	DECRETO N. 9.191, DE 23.5.2016	ESTABELECE AS NORMAS E AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO, REDAÇÃO	DEMAÇÃO
	ESTABELECE AS NORMAS RELATIVAS À CON	DECRETO N. 23.532, DE 11.5.1988	ESTABELECE AS NORMAS RELATIVAS À CONCESSÃO DE SUPRIMENTO DE EI	PÚBLICO À
	ESTABELECE CRITÉRIOS PARA VACINAÇÃO D	LEI N. 8.536, DE 11.5.1988	ESTABELECE CRITÉRIOS PARA VACINAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE SERVIÇOS	
	ESTABELECE DE ACORDO COM O ART. 14, § 4º	LEI N. 8.536, DE 11.5.1988	ESTABELECE DE ACORDO COM O ART. 14, § 9º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL	NOVADE
	ESTABELECE DE ACORDO COM O ART. 14, § 4º	LEI N. 8.536, DE 11.5.1988	ESTABELECE DE ACORDO COM O ART. 14, § 9º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL	NOVADE
	ESTABELECE DIRETRIZES PARA A ELABORAC	RESOLUÇÃO N. 11.275, DE 7.2.2006	ESTABELECE DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO D	TRATIVAS
	ESTABELECE DIRETRIZES PARA A ELABORAC	RESOLUÇÃO N. 11.275, DE 7.2.2006	ESTABELECE DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO, G	DE TRÂNS
	ESTABELECE DIRETRIZES PARA A REALIZAÇ	RESOLUÇÃO N. 11.275, DE 7.2.2006	ESTABELECE DIRETRIZES PARA A REALIZAÇÃO DO RECONHECIMENTO DE PE	ÂMENTOS
	ESTABELECE DIRETRIZES SOBRE O USO DE	PORTARIA N. 11.275, DE 7.2.2006	ESTABELECE DIRETRIZES SOBRE O USO DE CÂMERAS CORPORAIS PELOS Ó	ÇA PÚBLI
	ESTABELECE ESTRATÉGIAS DESTINADAS À P	PORTARIA N. 11.275, DE 7.2.2006	ESTABELECE ESTRATÉGIAS DESTINADAS À PROTEÇÃO DA SAÚDE DOS CONS	ORÇEST

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	ESTABELECE INCENTIVOS À INDÚSTRIA DA RE	LEI N. 14.260, 8.12.2021	ESTABELECE INCENTIVOS À INDÚSTRIA DA RECICLAGEM E CRIA O FUNDO D	INVESTIM
	ESTABELECE MULTAS E SANÇÕES ADMINISTR	LEI N. 8.986, 26.9.2023	ESTABELECE MULTAS E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS A QUEM PRATICAR INV	PROTEÇÃO
	ESTABELECE NORMAS E DIRETRIZES PARA A	DECRETO Nº	ESTABELECE NORMAS E DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO, A REDACÇÃO, A A	OLIDAÇÃO
	ESTABELECE NORMAS E PROCEDIMENTOS P	PORTARIA Nº	ESTABELECE NORMAS E PROCEDIMENTOS PARA O TRATO DE EXPLOSIVOS	SINVASBO
	ESTABELECE NORMAS GERAIS PARA REALIZA	LEI N. 7.858, DE	ESTABELECE NORMAS GERAIS PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO E	ODIRETA
	ESTABELECE NORMAS PARA AS ELEIÇÕES - A	LEI N. 9.504, DE 30.9.1997	ESTABELECE NORMAS PARA AS ELEIÇÕES - ANOTADO	
	ESTABELECE NORMAS RELATIVAS À CONCES	DECRETO N. 37.119, DE	ESTABELECE NORMAS RELATIVAS À CONCESSÃO DE ADIANTAMENTO DE NUL	OPÚBLIC
	ESTABELECE O CALENDÁRIO DE PAGAMENTO	DECRETO N. 95.480, DE	ESTABELECE O CALENDÁRIO DE PAGAMENTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS (	DEBADO
	ESTABELECE O CALENDÁRIO ELEITORAL PAR	RESOLUÇÃO	ESTABELECE O CALENDÁRIO ELEITORAL PARA AS ELEIÇÕES 2022 - TSE	
	ESTABELECE O DIREITO DAS MÃES AMAMENT	LEI N. 8.829, 21.3.2023	ESTABELECE O DIREITO DAS MÃES AMAMENTAREM SEUS FILHOS DURANTE	DECURSO
	ESTABELECE O DIREITO DO IDOSO, DA PESS	LEI N. 9.740, DE	ESTABELECE O DIREITO DO IDOSO, DA PESSOA COM DEECIÊNCIA E DA MUL	ATRADEPS
	ESTABELECE O ÍNDICE DE ATUALIZAÇÃO MON	DECRETO N. 54.976, DE	ESTABELECE O ÍNDICE DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA NOS DÉRITOS E PARCE	ENCIÁRIOS
	ESTABELECE OS CRITÉRIOS DE PROGRESSÃO	LEI N. 7.820, 27.9.2016	ESTABELECE OS CRITÉRIOS DE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR CLASSE DA	ICOMOSU
	ESTABELECE O SEXO BIOLÓGICO COMO O ÚN	LEI N. 9.518, 10.4.2025	ESTABELECE O SEXO BIOLÓGICO COMO O ÚNICO CRITÉRIO PARA DEEINIÇÃO	OPEDIDU
	ESTABELECE OS PRINCÍPIOS E DIRETRIZES P	LEI Nº 9.095	ESTABELECE OS PRINCÍPIOS E DIRETRIZES PARA O USO DA INTELIGÊNCIA A	O DA ADM
	ESTABELECE OS PROCEDIMENTOS E AS NOR	DECRETO Nº	ESTABELECE OS PROCEDIMENTOS E AS NORMAS A SEREM ADOTADAS PELO	REDAEFA
	ESTABELECE O VALOR DAS HORAS/AULAS PA	DECRETO N. 1.846, DE	ESTABELECE O VALOR DAS HORAS/AULAS PARA O EXERCÍCIO DE REGÊNCIA	DADEEAS
	ESTABELECE PENALIDADES PARA QUEM DIVU	LEI N. 8.266, 9.6.2020	ESTABELECE PENALIDADES PARA QUEM DIVULGAR POR MEIO ELETRÔNICO	AKE NEWS
	ESTABELECE PERCENTUAL DE GRATIEICACÃO	LEI N. 8.103, 16.4.2019	ESTABELECE PERCENTUAL DE GRATIEICACÃO AOS POLICIAIS MILITARES INT	SCOMM
	ESTABELECE PERCENTUAL DE GRATIEICACÃO	LEI N. 7.906, 26.7.2017	ESTABELECE PERCENTUAL DE GRATIEICACÃO AOS POLICIAIS MILITARES INT	SSORCA
	ESTABELECE PRINCÍPIOS, GARANTIAS, DIREI	LEI N. 12.965, 23.4.2014	ESTABELECE PRINCÍPIOS, GARANTIAS, DIREITOS E DEVERES PARA O USO D	SIL - MAR
	ESTABELECE PRIORIDADE DE ATENDIMENTO	LEI N. 9.441, DE	ESTABELECE PRIORIDADE DE ATENDIMENTO PSICOTERÁPICO E CIRURGIA P	RALEGR
	ESTABELECE PROCEDIMENTO VIRTUAL DE IN	LEI N. 8.329, DE	ESTABELECE PROCEDIMENTO VIRTUAL DE INEORMAÇÕES E ACOILHIMENTO	SESSOAS
	ESTABELECE QUE AS IGREJAS E OS TEMPLOS	LEI N. 8.657, 25.4.2022	ESTABELECE QUE AS IGREJAS E OS TEMPLOS DE QUALQUER CULTO, COMO	ALASO RE
	ESTABELECE QUE OS HOSPITAIS E AS MATE	LEI N. 9.473, 20.1.2025	ESTABELECE QUE OS HOSPITAIS E AS MATERNIDADES PÚBLICAS E PRIVADA	VAISOB
	ESTABELECE A OBRIGATORIEDADE DE USO	LEI N. 11.910, 18.3.2008	ALTERA O ART. 105 DA LEI Nº 9.503, DE 23.09.1997, QUE INSTITUI O CÓDIGO D	FIRO, PAR

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	ESTABELECE REGRAS PARA TRÂNSITO DE DE	LEI N. 9.622, 21.7.2025	ESTABELECE REGRAS PARA TRÂNSITO DE DETERMINADAS RACAS DE ANIMA	E INTERAÇÃO
	ESTABELECIMENTO PRISIONAL DA POLÍCIA MILITAR	DECRETO N. 41.375 DE	DENOMINA "MAJOR JOÃO KYLLDERIS CARDOSO MOREIRA" O ESTABELECIME	POLÍCIA MILITAR
	ESTADO DE URGÊNCIA EM TODOS OS ÓRGÃOS	DECRETO N. 20.785 DE	DECRETA ESTADO DE URGÊNCIA EM TODOS OS ÓRGÃOS QUE COMPÕEM O	ANÇA PÚBLICA
	ESTADO DE URGÊNCIA EM TODOS OS ÓRGÃOS	DECRETO N. 24.129 DE	DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO DECRETO EST	27 DE JULHO
	ESTATUI NORMAS GERAIS DE DIREITO FINANCEIRO	LEI N. 4.320, 17.3.1964	ESTATUI NORMAS GERAIS DE DIREITO FINANCEIRO PARA ELABORAÇÃO E CO	CIÊNCIAS E
	ESTATUTO	LEI N. 5.941, 31.7.1997	ALTERA A REDAÇÃO DO INCISO VI DO ART. 81 DA LEI 5.346 DE 26 DE MAIO DE	PELA LEI 5
	ESTATUTO	LEI N. 7.657, 10.9.2014	ALTERA OS INCISOS II E III DO § 1º DO ART. 7º E ACRESCENTA O INCISO VIII	IGO, DA LEI
	ESTATUTO	LEI N. 6.803, 14.2.2007	DÁ NOVA REDAÇÃO AOS ARTIGOS 7º E 8º DA LEI Nº 5.346 DE 26 DE MAIO DE 1	S POLICIAIS
	ESTATUTO	LEI N. 7.126, DE	ALTERA A REDAÇÃO DO § 3º DO ART. 51 DA LEI Nº 5.346 DE 26 DE MAIO DE 19	LEI Nº 6.51
	ESTATUTO	LEI N. 6.290, 3.4.2002	REVOGA OS PARÁGRAFOS 2º E 3º DO ART. 90 DA LEI ESTADUAL Nº 5.346 DE	92, E DÁ O
	ESTATUTO	LEI N. 6.150, 11.5.2000	MODIFICA AS DISPOSIÇÕES CONTIDAS NOS ARTIGOS 80, 86 E 88 DA LEI Nº 5	DE 1992 (C
	ESTATUTO	LEI N. 5.729, 18.9.1995	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 5.346 DE 26 DE MAIO DE 1992 E ADOTA OUT	S. (Em dec
	ESTATUTO	LEI N. 5.358, 1.7.1992	ALTERA A LEI Nº 5.346 DE MAIO DE 1992 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	
	ESTATUTO	LEI N. 5.751, DE	ALTERA O § 1º DO ART. 18 E O INCISO VI DO ART. 81 DA LEI Nº 5.346 DE 26 DE	
	ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	LEI N. 8.069, 13.7.1990	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E DÁ OUTRAS	
	ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA	LEI N. 13.146, 6.7.2015	INSTITUI A LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA - EST	COM DEFICI
	ESTATUTO DO IDOSO	LEI N. 10.741, 1.10.2003	DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DO IDOSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	
	ESTATUTO PESSOAL REMUNERAÇÃO	LEI N. 5.046, DE	DÁ NOVA REDAÇÃO AOS DISPOSITIVOS QUE MENCIONA DA LEI Nº 3.696 DE 2	1976, DA L
	ESTENDE A BENEFICIÁRIOS QUE MENCIONA	LEI N. 4.423, DE	ESTENDE A BENEFICIÁRIOS QUE MENCIONA A PERCEPÇÃO DA COMPLEMENT	OS INSTIT
	ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO EST	LEI N. 9.454, 3.1.2025	ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE ALAGOAS PARA O EXE	DE 2025.
	EXPEDIÇÃO DE CERTIDÕES	LEI N. 9.051, 18.5.1995	DISPÕE SOBRE A EXPEDIÇÃO DE CERTIDÕES PARA A DEFESA DE DIREITOS E	S DE SITU
	EXTINGUE E CRIA CARGOS DE PROVIMENTO	LEI N. 8.661, 26.4.2022	EXTINGUE E CRIA CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO E DE PROVIMENTO EM	CONDIÇÃO
	EXTINGUIR A PENA DE PRISÃO DISCIPLINAR	LEI Nº 13.967	ALTERA O ART. 18 DO DECRETO-LEI Nº 667 DE 2 DE JULHO DE 1969 PARA EX	PRISÃO D
	FIXAÇÃO DE EFETIVO	LEI N. 5.476, DE	FIXA O EFETIVO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS E DÁ OUTRAS	evogada pe
	FIXAÇÃO DE EFETIVO	LEI N. 6.231, 19.4.2001	FIXA O EFETIVO E OS QUADROS DE ORGANIZAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR DO E	PARA OS
	FIXAÇÃO DE EFETIVO	LEI N. 6.400, 15.8.2003	DISPÕE SOBRE A FIXAÇÃO DO EFETIVO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE	AS PROVI

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	EIXACÃO DE FEETIVO	LEI N. 5.030, 2.12.1988	EIXA O FEETIVO DA POLÍCIA MILITAR DE ALAGOAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNC	
	EIXACÃO DE FEETIVO	LEI N. 5.285, DE	EIXA O FEETIVO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS E DÁ OUTRAS	
	EIXACÃO DE FEETIVO	LEI N. 7.372, 3.7.2012	DISPÕE SOBRE A EIXACÃO DO FEETIVO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE	AS PROVI
	EIXACÃO DE FEETIVO	LEI N. 5.339, 18.5.1992	ALTERA A LEI Nº 5.285, DE 13 DE DEZEMBRO DE 1991, QUE EIXA O FEETIVO D	O ESTADO
	EIXACÃO DE FEETIVO	LEI N. 5.178, DE	EIXA O FEETIVO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS E DÁ OUTRAS	
	EIXA O FEETIVO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTA	LEI N. 4.420, DE	EIXA O FEETIVO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS E DÁ OUTRAS	ADO EM 5
	EIXA OS SUBSÍDIOS DOS DEPUTADOS ESTAD	LEI N. 9.056, 8.11.2023	EIXA OS SUBSÍDIOS DOS DEPUTADOS ESTADUAIS, NOS TERMOS DOS §§ 1º E	INSTITUIÇ
	EIXA OS SUBSÍDIOS DOS INTEGRANTES DA C	LEI N. 8.317, 23.9.2020	EIXA OS SUBSÍDIOS DOS INTEGRANTES DA CARREIRA DA PERÍCIA OEICIAL D	AS – PO/A
	EIXA VENCIMENTOS DO CARGO DE "MOT	LEI N. 4.179, DE	EIXA VENCIMENTOS DO CARGO DE "MOTORISTA MECÂNICO" DO OI	. DE JUST
	FÓRUM ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIO	DECRETO N. 24.647, DE	DESIGNA OS MEMBROS DO FÓRUM ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	GOAS - FO
	ELUNCIONAMENTO DAS UNIDADES DE POLÍCIA	ACÓRDÃO N.	ELUNCIONAMENTO DAS UNIDADES DE POLÍCIA - IMPLANTACÃO E ADEQUACÃO	ERVIÇO N
	FUNDO ESPECIAL DE REEQUIPAMENTO (FUNERPOL)	LEI N. 3.694, DE	CRIA O FUNDO ESPECIAL DE REEQUIPAMENTO POLICIAL – FUNERPOL – E DÁ	CIAS. (Rev
	FUNDO ESPECIAL DE REEQUIPAMENTO (FUNERPOL)	LEI N. 4.178, DE	ALTERA A REDACÇÃO DOS ARTIGOS 1º, 2º E 6º E § 2º DO ARTIGO 8º DA LEI Nº 3	U O FUND
	FUNDO ESPECIAL DE REEQUIPAMENTO (FUNERPOL)	LEI N. 4.193, DE	DÁ NOVA REDACÇÃO AOS ARTIGOS 1º E 6º DA LEI Nº 3.694, DE 16 DE DEZEMBR	OS, DÁ NO
	FUNDO ESPECIAL DE SEGURANCA PÚBLICA (F	LEI N. 7.012, DE	INSTITUI O FUNDO ESPECIAL DE SEGURANCA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAG	
	FUNDO ESPECIAL DE SEGURANCA PÚBLICA (F	DECRETO N. 11.225, DE	DÁ NOVA REDACÇÃO AO CAPUT E § 1º DO ART. 7º DA LEI ESTADUAL Nº 7.012, D	DE 2008, C
	GABINETE DE GESTÃO INTEGRADA DE SEGUIE	DECRETO N. 20.786, DE	DISPÕE SOBRE A ORGANIZACÃO DO GABINETE DE GESTÃO INTEGRADA DE S	A ESTADUA
	GABINETE DE GESTÃO INTEGRADA DE SEGUIE	DECRETO N. 3.566, DE	DISPÕE SOBRE A REORGANIZACÃO DO GABINETE DE GESTÃO INTEGRADA D	ICA – GGI
	GABINETE MILITAR DO GOVERNADOR (INTERNO)	DECRETO N. 1.806, DE	APROVA O REGIMENTO INTERNO DO GABINETE MILITAR DO GOVERNADOR. (pelo Decreto n. 4.126, de 8.4.2009.)	
	GABINETE MILITAR (REGIMENTO INTERNO)	DECRETO N. 31.762, DE	DISPÕE SOBRE O REGIMENTO INTERNO DO GABINETE MILITAR	
	GARANTE PRIORIDADE DE VACINACÃO DA CO	LEI Nº 8.537	GARANTE PRIORIDADE DE VACINACÃO DA COVID-19 AOS GENITORES, TUTOE	ÉCONOSIS
	GRATIEICACÃO DE REPRESENTACÃO (AMT LE	LEI N. 6.635, DE	REALISTA VENCIMENTO BASE DOS SERVIDORES DO QUADRO DE PESSOAL	DER JUDI
	GRATIEICACÃO (ENSINO E INSTRUÇÃO)	LEI N. 5.036, DE	INSTITUI NA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS AS GRATIEICACÕES E	RUÇÃO. (F
	IINSTITUI O DIA 19 DE MAIO COMO O DIA NACI	LEI N. 14.769, DE	IINSTITUI O DIA 19 DE MAIO COMO O DIA NACIONAL DO FÍSICO	
	IINSTITUI O DIA NACIONAL DA DOCEIRA	LEI N. 14.749, 5.12.2023	IINSTITUI O DIA NACIONAL DA DOCEIRA	
	INCLUI A “SEMANA DE CONSCIENTIZACÃO E O	LEI N. 9.152, 19.1.2024	INCLUI A “SEMANA DE CONSCIENTIZACÃO E COMBATE AO RELACIONAMENTO	NDÁRIO O

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	INCLUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO ESTADO DE ALAGOAS O DIA 4.1.2022	LEI N. 8.546, DE 4.1.2022	INCLUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO ESTADO DE ALAGOAS O DIA 4.1.2022	
	INCLUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO ESTADO DE ALAGOAS O DIA 19.1.2022	LEI N. 8.569, DE 19.1.2022	INCLUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO ESTADO DE ALAGOAS O DIA 19.1.2022	TURA AL
	INCLUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO ESTADO DE ALAGOAS O DIA 4.1.2022	LEI N. 8.584, DE 4.1.2022	INCLUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO ESTADO DE ALAGOAS O DIA 4.1.2022	ADRIHEIR
	INCLUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO ESTADO DE ALAGOAS O DIA 4.1.2022	LEI N. 8.570, DE 4.1.2022	INCLUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO ESTADO DE ALAGOAS O DIA 4.1.2022	SGAE.
	INCLUI OS PROFISSIONAIS FISIOTERAPEUTA E TERAPEUTA OCUPACIONAL NA REDE PÚBLICA DE ENSINO	LEI N. 14.231, DE 11.7.2019	INCLUI OS PROFISSIONAIS FISIOTERAPEUTA E TERAPEUTA OCUPACIONAL NA REDE PÚBLICA DE ENSINO	ÚDE DA F
	INIBIR O CONSUMO DE BEBIDA ALCOÓLICA POR VEÍCULO EM VIAGEM	LEI N. 11.705, DE 19.6.2008	ALTERA A LEI Nº 9.503, DE 23.09.1997, QUE "INSTITUI O CÓDIGO DE TRÂNSITO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES"	Nº 9.294,
	INSTITUI 2021 A POLÍTICA ESTADUAL ANTIDROGAS NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGOAS	LEI N. 8.461, DE 23.6.2021	INSTITUI 2021 A POLÍTICA ESTADUAL ANTIDROGAS NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGOAS	DÁ OUTRA
	INSTITUI A AÇÃO DE PROMOÇÃO DA CULTURA OCEÂNICA NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO	LEI N. 8.974, DE 20.9.2023	INSTITUI A AÇÃO DE PROMOÇÃO DA CULTURA OCEÂNICA NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO	AS DE ENS
	INSTITUI A "CAMPAINHA ALUNO CONSCIENTE" DA REDE ESTADUAL DE ENSINO	LEI N. 8.370, DE 12.1.2021	INSTITUI A "CAMPAINHA ALUNO CONSCIENTE" DA REDE ESTADUAL DE ENSINO	
	INSTITUI A CAMPANHA NACIONAL DE PREVENÇÃO DA EXPOSIÇÃO INDEVIDA	LEI N. 14.539, DE 31.3.2023	INSTITUI A CAMPANHA NACIONAL DE PREVENÇÃO DA EXPOSIÇÃO INDEVIDA	
	INSTITUI A CAMPANHA "PET SANGUE BOM" NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGOAS	LEI N. 8.972, DE 20.9.2023	INSTITUI A CAMPANHA "PET SANGUE BOM" NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGOAS	ROVIDÊN
	INSTITUI A COMISSÃO INTERMINISTERIAL DE GESTÃO DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE	DECRETO N. 11.440, DE 14.4.2021	INSTITUI A COMISSÃO INTERMINISTERIAL DE GESTÃO DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE	
	INSTITUI A CULTURA DE AMBIENTE SAUDÁVEL E QUALIDADE DE VIDA NAS ESCOLAS	LEI N. 8.403, DE 14.4.2021	INSTITUI A CULTURA DE AMBIENTE SAUDÁVEL E QUALIDADE DE VIDA NAS ESCOLAS	ADUAL DE
	INSTITUI A ESTRATÉGIA FEDERAL DE INCENTIVO AO USO DE BIOMASSA E BIOMÉDICA	DECRETO N. 11.003, DE 11.03.2023	INSTITUI A ESTRATÉGIA FEDERAL DE INCENTIVO AO USO DE BIOMASSA E BIOMÉDICA	
	INSTITUI A ESTRATÉGIA NACIONAL DE EMPREENDEDORISMO FEMININO - BRASIL	DECRETO N. 10.988, DE 10.09.2023	INSTITUI A ESTRATÉGIA NACIONAL DE EMPREENDEDORISMO FEMININO - BRASIL	COMITÊ D
	INSTITUI A ESTRATÉGIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	DECRETO N. 11.822, DE 11.08.2023	INSTITUI A ESTRATÉGIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	
	INSTITUI A FORÇA PENAL NACIONAL - EPN NO ÂMBITO DA SECRETARIA NACIONAL DE PENAS	PORTARIA M. 13.445, DE 24.5.2017	INSTITUI A FORÇA PENAL NACIONAL - EPN NO ÂMBITO DA SECRETARIA NACIONAL DE PENAS	PENAS.
	INSTITUI A LEI DE MIGRAÇÃO - ESTATUTO DO ESTRANGEIRO	LEI N. 13.445, DE 24.5.2017	INSTITUI A LEI DE MIGRAÇÃO - ESTATUTO DO ESTRANGEIRO	
	INSTITUI A LEI GERAL DO ESPORTE	LEI N. 14.597, DE 14.6.2023	INSTITUI A LEI GERAL DO ESPORTE	
	INSTITUI A LEI ORGÂNICA DA ADVOCACIA GERAL DO ESTADO DE ALAGOAS E DO MUNICÍPIO	LEI N. 7, DE 7.11.2003	INSTITUI A LEI ORGÂNICA DA ADVOCACIA GERAL DO ESTADO DE ALAGOAS E DO MUNICÍPIO	CORRELAT
	INSTITUI A LEI ORGÂNICA NACIONAL DAS POLÍCIAS CIVIS	LEI N. 14.735, DE 14.7.2023	INSTITUI A LEI ORGÂNICA NACIONAL DAS POLÍCIAS CIVIS	DE FUNCIO
	INSTITUI A LEI ORGÂNICA NACIONAL DAS POLÍCIAS MILITARES E DOS CORPOS	LEI N. 14.751, DE 14.7.2023	INSTITUI A LEI ORGÂNICA NACIONAL DAS POLÍCIAS MILITARES E DOS CORPOS	RITÓRIAS
	INSTITUI A MEDALHA DO MÉRITO DA REPÚBLICA MARECHAL DEODORO DA SILVA	LEI N. 6.417, DE 7.11.2003	INSTITUI A MEDALHA DO MÉRITO DA REPÚBLICA MARECHAL DEODORO DA SILVA	S PROVID
	INSTITUI A MEDALHA DO MÉRITO DA REPÚBLICA MARECHAL DEODORO DA SILVA	LEI Nº 6.417, DE 7.11.2003	INSTITUI A MEDALHA DO MÉRITO DA REPÚBLICA MARECHAL DEODORO DA SILVA	S PROVID
	INSTITUI A MEIA-ENTRADA PARA PROFESSORES DA REDE PÚBLICA E PRIVADA	LEI N. 8.145, DE 19.8.2019	INSTITUI A MEIA-ENTRADA PARA PROFESSORES DA REDE PÚBLICA E PRIVADA	PROVISO
	INSTITUI A PLATAFORMA ÚNICA DO ESTADO DE ALAGOAS, DENOMINADA ALA	LEI N. 9.720, DE 7.11.2025	INSTITUI A PLATAFORMA ÚNICA DO ESTADO DE ALAGOAS, DENOMINADA ALA	DISPÕE S

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	INSTITUI A POLÍTICA DE AÇÕES DE SAÚDE MENTAL	LEI N. 9.215, 15.4.2024	INSTITUI A POLÍTICA DE AÇÕES DE SAÚDE MENTAL PARA OS INTEGRANTES DA	
	INSTITUI A POLÍTICA DE ATENÇÃO INTEGRAL	LEI N. 8.531, DE	INSTITUI A POLÍTICA DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DA MULHER NO ESTADO	
	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE APOIO AO	LEI N. 10.041, DE	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE APOIO AO PRIMEIRO ESTÁGIO – PAPEL NO	
	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE ATENÇÃO	LEI N. 8.702, 6.7.2022	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE ATENÇÃO ESPECÍFICA PARA A POPULAÇÃO	
	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE DIAGNÓSTICO	LEI N. 8.336, 5.11.2020	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE DIAGNÓSTICO E TRATAMENTO DA SÍNDROME	
	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE FORNECIMENTO	LEI N. 8.603, 22.2.2022	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS E EX	
	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE	LEI N. 9.312, 15.7.2024	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE ALAGOAS	
	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE PREVENÇÃO	LEI N. 8.373, 12.1.2021	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE PREVENÇÃO AO CÂNCER BUCAL NO ESTADO	
	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE PREVENÇÃO	LEI N. 8.698, 27.6.2022	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE PREVENÇÃO, DETECÇÃO PRECOCE E INÍCIO	
	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE PROTEÇÃO	LEI N. 9.746, DE	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA PESSOA COM	
	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE PROTEÇÃO	LEI N. 10.055, DE	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE PROTEÇÃO E ATENÇÃO INTEGRAL ÀS CRIANÇAS	
	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE SAÚDE MENTAL	LEI N. 8.971, 20.9.2023	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE SAÚDE MENTAL NA REDE PÚBLICA E PRIVADA	
	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL PARA A POPULAÇÃO	LEI N. 9.058, DE	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL PARA A POPULAÇÃO IMIGRANTE, DISPÕE SOBRE	
	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL “VINÍFERA” DE COMBATE	LEI N. 9.767, DE	INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL “VINÍFERA” DE COMBATE A INTIMIDADE RACIAL E A	
	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE ABASTECIMENTO	DECRETO N. 11.820, DE	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE ABASTECIMENTO ALIMENTAR E DISPÕE SOBRE	
	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA	LEI N. 14.914, 3.7.2024	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL (PNAES)	
	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO	LEI N. 14.819, 16.1.2024	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL NAS COMUNIDADES	
	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE BUSCA DE	LEI N. 13.812, 16.3.2019	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE BUSCA DE PESSOAS DESAPARECIDAS, CRIANÇAS	
	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE CONSCIENTIZAÇÃO	LEI N. 14.722, 8.11.2023	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE CONSCIENTIZAÇÃO E INCETIVO À DOAÇÃO DE	
	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE DADOS E INFORMAÇÕES	LEI N. 14.232, DE	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE DADOS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS ÀS MULHERES	
	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO	LEI N. 14.533, 11.1.2023	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DIGITAL E ALTERA AS LEIS Nº 14.126	
	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO	DECRETO N. 9.607, DE	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS	
	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE HUMANIZAÇÃO	LEI N. 15.139, 23.5.2025	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE HUMANIZAÇÃO DO LUTO MATERNO E PATERNAL	
	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE PREVENÇÃO E CONTROLE	LEI N. 14.758, DE	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE PREVENÇÃO E CONTROLE DO CÂNCER NA	
		LEI N. 12.764, DE		
	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE BUCAL	LEI N. 14.572, 8.5.2023	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE BUCAL NO ÂMBITO DO SISTEMA ÚNICO	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE TRABALHO	LEI N. 14.821, 16.1.2024	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE TRABALHO DIGNO E CIDADANIA PARA A P	
	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL PARA RECUPERAÇÃO	DECRETO N. 11.079 DE	INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL PARA RECUPERAÇÃO DAS APRENDIZAGENS	
	INSTITUI A POLÍTICA PÚBLICA DE FORTALECIMENTO	LEI N. 8.375, 18.1.2021	INSTITUI A POLÍTICA PÚBLICA DE FORTALECIMENTO DAS OLIVADORIAS PÚBLICAS	
	INSTITUI AS DIRETRIZES DA POLÍTICA NACIONAL	LEI N. 12.587, DE	INSTITUI AS DIRETRIZES DA POLÍTICA NACIONAL DE MOBILIDADE URBANA: R	
	INSTITUI A SEMANA DE CONSCIENTIZAÇÃO DO	LEI N. 9.711, DE	INSTITUI A SEMANA DE CONSCIENTIZAÇÃO DO TRANSTORNO DO DESENVOLV	
	INSTITUI A SEMANA ESTADUAL DA	LEI N. 9.714, 7.11.2025	INSTITUI A SEMANA ESTADUAL DA ACESSIBILIDADE	
	INSTITUI A SEMANA ESTADUAL DE COMBATE	LEI N. 8.808, 13.1.2023	INSTITUI A SEMANA ESTADUAL DE COMBATE AO ABUSO E EXPLORAÇÃO SEX	
	INSTITUI A "SEMANA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO	LEI N. 8.696, 27.6.2022	INSTITUI A "SEMANA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO CONSCIENTIZAÇÃO E ORIENT	
	INSTITUI A SEMANA NACIONAL DE CONSCIENT	LEI N. 14.543, 3.4.2023	INSTITUI A SEMANA NACIONAL DE CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE A DEPRESSÃO	
	INSTITUI A SEMANA NACIONAL DO USO CONS	LEI N. 14.549, 13.4.2023	INSTITUI A SEMANA NACIONAL DO USO CONSCIENTE DA ÁGUA	
	INSTITUI AS UNIDADES REGIONAIS DE SANEAM	LEI N. 8.358, 3.12.2020	INSTITUI AS UNIDADES REGIONAIS DE SANEAMENTO BÁSICO NO ESTADO DE	
	INSTITUI A TABELA DE DISTRIBUIÇÃO DE COM	RESOLUÇÃO	INSTITUI A TABELA DE DISTRIBUIÇÃO DE COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS EXECI	
	INSTITUI E DEEFINE AS DIRETRIZES PARA A PO	LEI N. 10.005, DE	INSTITUI E DEEFINE AS DIRETRIZES PARA A POLÍTICA ESTADUAL DE PREVENÇ	
	INSTITUI GRATIFICAÇÃO AOS INTEGRANTES D	LEI N. 7.451, 13.3.2013	INSTITUI GRATIFICAÇÃO AOS INTEGRANTES DA ASSESSORIA MILITAR DO TRI	
	INSTITUI GRUPO DE TRABALHO INTERMINIST	DECRETO N. 11.514 DE	INSTITUI GRUPO DE TRABALHO INTERMINISTERIAL PARA A ELABORAÇÃO DE	
	INSTITUI MEDIDAS DE PROTEÇÃO À CRIANÇA	LEI N. 14.811, 12.1.2024	INSTITUI MEDIDAS DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE CONTRA A	
	INSTITUI MEDIDAS PARA O COMBATE À OBES	LEI N. 9.696, DE	INSTITUI MEDIDAS PARA O COMBATE À OBESIDADE INEANTIL EM ESCOLAS P	
	INSTITUI MEDIDAS TEMPORÁRIAS DE ENEREN	DECRETO N. 69.502 DE	INSTITUI MEDIDAS TEMPORÁRIAS DE ENERENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE	
	INSTITUI MEDIDAS TEMPORÁRIAS DE ENEREN	DECRETO N. 69.529 DE	INSTITUI MEDIDAS TEMPORÁRIAS DE ENERENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE	
	INSTITUI MEDIDAS TEMPORÁRIAS DE ENEREN	DECRETO N. 69.527 DE	INSTITUI MEDIDAS TEMPORÁRIAS DE ENERENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE	
	INSTITUI NA POLÍCIA MILITAR E NO CORPO DE	LEI N. 6.568, 6.1.2005	INSTITUI NA POLÍCIA MILITAR E NO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTA	
	INSTITUI NO ÂMBITO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	LEI	INSTITUI NO ÂMBITO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS - ME	
	INSTITUI NO ÂMBITO ESTADUAL A CAMPANHA	LEI N. 8.338, 5.11.2020	INSTITUI NO ÂMBITO ESTADUAL A CAMPANHA "MAIO LILÁS" COM O OBJETIVO	
	INSTITUI NO ESTADO DE ALAGOAS A POLÍTIC	LEI N. 8.592, 22.2.2022	INSTITUI NO ESTADO DE ALAGOAS A POLÍTICA ESTADUAL DE INCENTIVO AO	
	INSTITUI NO ESTADO DE ALAGOAS O "DIA ES	LEI N. 8.653, 13.4.2022	INSTITUI NO ESTADO DE ALAGOAS O "DIA ESTADUAL DO PROTETOR DOS AN	
	INSTITUI NORMAS GERAIS SOBRE DESPORTO	LEI N. 9.615, 24.3.1998	INSTITUI NORMAS GERAIS SOBRE DESPORTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	INSTITUI NORMAS PARA LICITAÇÕES E CONTR	LEI N. 8.666, 21.6.1993	INSTITUI NORMAS PARA LICITAÇÕES E CONTRATOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	PROVIDÊNCIAS
	INSTITUI NORMAS PROTETIVAS E DIREITO À IN	LEI N. 8.581, 19.1.2022	INSTITUI NORMAS PROTETIVAS E DIREITO À INFORMAÇÃO AOS CONSUMIDORES	SOCIAÇÕES
	INSTITUI O AUXÍLIO GÁS DOS BRASILEIROS: E	LEI N. 14.237, 18.5.2022	INSTITUI O AUXÍLIO GÁS DOS BRASILEIROS: E ALTERA A LEI Nº 10.336 DE 19.1.2022	
	INSTITUI O BENEFÍCIO EXTRAORDINÁRIO ÀS F	LEI N. 14.342, 18.5.2022	INSTITUI O BENEFÍCIO EXTRAORDINÁRIO ÀS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS DO PRO	PROVIDÊNCIAS
	INSTITUI OBRIGATORIEDADE DA INCLUSÃO DE	LEI N. 8.303, 25.8.2020	INSTITUI OBRIGATORIEDADE DA INCLUSÃO DE FUNCIONÁRIOS OU SERVIDORES	PARA O AT
	INSTITUI O CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO PARA	LEI N. 8.254, 18.5.2022	INSTITUI O CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO	S, E DÁ O
	INSTITUI O CÓDIGO ALAGOANO DE PROTEÇÃO	LEI N. 9.716, 18.5.2022	INSTITUI O CÓDIGO ALAGOANO DE PROTEÇÃO À PESSOA COM TRANSTORNOS	ISTA – TEA
		LEI N. 8.039, 6.9.2018		
	INSTITUI O CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO ESTADO	LEI N. 5.077, 12.6.1989	INSTITUI O CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO ESTADO DE ALAGOAS	DOUJEABA
	INSTITUI O CONSELHO DELIBERATIVO DO SIS	DECRETO N. 95.602 DE	INSTITUI O CONSELHO DELIBERATIVO DO SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL DO	DECODEJ
	INSTITUI O CONSELHO NACIONAL DOS	DECRETO N. 8.750 DE	INSTITUI O CONSELHO NACIONAL DOS POVOS E COMUNIDADES	
	INSTITUI O DIA 13 DE MARÇO COMO O DIA NA	LEI N. 14.324, 12.4.2022	INSTITUI O DIA 13 DE MARÇO COMO O DIA NACIONAL DE LUTA CONTRA A ENF	VIAMENPO
	INSTITUI O DIA 7 DE MARÇO O DIA DA TECNO	LEI N. 8.684, 14.6.2022	INSTITUI O DIA 7 DE MARÇO O DIA DA TECNOLOGIA ALAGOANA E DÁ OUTRAS	
	INSTITUI O DIA DA VALORIZAÇÃO DA MULHER	LEI N. 8.322, 18.5.2022	INSTITUI O DIA DA VALORIZAÇÃO DA MULHER ADVOGADA NO CALENDÁRIO O	DE ALAGO
	INSTITUI O DIA DO POLICIAL LEGISLATIVO	LEI N. 14.262, 18.5.2022	INSTITUI O DIA DO POLICIAL LEGISLATIVO	
	INSTITUI O DIA DO BELPELÉ	LEI N. 14.909, 1.7.2024	INSTITUI O DIA DO BELPELÉ	
	INSTITUI O DIA DOS POVOS INDÍGENAS E REV	LEI N. 14.402, 8.7.2022	INSTITUI O DIA DOS POVOS INDÍGENAS E REVOGA O DECRETO-LEI Nº 5.540 D	
	INSTITUI O DIA DO TRANSPORTADOR INTERM	LEI N. 8.706, 6.7.2022	INSTITUI O DIA DO TRANSPORTADOR INTERMUNICIPAL NO ÂMBITO DO ESTAD	
	INSTITUI O “DIA DO VETERANO POLICIAL MILIT	LEI N. 8.276, 13.7.2020	INSTITUI O “DIA DO VETERANO POLICIAL MILITAR” NA POLÍCIA MILITAR DO ES	E DÁ OUTR
	INSTITUI O DIA ESTADUAL DO ATIRADOR	LEI N. 8.752, 8.11.2022	INSTITUI O DIA ESTADUAL DO ATIRADOR DESPORTIVO	
	INSTITUI O “DIA ESTADUAL DO LUTO PELAS VÍ	LEI N. 8.939, 14.8.2023	INSTITUI O “DIA ESTADUAL DO LUTO PELAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	
	INSTITUI O DIA NACIONAL DA CONSCIENTIZAÇ	LEI N. 14.916, 5.7.2024	INSTITUI O DIA NACIONAL DA CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE A DERMATITE ATÓPICA	
	INSTITUI O DIA NACIONAL DA EDUCAÇÃO LEG	LEI N. 14.798, 5.1.2024	INSTITUI O DIA NACIONAL DA EDUCAÇÃO LEGISLATIVA	
	INSTITUI O DIA NACIONAL DA EDUCAÇÃO PRO	LEI N. 14.139, 16.4.2021	INSTITUI O DIA NACIONAL DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	
	INSTITUI O DIA NACIONAL DA MULHER EMPRE	LEI N. 14.545, 4.4.2023	INSTITUI O DIA NACIONAL DA MULHER EMPRESÁRIA	
	INSTITUI O DIA NACIONAL DA PESSOA COM VI	LEI N. 14.622, 17.7.2023	INSTITUI O DIA NACIONAL DA PESSOA COM VISÃO MONOCULAR	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	INSTITUI O DIA NACIONAL DA SAÚDE ÚNICA	LEI N. 14.792, 5.1.2024	INSTITUI O DIA NACIONAL DA SAÚDE ÚNICA	
	INSTITUI O DIA NACIONAL DE COMBATE À TORTURA	LEI N. 14.797, 5.1.2024	INSTITUI O DIA NACIONAL DE COMBATE À TORTURA	
	INSTITUI O DIA NACIONAL DE CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE A FISSURA LABIAL	LEI N. 14.404, 11.7.2022	INSTITUI O DIA NACIONAL DE CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE A FISSURA LABIAL	
	INSTITUI O DIA NACIONAL DE CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE A PATERNIDADE RECONHECIDA	LEI N. 14.623, 17.7.2023	INSTITUI O DIA NACIONAL DE CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE A PATERNIDADE RECONHECIDA	COMEMOR
	INSTITUI O DIA NACIONAL DE CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE AS DOENÇAS CRÔNICAS	LEI N. 14.915, 5.7.2024	INSTITUI O DIA NACIONAL DE CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE AS DOENÇAS CRÔNICAS	
	INSTITUI O DIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES	LEI N. 15.382, 9.04.2026	INSTITUI O DIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES	INAS INDÍ
	INSTITUI O DIA NACIONAL DO ESPIRITISMO	LEI N. 14.354, 30.5.2022	INSTITUI O DIA NACIONAL DO ESPIRITISMO	
	INSTITUI O DIA NACIONAL DO FLUNK	LEI N. 14.940, 30.7.2024	INSTITUI O DIA NACIONAL DO FLUNK	
	INSTITUI O DIA NACIONAL DO HEMOTERAPEUTA	LEI N. 14.919, 5.7.2024	INSTITUI O DIA NACIONAL DO HEMATOLOGISTA E DO HEMOTERAPEUTA	
	INSTITUI O DIA NACIONAL DO POLICIAL PENAL	LEI N. 14.908, 1.7.2024	INSTITUI O DIA NACIONAL DO POLICIAL PENAL	
	INSTITUI O DIA NACIONAL DO PROFISSIONAL DE LOGÍSTICA	LEI N. 14.329, 4.5.2022	INSTITUI O DIA NACIONAL DO PROFISSIONAL DE LOGÍSTICA	
	INSTITUI O DIA NACIONAL DOS AGENTES DE TRÂNSITO	LEI N. 14.594, 2.6.2023	INSTITUI O DIA NACIONAL DOS AGENTES DE TRÂNSITO	
	INSTITUI O DIA NACIONAL DO SANEONEIRO	LEI N. 14.140, 19.4.2021	INSTITUI O DIA NACIONAL DO SANEONEIRO	
	INSTITUI O DIPLOMA DE HONRA AO MÉRITO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DE DEFESA	PORTARIA Nº 12.288, 20.7.2010	INSTITUI O DIPLOMA DE HONRA AO MÉRITO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DE DEFESA	
	INSTITUI O ESTATUTO DA IGUALDADE RACIAL	LEI N. 12.852, 5.8.2013	INSTITUI O ESTATUTO DA IGUALDADE RACIAL - ALTERA AS LEIS Nºs 7.716 DE 13.04.1995	13.04.1995
	INSTITUI O ESTATUTO DA JUVENTUDE E DISPOE SOBRE OS DIREITOS DOS JOVENS	LEI N. 14.238, 14.1.2009	INSTITUI O ESTATUTO DA JUVENTUDE E DISPOE SOBRE OS DIREITOS DOS JOVENS	SO SISEM
	INSTITUI O ESTATUTO DA PESSOA COM CÂNCER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	LEI N. 11.904, 14.1.2009	INSTITUI O ESTATUTO DA PESSOA COM CÂNCER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	
	INSTITUI O ESTATUTO DE MUSEUS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	LEI N. 15.378, 6.04.2026	INSTITUI O ESTATUTO DE MUSEUS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	
	INSTITUI O ESTATUTO DOS DIREITOS DO PACIENTE	LEI N. 15.378, 6.04.2026	INSTITUI O ESTATUTO DOS DIREITOS DO PACIENTE	
	INSTITUI O ESTATUTO NACIONAL DA MICROEMPRESA E DA EMPRESA DE PEQUENA PORTE	LEI Nº 14.149, 10.689 DE	INSTITUI O ESTATUTO NACIONAL DA MICROEMPRESA E DA EMPRESA DE PEQUENA PORTE	RA DISPOS
	INSTITUI O FORMULÁRIO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DE RISCO A SER APLICADO EM CASOS DE VIOLÊNCIA	DECRETO N. 11.485 DE	INSTITUI O FORMULÁRIO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DE RISCO A SER APLICADO EM CASOS DE VIOLÊNCIA	DE VIOLÊ
	INSTITUI O GRUPO DE APOIO A DESASTRES NO ÂMBITO DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	DECRETO N. 11.485 DE	INSTITUI O GRUPO DE APOIO A DESASTRES NO ÂMBITO DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	REGIONAL
	INSTITUI O GRUPO DE TRABALHO INTERMINISTERIAL COM A FINALIDADE DE ELABORAR O PLANO DE AÇÃO	DECRETO N. 11.487 DE	INSTITUI O GRUPO DE TRABALHO INTERMINISTERIAL COM A FINALIDADE DE ELABORAR O PLANO DE AÇÃO	TA DO PLO
	INSTITUI O GRUPO DE TRABALHO SOBRE A AVALIAÇÃO BIOPSSICOSSOCIAL LIMI	LEI Nº 14.149, 10.689 DE	INSTITUI O GRUPO DE TRABALHO SOBRE A AVALIAÇÃO BIOPSSICOSSOCIAL LIMI	CIA NO ÂM
	INSTITUI O MARCO LEGAL DAS STARTUPS E DO EMPREENDEDORISMO INOVADOR	LEI Nº 14.149, 10.689 DE	INSTITUI O MARCO LEGAL DAS STARTUPS E DO EMPREENDEDORISMO INOVADOR	ENTRADA
	INSTITUI O MARCO LEGAL DO COMBATE AO CRIME ORGANIZADO NO BRASIL (LEI RAUL	LEI N. 15.358, 11.7.2023	INSTITUI O MARCO LEGAL DO COMBATE AO CRIME ORGANIZADO NO BRASIL	N); TIFIC

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	INSTITUI O MÊS DE JULHO COMO MÊS NACIONAL DO COMBATE AO CÂNCER DE	LEI N. 14.328, 20.4.2022	INSTITUI O MÊS DE JULHO COMO MÊS NACIONAL DO COMBATE AO CÂNCER DE	ÇO. Inst
	INSTITUI O MÊS MARCO ROXO	LEI N. 9.7033, 7.11.2025	INSTITUI O MÊS MARCO ROXO DEDICADO À REALIZAÇÃO DE AÇÕES DE CONS	E EPILEPS
	INSTITUI O MODELO DE GESTÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL DO	LEI DELEGADA	INSTITUI O MODELO DE GESTÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL DO	, E DÁ OUT
	INSTITUI O PLANO NACIONAL DE ENERENTAMENTO AO FEMINICÍDIO	DECRETO N. 10.906 DE	INSTITUI O PLANO NACIONAL DE ENERENTAMENTO AO FEMINICÍDIO	
	INSTITUI O PLANO NACIONAL DE FERTILIZANTES 2022-2050 E O CONSELHO N	DECRETO N. 10.991 DE	INSTITUI O PLANO NACIONAL DE FERTILIZANTES 2022-2050 E O CONSELHO N	ZANTES E
	INSTITUI O PLANO PLURIANUAL DA UNIÃO PARA O PERÍODO DE 2024 A 2027	LEI N. 14.802, DE	INSTITUI O PLANO PLURIANUAL DA UNIÃO PARA O PERÍODO DE 2024 A 2027	
	INSTITUI O PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DO ESTADO DE ALAGOAS E DISPON	LEI N. 6.971, 5.8.2008	INSTITUI O PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DO ESTADO DE ALAGOAS E DISPON	ABADO DO
	INSTITUI O PROGRAMA ALAGOANO DE ENERGIA RURAL RENOVÁVEL E DÁ OI	LEI N. 9.472, 20.1.2025	INSTITUI O PROGRAMA ALAGOANO DE ENERGIA RURAL RENOVÁVEL E DÁ OI	S.
	INSTITUI O PROGRAMA ALIQUÍLIO BRASIL E O PROGRAMA ALIMENTA BRASIL	LEI N. 14.284, DE	INSTITUI O PROGRAMA ALIQUÍLIO BRASIL E O PROGRAMA ALIMENTA BRASIL	
	INSTITUI O PROGRAMA BOLSA ESCOLA 10 NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGO	LEI N. 8.551, DE	INSTITUI O PROGRAMA BOLSA ESCOLA 10 NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGO	ROVIDÊNCO
	INSTITUI O PROGRAMA CARTÃO GÁS COMO MEDIDA DE ENERENTAMENTO DA	LEI N. 8.591, 22.2.2022	INSTITUI O PROGRAMA CARTÃO GÁS COMO MEDIDA DE ENERENTAMENTO DA	SOVIDA 19
	INSTITUI O PROGRAMA CRIANÇA ALAGOANA – CRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊN	LEI N. 10.045, DE	INSTITUI O PROGRAMA CRIANÇA ALAGOANA – CRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊN	
	INSTITUI O PROGRAMA CRIANÇA ALAGOANA – CRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊN	LEI N. 7.965, 9.1.2018	INSTITUI O PROGRAMA CRIANÇA ALAGOANA – CRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊN	
	INSTITUI O PROGRAMA DE CONCESSÕES E PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS I	LEI N. 8.232, 10.1.2020	INSTITUI O PROGRAMA DE CONCESSÕES E PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS I	OAS – PP
	INSTITUI O PROGRAMA DE COOPERAÇÃO E O CÓD	LEI N. 8.397, 19.3.2021	INSTITUI O PROGRAMA DE COOPERAÇÃO E O CÓD	DE COMEN
	INSTITUI O PROGRAMA DE PREVENÇÃO E ENERENTAMENTO AO ASSÉDIO SE	LEI N. 14.540, 3.4.2023	INSTITUI O PROGRAMA DE PREVENÇÃO E ENERENTAMENTO AO ASSÉDIO SE	NEÇÃO CON
	INSTITUI O PROGRAMA DE PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DA SAÚDE MENSTRUAL	LEI N. 14.214, 6.10.2021	INSTITUI O PROGRAMA DE PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DA SAÚDE MENSTRUAL	AS DE
	INSTITUI O PROGRAMA DE RECONSTRUÇÃO DENTÁRIA PARA MULHERES VÍTI	LEI N. 15.116, 2.4.2025	INSTITUI O PROGRAMA DE RECONSTRUÇÃO DENTÁRIA PARA MULHERES VÍTI	DO MEN
	INSTITUI O PROGRAMA ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL E ALTERA A LEI Nº 11	LEI N. 14.640, 31.7.2023	INSTITUI O PROGRAMA ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL E ALTERA A LEI Nº 11	LEI Nº 13.4
	INSTITUI O PROGRAMA ESTADUAL BANCO DE RAÇÃO E UTENSÍLIOS PARA AN	LEI N. 8.973, 20.9.2023	INSTITUI O PROGRAMA ESTADUAL BANCO DE RAÇÃO E UTENSÍLIOS PARA AN	O ESTADO
	INSTITUI O PROGRAMA ESTADUAL DE ACOMPANHAMENTO PRÉ NATAL E PÓS	LEI N. 8.988, 26.9.2023	INSTITUI O PROGRAMA ESTADUAL DE ACOMPANHAMENTO PRÉ NATAL E PÓS	ÂNCES TAN
	INSTITUI O PROGRAMA ESTADUAL DE EQUITERAPIA COMO MÉTODO TERAPI	LEI N. 8.968, 20.9.2023	INSTITUI O PROGRAMA ESTADUAL DE EQUITERAPIA COMO MÉTODO TERAPI	ÇÃO E RE
	INSTITUI O PROGRAMA ESTADUAL DE ESTÍMULO AO EMPREENDEDORISMO D	LEI N. 10.042, DE	INSTITUI O PROGRAMA ESTADUAL DE ESTÍMULO AO EMPREENDEDORISMO D	DÁ OUTRA
	INSTITUI O PROGRAMA ESTADUAL INTITULADO “MULHERES NA CULTURA ALA	LEI N. 9.057, DE	INSTITUI O PROGRAMA ESTADUAL INTITULADO “MULHERES NA CULTURA ALA	AS PROVID
	INSTITUI O PROGRAMA INTERNET BRASIL E ALTERA AS LEIS Nºs 4.117 DE 27	LEI N. 14.351, 25.5.2022	INSTITUI O PROGRAMA INTERNET BRASIL E ALTERA AS LEIS Nºs 4.117 DE 27	ASIL, EIO
	INSTITUI O PROGRAMA MÃES DO BRASIL	DECRETO N. 10.987 DE	INSTITUI O PROGRAMA MÃES DO BRASIL	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	INSTITUI O PROGRAMA MAIS PROFESSORES	DECRETO N. 12.358 DE	INSTITUI O PROGRAMA MAIS PROFESSORES PARA O BRASIL – MAIS PROEFS	
	INSTITUI O PROGRAMA MARIA DA PENHA VAL	LEI N. 8.372, 12.1.2021	INSTITUI O PROGRAMA MARIA DA PENHA VAL À ESCOLA VISANDO SENSIBILIZ	PRE DIVO
	INSTITUI O PROGRAMA MULHER VIVER SEM V	DECRETO N. 11.431 DE	INSTITUI O PROGRAMA MULHER VIVER SEM VIOLÊNCIA	
	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE VERDE	DECRETO N. 10.846 DE	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE CRESCIMENTO VERDE	
	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE ENEREN	DECRETO N. 10.701 DE	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE ENERENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONT	OLESCENT
	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE PROCE	DECRETO N. 11.946 DE	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE PROCESSO ELETRÔNICO	
	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE PROMO	DECRETO N. 11.106 DE	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE PROMOÇÃO, PROTEÇÃO E DEFESA DO	SOCIA PR
	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE PROTE	DECRETO N. 12.439 DE	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE PROTEÇÃO E MANEJO POPULACIONAL	ATOS E O
		LEI N. 11.530, DE		
	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE VACINA	LEI N. 14.886, 11.6.2024	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE VACINAÇÃO EM ESCOLAS PÚBLICAS	AS PROVI
	INSTITUI O PROGRAMA PESCADOR LEGAL	LEI N. 8.316, 22.9.2020	INSTITUI O PROGRAMA PESCADOR LEGAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	
	INSTITUI O PROGRAMA RONDA DO BAIRRO	DECRETO N. 57.008 DE	INSTITUI O PROGRAMA RONDA NO BAIRRO PARA AS AÇÕES REALIZADAS PEI	STADO DE
	INSTITUI O PROGRAMA SALTO AZUL NO CALE	LEI N. 9.712, 7.11.2025	INSTITUI O PROGRAMA SALTO AZUL NO CALENDÁRIO ANUAL DE EVENTOS DO	AS.
	INSTITUI O PROGRAMA SEU VOTO IMPORTA	RESOLUÇÃO	INSTITUI O PROGRAMA SEU VOTO IMPORTA E ESTABELECE DIRETRIZES E PE	GARANTIR
	INSTITUI O PROGRAMA SUPLEMENTAR DE AL	LEI N. 8.687, 21.6.2022	INSTITUI O PROGRAMA SUPLEMENTAR DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NAS UNID	DA REDE F
	INSTITUI O PROJETO “CELULAR SEGURO	PORTARIA M	INSTITUI O PROJETO “CELULAR SEGURO” NO ÂMBITO DO MINISTE	EGURANÇ
	INSTITUI O REGIME JURÍDICO ÚNICO DOS SER	LEI N. 5.247, 26.7.1991	INSTITUI O REGIME JURÍDICO ÚNICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS CÍVIS DO E	AS AUT
	INSTITUI O REGIMENTO INTERNO DOS CENTR	PORTARIA N	INSTITUI O REGIMENTO INTERNO DOS CENTROS INTEGRADOS DE SEGURAM	DE DAS
	INSTITUI O REGULAMENTO DE INSTRUÇÃO P	DECRETO N. 4.125 DE	INSTITUI O REGULAMENTO DE INSTRUÇÃO PROCESSUAL DA PROCURADOR	O, E DÁ O
	INSTITUI O “SELO FLOR DE LÓTUS” NO ÂMBITO	LEI N. 9.174, 19.3.2024	INSTITUI O “SELO FLOR DE LÓTUS” NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGOAS E D	NCIAS - CO
	INSTITUI O SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COM	LEI N. 9.612, 19.2.1998	INSTITUI O SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA E DÁ OUTRAS PROVID	
	INSTITUI O SISTEMA DE ARQUIVOS DO DE ALAGOAS	LEI N. 6.236, 6.6.2001	INSTITUI O SISTEMA DE ARQUIVOS DO ESTADO DE ALAGOAS	
	INSTITUI O SISTEMA ELETRÔNICO DE INEORM	DECRETO N. 58.688 DE	INSTITUI O SISTEMA ELETRÔNICO DE INEORMAÇÕES - SEI COMO SISTEMA OF	MENTO DO
	INSTITUI O SISTEMA ESTADUAL DE GESTÃO D	DECRETO N. 4.136 DE	INSTITUI O SISTEMA ESTADUAL DE GESTÃO DE PASSAGENS - SGP NO ÂMBITO	EVOTIESTA
	INSTITUI O SISTEMA NACIONAL DE POLÍTICAS	LEI N. 11.343, 23.8.2006	INSTITUI O SISTEMA NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE DROGAS - SI	MEDIDAS F
	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE PRESTA	LEI N. 14.370, 15.6.2022	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CÍVIL VOLUNT	RTAS ABE

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	INTERCEPTAÇÃO DE COMUNICAÇÕES TELEFÔNICAS	LEI N. 9.296, 24.7.1996	REGULAMENTA O INCISO XII, PARTE FINAL, DO ART. 5º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL	INTERCEPTAÇÃO DE C
	ISENÇÃO PAGAMENTO TAXAS EMISSÃO SEGUROS	LEI N. 8.390, 10.3.2021	DISPÕE SOBRE A ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS DE EMISSÃO DA SEGUROS	ENTOS DA
	JULIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS	LEI N. 9.099, 26.9.1995	DISPÕE SOBRE OS JULIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS E DÁ OUTRAS P	
	JULIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS DA	LEI N. 10.259, 12.7.2001	DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DOS JULIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS	TIÇA FEDE
	LANÇAMENTO DA NOVA VERSÃO DA PLATAFORMA	NP Nº 423884	LANÇAMENTO DA NOVA VERSÃO DA PLATAFORMA 190 ALAGOAS	
	LEI DA ACESSIBILIDADE	LEI N. 10.098, DE	ESTABELECE NORMAS GERAIS E CRITÉRIOS BÁSICOS PARA A PROMOÇÃO D	AS PESSO
	LEI DAS CONTRAVENÇÕES PENAS	DECRETO N. 3.688	LEI DAS CONTRAVENÇÕES PENAS	
	LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO	LEI Nº 12.527	LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO - REGULA O ACESSO A INFORMAÇÕES PREV	II DO ART
	LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	LEI N. 14.133, 1.4.2021	LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	
	LEI DE PROMOÇÃO - CRITÉRIOS E AS CONDIÇÕES	LEI N. 6.514, 23.9.2004	DISPÕE SOBRE OS CRITÉRIOS E AS CONDIÇÕES QUE ASSEGURAM AOS OEC	TIVA DA P
	LEI DE PROMOÇÃO - CRITÉRIOS E AS CONDIÇÕES	LEI N. 6.544, DE	DISPÕE SOBRE OS CRITÉRIOS E AS CONDIÇÕES QUE ASSEGURAM AOS SOLI	BTENENTE
	LEI DO SERVIÇO MILITAR	LEI N. 4.375, 17.8.1964	LEI DO SERVIÇO MILITAR	
	LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS	LEI N. 13.709, 14.8.2018	LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - LGPD	
	LEI MARIA DA PENHA - CRIA MECANISMOS PARA COIBIR A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	LEI N. 11.340, 7.8.2006	LEI MARIA DA PENHA - CRIA MECANISMOS PARA COIBIR A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	NTRA A MU
	LICENÇA PARA O DESEMPENHO DE MANDATO	LEI N. 7.203, DE	ASSEGURA LICENÇA AOS POLICIAIS MILITARES E BOMBEIROS MILITARES QU	NHO DE M
	LICITAÇÃO (SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS)	DECRETO N. 29.342, DE	REGULAMENTA O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PREVISTO NO ART. 15	8.666, DE 2
	LIMITES DE VELOCIDADE PARA FINS DE ENQUADRAMENTOS INSERACIONAIS E DE	LEI N. 11.334, 25.7.2006	DÁ NOVA REDAÇÃO AO ART. 218 DA LEI Nº 9.503, DE 23.09.1997, QUE INSTITUI	SITO BRAS
	LUTO OFICIAL	DECRETO N. 43.948, DE	DECRETA LUTO OFICIAL EM VIRTUDE DO FALLECIMENTO DOS MILITARES DO E	\$ Maj. BM M
	MANUAL DE APLICABILIDADE DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS	MANUAL LGPD	MANUAL DE APLICABILIDADE DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS, NO ÂM	ÇÃO PÚBL
	MANUAL DE CAMPANHA 2021 - TREINAMENTO	MANUAL DE CAMPANHA	MANUAL DE CAMPANHA 2021 - TREINAMENTO FÍSICO MILITAR - EXÉRCITO BR	10.375 - C
	MANUAL DE INSPECÇÕES, REVISTAS E DESEMI	PORTARIA Nº	APROVA O MANUAL DE CAMPANHA C-22-6 - INSPECÇÕES, REVISTAS E DESEMI	S E DÁ OUT
	MANUAL DE ORDEM UNIDA	PORTARIA Nº	APROVA O MANUAL DE CAMPANHA EB70-MC-10.308 - ORDEM UNIDA - 4ª EDI	RAS PROV
	MANUAL DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS	MANUAL LGPD	MANUAL DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS PELO PODER PÚBLICO - 202	
	MATRIZ CURRICULAR NACIONAL 2014	MATRIZ CURRICULAR	MATRIZ CURRICULAR NACIONAL 2014 - PARA AÇÕES FORMATIVAS DOS PRO	DE SEGU
	MEDALHA (ALTERA DENOMINAÇÃO)	LEI N. 6.416, 7.11.2003	DÁ NOVA REDAÇÃO AO ART. 1º DA LEI Nº 3.982, DE 29 DE NOVEMBRO DE 1978	OMINAÇÃO
	MEDALHA (INSTITUI)	LEI N. 5.145, 5.7.1990	INSTITUI NA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS, A "MEDALHA DO MÉR	OLICIAL M

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	MEDALHA (OUTORGA)	DECRETO N. 41.430 DE	OUTORGA A MEDALHA DO MÉRITO INSTITUCIONAL DA POLÍCIA MILITAR ZUMBI	
	MEDALHA (OUTORGA)	DECRETO N. 43.936 DE	OUTORGA A CIVIS E MILITARES A MEDALHA DO MÉRITO DA DEFESA CIVIL ES	
	MEDALHA (OUTORGA)	DECRETO N. 45.245 DE	OUTORGA A CIVIS E MILITARES A MEDALHA DO MÉRITO BOMBEIRO MILITAR	
	MEDALHA (OUTORGA)	DECRETO N. 9.054 DE	OUTORGA A CIVIS E MILITARES A MEDALHA DO MÉRITO BOMBEIRO MILITAR	
	MEDALHA (OUTORGA)	DECRETO N. 15.360 DE	OUTORGA A MEDALHA DO MÉRITO INSTITUCIONAL DA POLÍCIA MILITAR &quot	ES".
	MEDALHA (OUTORGA)	DECRETO N. 47.005 DE	RETIFICA DECRETO QUE MENCIONA	
	MEDALHA (OUTORGA)	DECRETO N. 6.579 DE	OUTORGA A "MEDALHA DO MÉRITO POLICIAL"	
	MEDALHA (OUTORGA)	DECRETO N. 24.605 DE	OUTORGA A MEDALHA DO MÉRITO INSTITUCIONAL DA POLÍCIA MILITAR ZUMBI	
	MEDALHA (OUTORGA)	DECRETO N. 49.938 DE	OUTORGA A MEDALHA DO MÉRITO INSTITUCIONAL DA POLÍCIA MILITAR ZUMBI	
	MEDALHAS E CONSELHO PERMANENTE DE (INSTITUI)	LEI N. 6.804, 14.2.2007	INSTITUI NO ÂMBITO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS - PMAL M	
	MEDIDAS DE CONTINGENCIAMENTO E RACION	DECRETO N. 69.705 DE	ESTABELECE MEDIDAS DE CONTINGENCIAMENTO E RACIONALIZAÇÃO DE GA	
	MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA EMERG	LEI N. 13.979, 6.2.2020	DISPÕE SOBRE AS MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SA	
	MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA EMERG	DECRETO N. 69.501 DE	DISPÕE SOBRE AS MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SA	
	MEIA-ENTRADA EM EVENTOS (DOADORES DE	LEI N. 7.810, 30.8.2016	INSTITUI PARA DOADORES DE SANGUE DO ESTADO DE ALAGOAS MEIA-ENTR	
	MODELO DE GESTÃO (ADMINISTRAÇÃO PÚBLI	LEI DELEGADA	INSTITUI MODELO DE GESTÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL DO	
	MODELO DE GESTÃO (ADMINISTRAÇÃO PÚBLI	LEI DELEGADA	DEEINE AS ÁREAS, OS MEIOS E AS FORMAS DE ATUAÇÃO DO PODER EXECUT	
	MODELO DE GESTÃO (ADMINISTRAÇÃO PÚBLI	LEI DELEGADA	DEEINE AS ÁREAS, OS MEIOS E AS FORMAS DE ATUAÇÃO DO PODER EXECUT	
	MOVIMENTAÇÃO (OFICIAIS E PRACAS)	DECRETO N. 37.372 DE	ALTERA A REDAÇÃO DOS ARTIGOS 7º, 8º, 9º e 25 DO REGULAMENTO PARA MO	
	NORMAS APLICÁVEIS AOS SERVIDORES PÚBLI	LEI N. 9.527, DE	ALTERA DISPOSITIVOS DAS LEIS Nºs 8.112 DE 11.12.1990, 8.460 DE 17.09.1997	
	NORMAS ESPECIAIS PARA AS COMPRAS, AS	LEI N. 12.598, 21.3.2012	ESTABELECE NORMAS ESPECIAIS PARA AS COMPRAS, AS CONTRATAÇÕES E	
	NORMAS PARA AS ELEIÇÕES	LEI N. 9.504, 30.9.1997	ESTABELECE NORMAS PARA AS ELEIÇÕES	
	NOVO VALOR DE MULTAS	LEI N. 13.281, 4.5.2016	ALTERA A LEI Nº 9.503 DE 23.09.1997, CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO, E A	
	NSTITUI A COMISSÃO GESTORA DO SISTEMA	DECRETO N. 11.831 DE	INSTITUI A COMISSÃO GESTORA DO SISTEMA INTEGRADO DE COMÉRCIO EX	
	NSTITUI O PROGRAMA ESTADUAL "ADOPE UM	LEI N. 8.969, 20.9.2023	INSTITUI O PROGRAMA ESTADUAL "ADOPE UM ANIMAL" NO ESTADO DE ALAG	
	NÚCLEO ESPECIAL DE PREVENÇÃO E COMBA	DECRETO N. 28.407 DE	DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DO NÚCLEO ESPECIAL DE PREVENÇÃO E COM	
	NÚCLEO ESPECIAL DE PREVENÇÃO E COMBA	DECRETO N. 28.537 DE	DISPÕE SOBRE A COMPOSIÇÃO DO NÚCLEO ESPECIAL DE PREVENÇÃO E CO	

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	ORRIGA AS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS	LEI N. 8.299, 20.8.2020	ORRIGA AS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS DE ENSINO, NO ÂMBITO DO	AS, DE EXCE
	ORRIGA OS ESTABELECIMENTOS PÚBLICOS E PRIVADOS DO ESTADO DE ALAGOAS	LEI N. 8.573, 4.1.2022	ORRIGA OS ESTABELECIMENTOS PÚBLICOS E PRIVADOS DO ESTADO DE ALAGOAS	SIRIACAS
	ORCAMENTO (AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITO)	LEI N. 7.054, 17.6.2009	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ABRIR AO ORCAMENTO VIGENTE CRÉDITO	R DA POL
	ORCAMENTO (DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DA LEI)	LEI N. 7.805, 21.6.2016	DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DA LEI	IUAL DE 20
	ORCAMENTO (ESTIMA A RECEITA E DESPESA DO ESTADO DE ALAGOAS PARA O EXERCÍCIO DE 2016)	LEI N. 7.799, 6.4.2016	ESTIMA A RECEITA E DESPESA DO ESTADO DE ALAGOAS PARA O EXERCÍCIO DE 2016.	DE 2016.
	ORCAMENTO (PLANO PLURIANUAL)	LEI N. 7.798, 6.4.2016	DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL PARA O PERÍODO DE 2016-2019, NOS	6, § 1º, DA
	ORGANIZAÇÃO BÁSICA - ALTERA O ITEM 4.2.1.2 DA ALÍNEA A DO INCISO V DO	LEI N. 7.816, 19.9.2016	ORGANIZAÇÃO BÁSICA - ALTERA O ITEM 4.2.1.2 DA ALÍNEA A DO INCISO V DO	ORDENAM
	ORIENTAÇÃO NAS UNIDADES DE SAÚDE PÚBLICA E PRIVADA	LEI N. 8.342, DE	DISPÕE SOBRE A ORIENTAÇÃO NAS UNIDADES DE SAÚDE PÚBLICA E PRIVADA	AGOAS, A
	ORIENTAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL QUANTO A	RECOMENDAÇÃO Nº 014/2020 - 62ª PROCURADORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL	RECOMENDAÇÃO Nº 014/2020 - 62ª PROCURADORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL	QUANTO A
	PARA REESTRUTURAR A CARREIRA MILITAR	LEI N. 13.954, DE	ALTERA A LEI Nº 6.880, DE 09.12.1980 (ESTATUTO DOS MILITARES), A LEI Nº 3.741, DE 19.12.1966 (E	LEI Nº 4.378, DE 19.12.1966 (E
	PATRIMÔNIO IMATERIAL (HISTÓRICO, ARTÍSTICO, CULTURAL, LINGUÍSTICO, ETC.)	LEI N. 7.355, 29.5.2012	CONSIDERA A BANDA DE MÚSICA DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS, COMO PATRIMÔNIO IMATERIAL DO ESTADO	STÓRICO, A
	PERMITIR A AUSÊNCIA AO SERVIÇO PARA REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE PESQUISA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA	LEI Nº 13.767, DE	ALTERA O ART. 473 DA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO - CLT, APROVADA PELA LEI Nº 5.451, DE 1.4.2000	O-LEI Nº 5.451, DE 1.4.2000
	PERMITIR EM AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO DE PADRÃO DE CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA	LEI N. 14.138, 16.4.2021	ACRESCENTA § 2º AO ART. 2º-A DA LEI Nº 8.560, DE 29.12.1992, PARA PERMITIR A AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO DE PADRÃO DE CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA	DE PAVE
	PESQUISA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA INOVADORA	LEI N. 7.117, DE	DISPÕE SOBRE INCENTIVOS À PESQUISA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA À INOVAÇÃO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL	ÃO DA PRO
	PLANO DE DISTANCIAMENTO SOCIAL CONTROLADO NO ÂMBITO DO	DECRETO Nº 1.585, DE	INSTITUI O PLANO DE DISTANCIAMENTO SOCIAL CONTROLADO NO ÂMBITO DO	DAS, E DÁ
	POLÍTICA FLORESTAL	LEI N. 5.854, DE	DISPÕE SOBRE A POLÍTICA FLORESTAL NO ESTADO DE ALAGOAS	
	POLÍTICA NACIONAL DE ARQUIVOS PÚBLICOS E PRIVADOS	LEI N. 8.159, 8.1.1991	DISPÕE SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DE ARQUIVOS PÚBLICOS E PRIVADOS	DÊNCIAS.
	PORTARIA CONJUNTA SFEA7/SEPLAG/ALAGOAS PREVIDÊNCIA - COMISSÃO IN	PORTARIA Nº 20, DE 03.08.2022 - APROVA O	PORTARIA CONJUNTA SFEA7/SEPLAG/ALAGOAS PREVIDÊNCIA - COMISSÃO IN	POCAOM
	PORTARIA CONJUNTA SENASP/SEOP/SEGEN Nº 20, DE 03.08.2022 - APROVA O	PORTARIA Nº 20, DE 03.08.2022 - APROVA O	PORTARIA CONJUNTA SENASP/SEOP/SEGEN Nº 20, DE 03.08.2022 - APROVA O	ATENDIME
	PORTARIA MEC Nº 70, DE 24 DE JANEIRO DE 2019, QUE DISPÕE SOBRE O	PORTARIA Nº 554, DE 11 DE MARÇO DE 2019, QUE DISPÕE SOBRE O	ALTERA A PORTARIA MEC Nº 554, DE 11 DE MARÇO DE 2019, QUE DISPÕE SOBRE O	REGISTRO
	PORTARIA Nº 330-MEC - DISPÕE SOBRE A EMISSÃO DE DIPLOMAS EM FORMATO DIGITAL NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR	PORTARIA Nº 480, DE 27 DE AGOSTO DE 2020 - ESTABELECE A PADRONIZAÇÃO	DISPÕE SOBRE A EMISSÃO DE DIPLOMAS EM FORMATO DIGITAL NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR	UPERIOR
	PORTARIA Nº 480, DE 27 DE AGOSTO DE 2020 - ESTABELECE A PADRONIZAÇÃO	PORTARIA Nº 481, DE 27 DE AGOSTO DE 2020 - ESTABELECE A PADRONIZAÇÃO	PORTARIA Nº 480, DE 27 DE AGOSTO DE 2020 - ESTABELECE A PADRONIZAÇÃO	EDUCES
	PORTARIA Nº 481, DE 27 DE AGOSTO DE 2020 - ESTABELECE A PADRONIZAÇÃO	PORTARIA Nº 482, DE 27 DE AGOSTO DE 2020 - ESTABELECE A PADRONIZAÇÃO	PORTARIA Nº 481, DE 27 DE AGOSTO DE 2020 - ESTABELECE A PADRONIZAÇÃO	DE DESTA
	PORTARIA Nº 482, DE 27 DE AGOSTO DE 2020 - ESTABELECE A PADRONIZAÇÃO	PORTARIA Nº 554 - MEC - DISPÕE SOBRE A EMISSÃO E O REGISTRO DE DIPLOMA DE GRADUAÇÃO POR	PORTARIA Nº 482, DE 27 DE AGOSTO DE 2020 - ESTABELECE A PADRONIZAÇÃO	DA DEREZI
	PORTARIA Nº 554 - MEC - DISPÕE SOBRE A EMISSÃO E O REGISTRO DE DIPLOMA DE GRADUAÇÃO POR	RESOLUÇÃO Nº 001/2024 - SEMUDH - DESIGNA O	DISPÕE SOBRE A EMISSÃO E O REGISTRO DE DIPLOMA DE GRADUAÇÃO POR	S INSTITU
	PORTARIA/SEMUDH Nº 02/2024 - RESOLUÇÃO	RESOLUÇÃO Nº 001/2024 - SEMUDH - DESIGNA O	PORTARIA/SEMUDH Nº 02/2024 - RESOLUÇÃO Nº 001/2024 - SEMUDH - DESIGNA O	SADOS

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	POSSIBILITAR A CONCILIAÇÃO NÃO PRESENCIAL	LEI Nº 13.994, DE 13.09.2015	ALTERA A LEI Nº 9.099, DE 26.09.1995, PARA POSSIBILITAR A CONCILIAÇÃO NÃO PRESENCIAL	LEI Nº 13.994, DE 13.09.2015
	POSSIBILITAR AO PROPRIETÁRIO CADASTRAR VEÍCULO	LEI Nº 13.104, DE 9.3.2015	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 9.503, DE 23.09.1997 (CÓDIGO DE TRÂNSITO VEICULAR)	LEI Nº 13.104, DE 9.3.2015
	PREVER O FEMINICÍDIO COMO CIRCUNSTÂNCIA AGRAVANTE	LEI Nº 5.009, DE 7.7.1988	ALTERA O ART. 121 DO DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 07.12.1940 (CÓDIGO PENAL)	LEI Nº 5.009, DE 7.7.1988
	PREVIDÊNCIA	LEI Nº 4.868, DE 4.1.2006	INTRODUZ O § 4º NO ART. 45 DA LEI Nº 4.517, DE 30 DE MAIO DE 1984 (Publicação em 19.6.1986)	LEI Nº 4.868, DE 4.1.2006
	PREVIDÊNCIA	LEI Nº 4.994, DE 7.6.1988	DÁ NOVA REDAÇÃO ÀS DISPOSITIVOS QUE MENCIONA DA LEI Nº 4.517, DE 30 DE MAIO DE 1984	LEI Nº 4.994, DE 7.6.1988
	PREVIDÊNCIA	LEI Nº 5.819, DE 1.3.1996	ALTERA O ART. 46 DA LEI Nº 4.517, DE 30 DE MAIO DE 1984 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	LEI Nº 5.819, DE 1.3.1996
	PREVIDÊNCIA (ALTERA O PERCENTUAL DA CONTRIBUIÇÃO MENSAL DESTINADA AO CUSTEIO DA ASSISTÊNCIA À SAÚDE)	LEI Nº 6.674, DE 4.1.2006	ALTERA O PERCENTUAL DA CONTRIBUIÇÃO MENSAL DESTINADA AO CUSTEIO DA ASSISTÊNCIA À SAÚDE	LEI Nº 6.674, DE 4.1.2006
	PREVIDÊNCIA (AUTORIZA PARCELAMENTO DE PAGAMENTOS)	LEI Nº 4.517, DE 30.5.1984	AUTORIZA OS PODERES DO ESTADO, O TRIBUNAL DE CONTAS E O MINISTÉRIO DA FAZENDA	LEI Nº 4.517, DE 30.5.1984
	PREVIDÊNCIA (COMITÊ GESTOR DO FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO ESTADO DE ALAGOAS)	LEI Nº 4.517, DE 30.5.1984	CRIA O COMITÊ GESTOR DO FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO ESTADO DE ALAGOAS	LEI Nº 4.517, DE 30.5.1984
	PREVIDÊNCIA (CONSOLIDA A LEGISLAÇÃO QUE DISCIPLINA O REGIME DE PREVIDÊNCIA E AS CONTRIBUIÇÕES OBRIGATÓRIAS AO IPASE)	LEI Nº 6.584, DE 29.3.2005	CONSOLIDA A LEGISLAÇÃO QUE DISCIPLINA O REGIME DE PREVIDÊNCIA E AS CONTRIBUIÇÕES OBRIGATÓRIAS AO IPASE	LEI Nº 6.584, DE 29.3.2005
	PREVIDÊNCIA (CRIA O IPASE - SAÚDE E EXTENSÃO)	LEI Nº 6.585, DE 29.3.2005	CRIA O INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES DO ESTADO DE ALAGOAS	LEI Nº 6.585, DE 29.3.2005
	PREVIDÊNCIA (DEFINE O GESTOR DO RPPS)	LEI Nº 4.789, DE 19.6.1986	DEFINE O GESTOR DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DE ALAGOAS	LEI Nº 4.789, DE 19.6.1986
	PREVIDÊNCIA (EXCLUSÃO DAS CONTRIBUIÇÕES OBRIGATÓRIAS AO IPASE)	LEI Nº 6.288, DE 28.3.2002	DISPÕE SOBRE A EXCLUSÃO DAS CONTRIBUIÇÕES OBRIGATÓRIAS AO IPASE	LEI Nº 6.288, DE 28.3.2002
	PREVIDÊNCIA (INSTITUI O RPPS)	LEI Nº 7.114, DE 5.11.2009	INSTITUI O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE ALAGOAS	LEI Nº 7.114, DE 5.11.2009
	PREVIDÊNCIA (REESTRUTURAÇÃO DO RPPS)	LEI Nº 7.751, DE 9.10.2015	DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE ALAGOAS	LEI Nº 7.751, DE 9.10.2015
	PREVIDÊNCIA (REESTRUTURA UNIDADE GESTORA)	DECRETO Nº 68.852, DE 10.1.2020	REESTRUTURA A UNIDADE GESTORA ÚNICA DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE ALAGOAS	DECRETO Nº 68.852, DE 10.1.2020
	PREVIDÊNCIA SOCIAL - TRANSIÇÃO DO SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL	DECRETO Nº 68.852, DE 10.1.2020	DISPÕE SOBRE A REGRA DE TRANSIÇÃO DO SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE ALAGOAS	DECRETO Nº 68.852, DE 10.1.2020
	PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 09/2022	RECOMENDAÇÃO Nº 09/2022-00000794-2	PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 09/2022-00000794-2 - RECOMENDAÇÃO Nº 09/2022-00000794-2	RECOMENDAÇÃO Nº 09/2022-00000794-2
	PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 09/2026	RECOMENDAÇÃO Nº 09/2026-00000794-2	RESOLVE RECOMENDAR AO COMANDO DA POLÍCIA MILITAR DE ALAGOAS, NO ÂMBITO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA, A REESTRUTURAÇÃO DO RPPS	RECOMENDAÇÃO Nº 09/2026-00000794-2
	PROÍBE A FABRICAÇÃO, A POSSE, A COMERCIALIZAÇÃO E O USO DE LINHAS DE FUMACEDOR	LEI Nº 8.577, DE 19.1.2022	PROÍBE A FABRICAÇÃO, A POSSE, A COMERCIALIZAÇÃO E O USO DE LINHAS DE FUMACEDOR	LEI Nº 8.577, DE 19.1.2022
	PROÍBE A UTILIZAÇÃO DE ANIMAIS PARA DESENVOLVIMENTO EXPERIMENTAL	LEI Nº 10.011, DE 25.9.2019	PROÍBE A UTILIZAÇÃO DE ANIMAIS PARA DESENVOLVIMENTO EXPERIMENTAL	LEI Nº 10.011, DE 25.9.2019
	PROÍBE O INGRESSO OU PERMANÊNCIA DE PESSOAS UTILIZANDO CAPACETE	LEI Nº 8.159, DE 25.9.2019	PROÍBE O INGRESSO OU PERMANÊNCIA DE PESSOAS UTILIZANDO CAPACETE	LEI Nº 8.159, DE 25.9.2019
	PROÍBE QUE AS EMPRESAS DE CONCESSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE ÁGUA E ESGOTO	LEI Nº 8.233, DE 10.1.2020	PROÍBE QUE AS EMPRESAS DE CONCESSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE ÁGUA E ESGOTO	LEI Nº 8.233, DE 10.1.2020
	PROIBIÇÃO DE ANIMAIS EM EXIBIÇÕES CIRCENSES	DECRETO Nº 10.513, DE 7.7.2010	REGULAMENTA A LEI Nº 7.173, DE 7 DE JULHO DE 2010, QUE DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DE ANIMAIS EM EXIBIÇÕES CIRCENSES	DECRETO Nº 10.513, DE 7.7.2010
	PROIBIÇÃO DE UTILIZAÇÃO DE ANIMAIS EM EXIBIÇÕES CIRCENSES	LEI Nº 7.173, DE 7.7.2010	PROIBIÇÃO DE UTILIZAÇÃO DE ANIMAIS EM EXIBIÇÕES CIRCENSES	LEI Nº 7.173, DE 7.7.2010
	PROIBIR A COMERCIALIZAÇÃO DE BEBIDAS ALCOÓLICAS	PORTARIA Nº 10.011, DE 25.9.2019	PROIBIR A COMERCIALIZAÇÃO DE BEBIDAS ALCOÓLICAS, EM TODO O ESTADO DE ALAGOAS	PORTARIA Nº 10.011, DE 25.9.2019

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	PROIBIR AOS PROPRIETÁRIOS DE HOTÉIS, BARES, RESTAURANTES E SIMILARES	PORTARIA Nº 1.406, DE 14.06.2014	PROIBIR AOS PROPRIETÁRIOS DE HOTÉIS, BARES, RESTAURANTES E SIMILARES	DIÁRIO DE FISCALIZAÇÃO
	PROMOCÃO (CAROS E SOLDADOS)	LEI N. 6.211, DE 19.4.2001	DISPÕE SOBRE OS CRITÉRIOS E AS CONDIÇÕES QUE ASSEGURAM AOS CAROS E SOLDADOS	DIÁRIO DE FISCALIZAÇÃO
	PROMOCÃO - CRITÉRIOS E AS CONDIÇÕES QUE ASSEGURAM AOS OFICIAIS	LEI N. 8.184, DE 19.4.2001	ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 6.544, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2004, QUE DISPÕE	DIÁRIO DE FISCALIZAÇÃO
	PROMOCÃO (OFICIAIS)	LEI N. 6.232, DE 19.4.2001	ATRIBUIR NOVA REDACÇÃO AO ARTIGO 20 DA LEI Nº 4.345, DE 07 DE MAIO DE 1986	DIÁRIO DE FISCALIZAÇÃO
	PROMOCÃO (OFICIAIS)	LEI N. 4.345, DE 7.5.1982	DISPÕE SOBRE OS CRITÉRIOS E AS CONDIÇÕES QUE ASSEGURAM AOS OFICIAIS	DIÁRIO DE FISCALIZAÇÃO
	PROMOCÃO (OFICIAIS E PRACAS)	LEI N. 7.656, DE 10.9.2014	DISPÕE SOBRE OS CRITÉRIOS E AS CONDIÇÕES QUE ASSEGURAM AOS OFICIAIS	DIÁRIO DE FISCALIZAÇÃO
	PROMOCÃO (PRIMEIRO LUGAR DO CEO)	LEI N. 5.881, DE 14.9.2023	ALTERA A REDACÇÃO DO ART. 1º DA LEI 4.837, DE 12 DE DEZEMBRO DE 1986	DIÁRIO DE FISCALIZAÇÃO
	PROMOCÃO (PRIMEIRO LUGAR DO CEO)	LEI N. 4.837, DE 12.12.1986	DISPÕE SOBRE O ACESSO AO PRIMEIRO POSTO NA HIERARQUIA POLICIAL MILITAR	DIÁRIO DE FISCALIZAÇÃO
	PROMOCÃO (QUADRO ESPECIAL PECULIAR)	LEI N. 6.120, DE 14.9.2023	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A INSTITUIR O QUADRO ESPECIAL PECULIAR	DIÁRIO DE FISCALIZAÇÃO
	PROMULGA A CONVENÇÃO SOBRE O CRIME CIBERNÉTICO	DECRETO N. 11.491, DE 10.9.2014	PROMULGA A CONVENÇÃO SOBRE O CRIME CIBERNÉTICO, FIRMADA PELA REPÚBLICA	DIÁRIO DE FISCALIZAÇÃO
	PROMULGA AS EMENDAS AOS ANEXOS DA CONVENÇÃO INTERNACIONAL PA	DECRETO N. 10.984, DE 10.9.2014	PROMULGA AS EMENDAS AOS ANEXOS DA CONVENÇÃO INTERNACIONAL PA	DIÁRIO DE FISCALIZAÇÃO
	PROPAGANDA ELEITORAL	RESOLUÇÃO Nº 14.9.2023	DISPÕE SOBRE PROPAGANDA ELEITORAL, UTILIZAÇÃO E GERAÇÃO DO HORÁRIO	DIÁRIO DE FISCALIZAÇÃO
	PROPÕE ALTERAÇÃO NA LEI ESTADUAL Nº 7.858, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2004	LEI N. 8.960, DE 14.9.2023	PROPÕE ALTERAÇÃO NA LEI ESTADUAL Nº 7.858, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2004	DIÁRIO DE FISCALIZAÇÃO
	PRORROGA A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO EXTRAORDINÁRIO DESTINADO ÀS	DECRETO N. 10.919, DE 10.9.2014	PRORROGA A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO EXTRAORDINÁRIO DESTINADO ÀS	DIÁRIO DE FISCALIZAÇÃO
	PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA	DECRETO N. 70.066, DE 69.722 DE	DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA	DIÁRIO DE FISCALIZAÇÃO
	PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA	DECRETO N. 69.722 DE	DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA	DIÁRIO DE FISCALIZAÇÃO
	PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA	DECRETO N. 69.700 DE	DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA	DIÁRIO DE FISCALIZAÇÃO
	PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA	DECRETO N. 69.935 DE	DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA	DIÁRIO DE FISCALIZAÇÃO
	PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA	DECRETO N. 69.844 DE	DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA O ENERENTAMENTO DA	DIÁRIO DE FISCALIZAÇÃO
	PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA	DECRETO N. 69.624 DE	DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA	DIÁRIO DE FISCALIZAÇÃO
	PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA	DECRETO N. 69.577 DE	DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA ENERENTAMENTO DA	DIÁRIO DE FISCALIZAÇÃO
	PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE CONCLUSÃO DO CURSO DE ATENDIMENTO ÀS	PORTARIA Nº 1.406, DE 14.06.2014	PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE CONCLUSÃO DO CURSO DE ATENDIMENTO ÀS	DIÁRIO DE FISCALIZAÇÃO
	QUADRO DE PESSOAL (OEA, OOE)	LEI N. 6.333, DE 22.7.2002	ALTERA A REDACÇÃO DOS ARTIGOS 1º, 6º E 7º E REVOKA O ART. 8º DA LEI EST	DIÁRIO DE FISCALIZAÇÃO
	QUADRO ORGANIZACIONAL	DECRETO N. 4.222, DE 10.9.2014	MODIFICA OS QUADROS DE ORGANIZAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO D	DIÁRIO DE FISCALIZAÇÃO
	QUADRO ORGANIZACIONAL	DECRETO N. 1.406, DE 14.06.2014	APROVA OS QUADROS DE ORGANIZAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO D	DIÁRIO DE FISCALIZAÇÃO

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	RACIONALIZA ATOS E PROCEDIMENTOS ADM	LEI N. 13.726, 8.10.2018	RACIONALIZA ATOS E PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DOS PODERES D	SE LOCOB
	REALISTA VENCIMENTOS, SALÁRIOS E PRO	LEI N. 4.125, 26.3.1980	REALISTA VENCIMENTOS, SALÁRIOS E PROVENTOS DOS SERVIDORES DO E	
	REALISTA VENCIMENTOS, SALÁRIOS E PRO	LEI N. 4.214, 5.12.1980	REALISTA VENCIMENTOS, SALÁRIOS E PROVENTOS DOS SERVIDORES DO T	A.
	REALISTE DOS SUBSÍDIOS E VENCIMENTOS	LEI N. 7.474, 22.5.2013	DISPÕE SOBRE O REALISTE DOS SUBSÍDIOS E VENCIMENTOS DOS SERVIDO	S E MILITA
	RECOMENDAÇÕES PARA ELABORAÇÃO DA L	RECOMENDA	RECOMENDAÇÕES PARA ELABORAÇÃO DA LISTAGEM DE ELIMINAÇÃO DE DO	PROPRIO
	RECONHECE A BÍBLIA SAGRADA COMO PATR	LEI N. 8.976, 20.9.2023	RECONHECE A BÍBLIA SAGRADA COMO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL E	ADO DE A
	RECONHECE O FORRÓ COMO MANIFESTAÇÃO	LEI N. 14.720, 7.11.2023	RECONHECE O FORRÓ COMO MANIFESTAÇÃO DA CULTURA NACIONAL	
	REESTRUTURA A UNIDADE GESTORA ÚNICA	LEI N. 7.751,	REESTRUTURA A UNIDADE GESTORA ÚNICA DO REGIME PRÓPRIO DE PREVI	SERVIDOR
	REESTRUTURA O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA	LEI N. 3.398, 13.9.1974	REESTRUTURA O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDO	ALAGOAS
	REGÊNCIA DE CLASSE	LEI N. 6.469, 19.4.2004	DISPÕE SOBRE O EXERCÍCIO DAS ATIVIDADES DE REGÊNCIA DE CLASSE NO	OS DE ENS
	REGÊNCIA DE CLASSE	LEI N. 6.654, DE	ACRESCE PARÁGRAFO ÚNICO AO ART. 5º DA LEI Nº 6.469, DE 19 DE ABRIL DE	OBRE O E
	REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR	LEI COMPLEMEN	INSTITUI O REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR NO ÂMBITO DO ESTAB	IXA O LIM
	REGULAMENTA A COLOCAÇÃO DE PLACAS IN	LEI N. 8.545, DE	REGULAMENTA A COLOCAÇÃO DE PLACAS INFORMATIVAS EM TODAS AS OR	ZADAS NO
	REGULAMENTA A COMERCIALIZAÇÃO DE ALIM	LEI N. 11.265, 3.1.2006	REGULAMENTA A COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS PARA LACTENTES E CR	CONDICION
	REGULAMENTA A COMERCIALIZAÇÃO DE ENERG	DECRETO Nº	ALTERA O DECRETO Nº 4.550, DE 27.12.2002, QUE REGULAMENTA A COMERC	GIÁ ELÉTR
	REGULAMENTA A COMPOSIÇÃO BÁSICA E FUN	PORTARIA Nº	REGULAMENTA A COMPOSIÇÃO BÁSICA E FUNCIONAMENTO DAS CÂMARAS T	PM.
	REGULAMENTA A CONCESSÃO DE DIÁRIAS AO	DECRETO N. 4.077, DE	REGULAMENTA A CONCESSÃO DE DIÁRIAS AO SERVIDOR MILITAR DO ESTAD	À OUTRAS
	REGULAMENTA A CONCESSÃO DE DIÁRIAS AO	DECRETO N. 4.076, DE	REGULAMENTA A CONCESSÃO DE DIÁRIAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVI	ATIVO E DÁ
	REGULAMENTA A CONTRATAÇÃO DE BENS E	DECRETO N. 7.174, DE	REGULAMENTA A CONTRATAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E A	ADMINISTR
	REGULAMENTA A LEI 6.971, DE 5 DE AGOSTO	DECRETO N. 4.049, DE	REGULAMENTA A LEI 6.971, DE 5 DE AGOSTO DE 2008, QUE INSTITUI O PORTA	AS CONSP
	REGULAMENTA A LEI ESTADUAL Nº 7.335, DE	DECRETO N. 25.212, DE	REGULAMENTA A LEI ESTADUAL Nº 7.335, DE 3 DE ABRIL DE 2012, QUE ESTAB	ESTABELEC
	REGULAMENTA A LEI ESTADUAL Nº 8.551, DE	DECRETO N. 76.651, DE	REGULAMENTA A LEI ESTADUAL Nº 8.551, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2021, QUE	AMA BOLS
	REGULAMENTA A LEI ESTADUAL Nº 8.875, DE	DECRETO N. 95.600, DE	REGULAMENTA A LEI ESTADUAL Nº 8.875, DE 16 DE JUNHO DE 2023, QUE DIS	À CAPAC
	REGULAMENTA A LEI N. 10.826, DE 22.12.2003	DECRETO N. 9.847, DE	REGULAMENTA A LEI N. 10.826, DE 22.12.2003, PARA DISPOR SOBRE A AQUISI	O REGIST
	REGULAMENTA A LEI Nº 10.826, DE 22 DE DEZ	DECRETO N. 11.615, DE	REGULAMENTA A LEI Nº 10.826, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2003, PARA ESTABE	OCORRIME
	REGULAMENTA A LEI Nº 11.530, DE 24.10.2007	DECRETO N. 11.436, DE	REGULAMENTA A LEI Nº 11.530, DE 24.10.2007, PARA ESTABELECE	R PÚBLICO

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	REGULAMENTA A LEI Nº 12.846 DE 01.08.2013	DECRETO N. 11.129 DE	REGULAMENTA A LEI Nº 12.846 DE 01.08.2013 QUE DISPÕE SOBRE A RESPO	DETRATOS
	REGULAMENTA A LEI Nº 12.965 DE 23 DE ABR	DECRETO N. 8.771 DE	REGULAMENTA A LEI Nº 12.965 DE 23 DE ABRIL DE 2014 PARA TRATAR DAS H	AS DEBIDEIS
	REGULAMENTA A LEI Nº 13.060 DE 22 DE DEZ	DECRETO N. 12.341 DE	REGULAMENTA A LEI Nº 13.060 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014 PARA DISCIPLI	DEI DOSSI
	REGULAMENTA A LEI Nº 13.954 DE 16.12.2019	DECRETO N. 11.002 DE	REGULAMENTA A LEI Nº 13.954 DE 16.12.2019 E A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 22	PARA O DIS
	REGULAMENTA A LEI Nº 14.214 DE 06.10.2021	DECRETO N. 10.989 DE	REGULAMENTA A LEI Nº 14.214 DE 06.10.2021 QUE INSTITUI O PROGRAMA DE	MOÇÃO DA
	REGULAMENTA A LEI Nº 4.345 DE 07.05.1982	DECRETO N. 5.169 DE	REGULAMENTA A LEI Nº 4.345 DE 07.05.1982 QUE DISPÕE SOBRE AS PROMO	DA ATIVA
	REGULAMENTA A LEI Nº 6.417 DE 07 DE NOV	DECRETO Nº	REGULAMENTA A LEI Nº 6.417 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2003 QUE INSTITUI	DA DUR
	REGULAMENTA A LEI Nº 9.786 DE 08.02.1999	DECRETO N. 3.182 DE	REGULAMENTA A LEI Nº 9.786 DE 08.02.1999 QUE DISPÕE SOBRE O ENSINO	LEIRO E D
	REGULAMENTA A LEI Nº 9.998 DE 17.08.2000	DECRETO N. 11.004 DE	REGULAMENTA A LEI Nº 9.998 DE 17.08.2000 QUE INSTITUI O FUNDO DE UNIV	SERVIÇOS
	REGULAMENTA A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.1	DECRETO N. 11.439 DE	REGULAMENTA A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.162 DE 14.02.2023 QUE DISPÕE S	A MINHA C
	REGULAMENTA A MODALIDADE DE LICITAÇÃO	DECRETO N. 1.424 DE	REGULAMENTA A MODALIDADE DE LICITAÇÃO DENOMINADA PREGÃO E SUA	PRIMAÇÃO
	REGULAMENTA A PROFISSÃO DE TAXISTA· AL	LEI N. 12.468 DE	REGULAMENTA A PROFISSÃO DE TAXISTA· ALTERA A LEI Nº 6.094 DE 30 DE A	À OUTRAS
	REGULAMENTA A REALIZAÇÃO DE PERÍCIAS E	DECRETO N. 101.743 DE	REGULAMENTA A REALIZAÇÃO DE PERÍCIAS EM SAÚDE A QUE DEVEM SE SI	DESEMPA
	REGULAMENTA AS LEIS NOS 10.048 DE 8 DE	DECRETO N. 5.296 DE	REGULAMENTA AS LEIS NOS 10.048 DE 8 DE NOVEMBRO DE 2000 QUE DÁ PE	DEZEMBRO
	REGULAMENTA CARACTERÍSTICAS PARA A C	DECRETO N. 5.163 DE	REGULAMENTA CARACTERÍSTICAS PARA A CONCESSÃO DATAS DE CONCES	PARA PSIC
	REGULAMENTA NO ÂMBITO DA UNIÃO A LEI	DECRETO N. 9.489 DE	REGULAMENTA NO ÂMBITO DA UNIÃO A LEI Nº 13.675 DE 11.06.2018 PARA E	MAS ESTE
	REGULAMENTA NO ÂMBITO DO PODER EXEC	DECRETO N. 48.326 DE	REGULAMENTA NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL A LEI FEDER	ÇÕES DO
	REGULAMENTA O § 1º DO ART. 7º DA LEI Nº 9.6	DECRETO N. 11.008 DE	REGULAMENTA O § 1º DO ART. 7º DA LEI Nº 9.613 DE 03.03.1998 PARA ESTAB	NO DE C
	REGULAMENTA O § 5º DO ART. 198 DA CONST	LEI N. 11.350 DE 5.10.2006	REGULAMENTA O § 5º DO ART. 198 DA CONSTITUIÇÃO DISPÕE SOBRE O APP	ASSOCIA
	REGULAMENTA O DECRETO Nº 12.341 DE 23	PORTARIA Nº	REGULAMENTA O DECRETO Nº 12.341 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2024 E ESTAB	SOBRE O
	REGULAMENTA O DISPOSTO NA LEI Nº 12.815	DECRETO Nº	REGULAMENTA O DISPOSTO NA LEI Nº 12.815 DE 05.06.2013 E AS DEMAIS DIS	QUE REGU
	REGULAMENTA O EXERCÍCIO DO PODER DE F	DECRETO N. 12.373 DE	REGULAMENTA O EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA DA FUNDAÇÃO NACION	ENAS.
	REGULAMENTA O FUNDO ESPECIAL DE SEGU	DECRETO N. 4.127 DE	REGULAMENTA O FUNDO ESPECIAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE	P, DE QUE
	REGULAMENTA O PLANO DE BENEFÍCIOS DO	DECRETO Nº	REGULAMENTA O PLANO DE BENEFÍCIOS DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E A	ERVIDORE
	REGULAMENTA O PLANO DE CUSTEIO DO AL	DECRETO N. 6.444 DE	REGULAMENTA O PLANO DE CUSTEIO DO AL PREVIDÊNCIA E DÁ OUTRAS PE	
	REGULAMENTA O PLANO DE CUSTEIO DO REG	DECRETO N. 57.140 DE	REGULAMENTA O PLANO DE CUSTEIO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA	D DE ALAG

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	REGULAMENTA O PROCEDIMENTO DE RESSARCIMENTO	DECRETO N. 10.990-DE	REGULAMENTA O PROCEDIMENTO DE RESSARCIMENTO À UNIÃO DE RECURSOS	EDITA 2023
	REGULAMENTA O PROGRAMA ALIMENTA BRASIL	DECRETO N. 10.880-DE	REGULAMENTA O PROGRAMA ALIMENTA BRASIL INSTITUÍDO PELA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 351	DE 09.08.2023
	REGULAMENTA O PROGRAMA AUXÍLIO BRASIL	DECRETO Nº 12.064-DE	REGULAMENTA O PROGRAMA AUXÍLIO BRASIL INSTITUÍDO PELA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 351	21.
	REGULAMENTA O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	DECRETO N. 12.064-DE	REGULAMENTA O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA INSTITUÍDO PELA LEI Nº 14.601 DE 2023, E D	E 2023, E D
	REGULAMENTA O PROGRAMA NACIONAL DE APOIO À AQUISIÇÃO DE HABITAC	DECRETO Nº 1.054-DE	REGULAMENTA O PROGRAMA NACIONAL DE APOIO À AQUISIÇÃO DE HABITAC	PROAIS DE
	REGULAMENTA O REALISTE DE PREÇOS NOS CONTRATOS DA ADMINISTRAÇ	DECRETO N. 35.718-DE	REGULAMENTA O REALISTE DE PREÇOS NOS CONTRATOS DA ADMINISTRAÇ	AL DIRETA
	REGULAMENTA O SERVIÇO DE IDENTIFICAÇÃO POLICIAL MILITAR E DÁ OUTR	PORTARIA S	REGULAMENTA O SERVIÇO DE IDENTIFICAÇÃO POLICIAL MILITAR E DÁ OUTR	SIDPOM (P
	REGULAMENTA OS PERCENTUAIS DE RESERVA DE VAGAS PARA O PROCESS	DECRETO N. 2.356-DE	REGULAMENTA OS PERCENTUAIS DE RESERVA DE VAGAS PARA O PROCESS	RESSO NO
	REGULAMENTO DE PROMOÇÃO DOS OFICIAIS E GRADUADOS DA	DECRETO Nº 57.262-DE	REGULAMENTO DE PROMOÇÃO DOS OFICIAIS E GRADUADOS DA	LITAR E DO
	REGULAMENTO DE UNIFORMES DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS	DECRETO N. 57.262-DE	REGULAMENTO DE UNIFORMES DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS	ADO PELO
	REGULAMENTO DISCIPLINAR DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS	DECRETO Nº 26.6.2000	REGULAMENTO DISCIPLINAR DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS	DO DE ALAG
	REGULA O PROCESSO ADMINISTRATIVO NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	LEI N. 6.161, 26.6.2000	REGULA O PROCESSO ADMINISTRATIVO NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	
	RELATIVIZA O REQUISITO DO TEMPO MÍNIMO DE SERVIÇO MILITAR PARA FINS	LEI N. 8.609, 22.2.2022	RELATIVIZA O REQUISITO DO TEMPO MÍNIMO DE SERVIÇO MILITAR PARA FINS	CONSERVA
	REORGANIZA AS POLÍCIAS MILITARES E OS CORPOS DE BOMBEIROS MILITARES	DECRETO-LEI	REORGANIZA AS POLÍCIAS MILITARES E OS CORPOS DE BOMBEIROS MILITARES	DOS TERRI
	REORGANIZA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES	LEI COMPLEMEN	REORGANIZA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES	ADO DE A
	RESPONSABILIDADE FISCAL	LEI COMPLEMEN	ESTABELECE NORMAS DE FINANÇAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA A RESPONSABILIDADE FISCAL	ÇÃO FISCAL
	RESTRICÇÃO DE HORÁRIO	LEI N. 6.926, 12.5.2008	ALTERA O ART. 7º DA LEI Nº 6.821 DE 13 DE JULHO DE 2007, QUE AUTORIZA A	ÁRIO DE F
	RESTRICÇÃO DE HORÁRIO	LEI N. 6.821, 13.7.2007	AUTORIZA A RESTRICÇÃO DE HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIM	E DE COME
	REVOGA A LEI ESTADUAL Nº 8.955 DE 4 DE SETEMBRO DE 2023, QUE DISPÕE	LEI N. 9.047, 8.11.2023	REVOGA A LEI ESTADUAL Nº 8.955 DE 4 DE SETEMBRO DE 2023, QUE DISPÕE	ÇÃO INCA
	REVOGACÃO DE LEIS	LEI N. 8.325, 5.11.2020	REVOGA A LEI ESTADUAL Nº 5.616 DE 26 DE ABRIL DE 1994, A LEI ESTADUAL	GOSTO DE
	REVOGA O DECRETO Nº 10.004 DE 05.09.2019, QUE INSTITUI O PROGRAMA N	DECRETO N. 11.611-DE	REVOGA O DECRETO Nº 10.004 DE 05.09.2019, QUE INSTITUI O PROGRAMA N	AS CÍVICO
	RODOVIÁRIO (ORDENAMENTO DAS FAIXAS DE DOMÍNIO DO SOLO NAS FAIXAS DE DOMÍNIO	LEI N. 6.651, DE	DISPÕE SOBRE O ORDENAMENTO DO USO DO SOLO NAS FAIXAS DE DOMÍNIO	TADUAIS E
	SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA SOCIAL (INTERNO)	DECRETO N. 5.483-DE	DISPÕE SOBRE O REGIMENTO INTERNO DA SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA SOCIAL	AGOAS, E
	SEGURANÇA DAS AUTORIDADES REPRESENTATIVAS	DECRETO N. 37.611-DE	DETERMINA O RETORNO DOS POLICIAIS MILITARES À CORPORACÃO E ADOPTA	NCIAS.
	SEGURANÇA INDIVIDUALIZADA DE AUTORIDADES	DECRETO N. 8.700-DE	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE SEGURANÇA INDIVIDUALIZADA ÀS AUTORIDADES	NA, E DÁ

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	SEGURANCA INDIVIDUALIZADA DE AUTORIDADE	DECRETO N. 23.617 DE	ALTERA O ART. 1º DO DECRETO ESTADUAL Nº 8.700 DE 4 DE NOVEMBRO DE	OBRE A CO
	SEGURANCA PESSOAL (EX-GOVERNADORES)	LEI N. 6.063, DE	DISPÕE SOBRE A PRESTAÇÃO DE SEGURANCA A EX-GOVERNADORES DO ES	NTES GER
	SERVICO AUXILIAR VOLUNTARIO (SOLDADO E	LEI N. 6.451, 7.1.2004	INSTITUI NA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS A PRESTAÇÃO VOLU	S ADMINI
	SERVICO DE EMERGÊNCIA (RESSARCIMENTO	DECRETO N. 25.649 DE	INSTITUI GRUPO ESPECIAL DE TRABALHO INTERDISCIPLINAR PARA O FIM	
	SERVICO DE EMERGÊNCIA (RESSARCIMENTO	LEI N. 7.389, 26.7.2012	DISPÕE SOBRE O RESSARCIMENTO AO ESTADO VIA COBRANCA NA FATURA	FÔNICOS,
	SERVICO DE IDENTIFICACÃO POLICIAL MILITAR	LEI N. 5.445, 18.1.1993	INSTITUI NA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS O SERVICO DE IDENT	MILITAR SI
	SISTEMA DE ENSINO POLICIAL MILITAR	LEI N. 5.332, 10.4.1992	INSTITUI NA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS O SISTEMA DE ENSI	E DÁ OUT
	SISTEMA DE ENSINO POLICIAL MILITAR	LEI N. 5.884, 2.12.1996	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI INSTITUIDORA DO SISTEMA DE ENSINO POLICI	VIDÊNCIA
	SISTEMA DE ENSINO POLICIAL MILITAR	LEI N. 5.712, 1.7.1995	ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 5.332 DE 10 DE ABRIL DE 1992 E ADOTA OI	S.
	SISTEMA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL	LEI N. 6.171, 31.7.2000	DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL E	ÊNCIAS.
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (EIXA PERCENTUAL	LEI N. 5.151, 18.9.1990	EIXA NOVO PERCENTUAL DA GRATIFICACÃO DE HABILITACÃO POLICIAL MILIT	CIAS CORP
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (EIXA SOLDOS E V	LEI N. 5.130, 19.4.1990	ALTERA ADITA E REVOGA DISPOSIÇÕES DAS LEIS NºS 3.421 DE 20 DE DEZEM	DE 16 DE
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (EIXA SOLDOS E V	LEI N. 5.207, 7.3.1991	ALTERA DISPOSIÇÕES DA LEI Nº 5.130 DE 19 DE ABRIL DE 1990 E ADOTA OUT	
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (EIXA SUBSÍDIO)	LEI N. 8.238, 10.1.2020	DISPÕE SOBRE A FIXACÃO DOS SUBSÍDIOS DOS MILITARES INTEGRANTES D	DO CORPO
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (EIXA SUBSÍDIO)	LEI N. 6.715, 4.4.2006	EIXA OS SUBSÍDIOS DA CARREIRA DOS MILITARES ESTADUAIS INTEGRANTES	DO ESTA
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (EIXA SUBSÍDIO)	LEI N. 7.580, 7.2.2014	EIXA OS SUBSÍDIOS DOS MILITARES INTEGRANTES DA POLÍCIA MILITAR E DO	ROS MILIT
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (EIXA SUBSÍDIO)	LEI N. 6.698, 27.3.2006	EIXA O SUBSÍDIO DA CARREIRA DOS MILITARES ESTADUAIS INTEGRANTES D	O ESTADO
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (EIXA SUBSÍDIO A	LEI N. 6.824, 13.7.2007	DISPÕE SOBRE A FIXACÃO DOS SUBSÍDIOS DOS SERVIDORES DA CARREIRA	ADUAIS, IN
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (EIXA VENCIMENT	LEI N. 4.956, DE	EIXA OS VENCIMENTOS DOS CARGOS QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVID	de 16.12.19
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (EIXA VENCIMENT	LEI N. 5.680, 8.2.1995	EIXA OS VENCIMENTOS DOS CARGOS DE PROCURADOR-GERAL DO ESTADO	RAL DA PO
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (REAJUSTE GRAT	LEI N. 5.152, 18.9.1990	REAJUSTA O VALOR DOS VENCIMENTOS GRATIFICACÕES E SOLDOS DOS SE	LITARES E
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (REAJUSTE GRAT	LEI N. 5.138, 29.5.1990	REAJUSTA O VALOR DOS VENCIMENTOS GRATIFICACÕES E SOLDOS DOS SE	MILITARES
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (REAJUSTE PROV	LEI N. 5.624, 26.5.1994	REAJUSTA OS VENCIMENTOS SOLDOS E PROVENTOS DOS SERVIDORES PÚ	ARES DA
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (REAJUSTE SUBS	LEI N. 6.591, 8.4.2005	REAJUSTA O SUBSÍDIO DA CARREIRA DOS MILITARES ESTADUAIS INTEGRAN	TAR DO ES
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (REAJUSTE DOS	LEI N. 7.253, 22.6.2011	DISPÕE SOBRE O REAJUSTE DOS SUBSÍDIOS E VENCIMENTOS DOS SERVID	S E MILIT
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (REAJUSTE SOLD	LEI N. 5.162, DE	REAJUSTA O VALOR DOS VENCIMENTOS E SALÁRIOS DOS SERVIDORES CIVIS	TIVO E DO

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (REVISÃO GERAL)	LEI N. 7.727, 8.9.2015	DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DOS SUBSÍDIOS E VENCIMENTOS F	BLICOS D
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (SOLDO SUBSÍDIO)	LEI N. 6.385, 23.7.2003	FIXA O SOLDO DE CORONEL PM. ESTABELECE O SISTEMA REMUNERATÓRIO	DIO PARA
	SISTEMA REMUNERATÓRIO (SUBSÍDIO DEFINITIVO)	LEI N. 6.456, 20.1.2004	FIXA O SUBSÍDIO DOS MEMBROS DA POLÍCIA MILITAR E DO CORPO DE BOMB	STADO DE
	SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NO ESTADO DE ALAGOAS	DECRETO N. 69.541 DE	DECLARA A SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NO ESTADO DE ALAGOAS E INTENSIF	RA ENFRE
	SOBRE OS CRIMES DE ABUSO DE AUTORIDADE	LEI N. 13.869, 5.9.2019	DISPÕE SOBRE OS CRIMES DE ABUSO DE AUTORIDADE. ALTERA A LEI Nº 7.96	RO DE 19
	SUBSTITUIÇÃO DAS AULAS PRESENCIAIS POR AULAS EM MODO REMOTO	PORTARIA N. 6.009, 23.4.1998	DISPÕE SOBRE A SUBSTITUIÇÃO DAS AULAS PRESENCIAIS POR AULAS EM M	ANTO DUR
	TAXA (FISCALIZAÇÃO E UTILIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS)	LEI N. 7.131, 2.12.2009	INSTITUI A TAXA DE FISCALIZAÇÃO E UTILIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS E	ÊNCIAS.
	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (INSTALAÇÃO DE FILTRAGEM DE CONTEÚDO)	LEI N. 7.522, DE	DISPÕE SOBRE A INSTALAÇÃO DE TECNOLOGIA DE FILTRAGEM DE CONTEÚD	RES LIGA
	TORNA OBRIGATÓRIA A IDENTIFICAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	LEI N. 14.289, 3.1.2022	TORNA OBRIGATÓRIA A IDENTIFICAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO	AGEM LO
	TORNA OBRIGATÓRIA A PRESERVAÇÃO DO SIGILO	LEI N. 15.094, DE	TORNA OBRIGATÓRIA A PRESERVAÇÃO DO SIGILO SOBRE A CONDIÇÃO DE P	MINISTÉ
	TORNA OBRIGATÓRIA A REALIZAÇÃO DE EXAME CLÍNICO	LEI N. 13.290, 23.5.2016	TORNA OBRIGATÓRIA A REALIZAÇÃO DE EXAME CLÍNICO DESTINADO A IDENT	8 CASOS
	TORNA OBRIGATÓRIO O USO NAS RODOVIAS DE FAROL BAIXO ACESSO DURANTE PROTEÇÃO	LEI N. 12.687, 18.7.2012	TORNA OBRIGATÓRIO O USO NAS RODOVIAS DE FAROL BAIXO ACESSO DURAN	TRAS PRO
	TORNAR GRATUITA A EMISSÃO DE CARTEIRA DE IDENTIDADE	DECRETO N. 15.877 DE	ALTERA DISPOSITIVO DA LEI Nº 7.116 DE 29.08.1983 PARA TORNAR GRATUIT	RTEIRA DE
	TRAMITAÇÃO DE PROCESSO PARA REALIZAÇÃO DE LICITAÇÃO	PORTARIA N. 15.877 DE	INSTITUI O REGULAMENTO PARA TRAMITAÇÃO DE PROCESSO PARA REALIZA	PÚBLICO
	TRANSCRIÇÃO DE ATOS DO DIÁRIO OFICIAL	PORTARIA N. 15.877 DE	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE DISPONIBILIZAÇÃO DE MEIO DE PAC	O BANCÁ
	TRANSCRIÇÃO DE ATOS DO DIÁRIO OFICIAL	MENSAGEM Nº 1995/2026	VETO PARCIAL DO PROJETO DE LEI Nº 1995/2026 QUE "ALTERA A LEI Nº	19 DE MA
	TRANSCRIÇÃO DE DOCUMENTO - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA	NP Nº 133846	TRANSCRIÇÃO DE DOCUMENTO - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA	MINISTÉ
	TRANSCRIÇÃO DE DOCUMENTOS - RECURSO EXTRAORDINÁRIO	OFÍCIO Nº 42	TRANSCRIÇÃO DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO - ILICITUDE DA	VISITAS
	TRANSCRIÇÃO DE OFÍCIO - OFÍCIO CONJUNTO	NP Nº 357526	TRANSCRIÇÃO DE OFÍCIO - OFÍCIO CONJUNTO Nº 48 - 2025 - RECOMENDAÇÃO	O UNIFOR
	TRANSEFORMA A ATUAL COMPANHIA DE POLÍCIA	LEI N. 6.050, 2.7.1998	TRANSEFORMA A ATUAL COMPANHIA DE POLÍCIA EEMININA INDEPENDENTE E	POÇÃO
	TRANSEFORMA CARGOS DE JUÍZ DE DIREITO COM ATRIBUIÇÕES DE AUXILIAR	LEI N. 8.550, DE	TRANSEFORMA CARGOS DE JUÍZ DE DIREITO COM ATRIBUIÇÕES DE AUXILIAR	ÇÃO DE
	TRANSEFORMA CARGOS NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO FEDERAL	LEI N. 15.352, DE	TRANSEFORMA CARGOS NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO FEDERAL. ALTER	IS DES
	TRATA DE DIVULGAÇÃO DO ANO DE FABRICAÇÃO DOS VEÍCULOS QUE FAZEM PARTE	LEI N. 8.608, 22.2.2022	TRATA DE DIVULGAÇÃO DO ANO DE FABRICAÇÃO DOS VEÍCULOS QUE FAZEM	PARTE
	UNIFORME (CONTROLE DA VENDA)	LEI N. 7.108, 8.10.2009	DISPÕE SOBRE O CONTROLE DA VENDA DE FARDAS E QUALQUER TIPO DE V	IO DISTIN
	UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL A ASSOCIAÇÃO DE FISIOTERAPIA DE ALAGOAS	LEI Nº 6.414	UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL A ASSOCIAÇÃO DE FISIOTERAPIA DE ALAGO	
	UTILIDADE PÚBLICA (RECONHECIMENTO)	LEI N. 5.880, DE	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO RECREATIVA DOS SUBT	ITOS DA P

Relatório de Grade

Seção de Informática

Baixar Arquivo	Assunto	Epigrafe	Ementa	Link Externo
	UTILIDADE PÚBLICA (RECONHECIMENTO)	LEI N. 6.481, 31.5.2004	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DOS OFICIAIS MILITARES	SOMAL E A
	UTILIDADE PÚBLICA (RECONHECIMENTO)	LEI N. 5.750, DE	CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA A "ASSOCIAÇÃO DOS CABOS E SOLDADO	R E CORP
	VADE-MÉCUM DE CERIMONIAL MILITAR DO EX	PORTARIA N	VADE-MÉCUM DE CERIMONIAL MILITAR DO EXÉRCITO Nº 01 - GUARDA DE HO	
	VADE-MÉCUM DE CERIMONIAL MILITAR DO EX	PORTARIA N	VADE-MÉCUM DE CERIMONIAL MILITAR DO EXÉRCITO Nº 02 - PASSAGEM DE C	
	VADE-MÉCUM DE CERIMONIAL MILITAR DO EX	PORTARIA N	VADE-MÉCUM DE CERIMONIAL MILITAR DO EXÉRCITO Nº 03 - HONRAS DE REC	A DE AUT
	VADE-MÉCUM DE CERIMONIAL MILITAR DO EX	PORTARIA N	VADE-MÉCUM DE CERIMONIAL MILITAR DO EXÉRCITO Nº 04 - GUARDA BANDE	
	VADE-MÉCUM DE CERIMONIAL MILITAR DO EX	PORTARIA N	VADE-MÉCUM DE CERIMONIAL MILITAR DO EXÉRCITO Nº 06 - ESCOLTA DE HC	ALA
	VADE-MÉCUM DE CERIMONIAL MILITAR DO EX	PORTARIA N	VADE-MÉCUM DE CERIMONIAL MILITAR DO EXÉRCITO Nº 07 - PRÁTICA DE CER	OLO
	VADE-MÉCUM DE CERIMONIAL MILITAR DO EX	PORTARIA N	VADE-MÉCUM DE CERIMONIAL MILITAR DO EXÉRCITO Nº 09 - HONRAS E INER	
	VADE-MÉCUM DE CERIMONIAL MILITAR DO EX	PORTARIA N	VADE-MÉCUM DE CERIMONIAL MILITAR DO EXÉRCITO Nº 10 - VALORES DEVE	RES.
	VALIDADE NACIONAL AS CARTEIRAS DE	LEI N. 7.116, 29.8.1983	ASSEGURA VALIDADE NACIONAL AS CARTEIRAS DE IDENTIDADE REGULA SU	OUTRAS PR
	VEDA A NOMEACÃO PARA OS CARGOS EM CO	LEI N. 8.135, 7.8.2019	VEDA A NOMEACÃO PARA OS CARGOS EM COMISSÃO DE LIVRE NOMEACÃO	PESSOAS
	VENDA E DO CONSUMO DE BEBIDAS ALCOÓL	LEI Nº 8.113	DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO E A REGULAMENTAÇÃO DA VENDA E DO CO	ALCOÓLIC
	VERBA DE CARÁTER INDENIZATÓRIO (APREH	DECRETO N. 17.760 DE	REGULAMENTA A LEI ESTADUAL Nº 7.313 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011 DISP	SSÃO DE
	VERBA DE CARÁTER INDENIZATÓRIO (APREH	LEI N. 7.398, 3.8.2012	ALTERA O § 5º DO ART. 1º DA LEI Nº 7.313 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011 QUE	ONCESSÃO
	VERBA DE CARÁTER INDENIZATÓRIO (APREH	LEI N. 7.550, DE	ALTERA O ANEXO I DA LEI ESTADUAL Nº 7.313 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011	A CONCE
	VERBA DE CARÁTER INDENIZATÓRIO (DIÁRIA)	LEI N. 6.274, 5.10.2001	DÁ NOVA REDAÇÃO AO ART. 35 DA LEI Nº 3.421 DE 20 DE DEZEMBRO DE 197	EI N.º 5.40
	VERBA DE CARÁTER INDENIZATÓRIO (PAGAM	LEI N. 7.335, 3.4.2012	ESTABELECE CRITÉRIOS PARA PAGAMENTO DE HORA TRABALHADA AOS INS	ACITAÇÃO
	VERBA DE CARÁTER INDENIZATÓRIO (SERVI	LEI N. 7.581, 7.2.2014	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO SERVIÇO VOLUNTÁRIO REMUNERADO NA POL	ORPO DE
	VERBA DE CARÁTER INDENIZATÓRIO (VERBA	DECRETO N. 30.018 DE	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE VERBA DE ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORE	TADO DE A
	VERBA DE CARÁTER INDENIZATÓRIO (VERBA	DECRETO N. 30.019 DE	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE VERBA PARA AQUISIÇÃO DE UNIFORME AO	TARES DO
	VISA POSSIBILITAR A JUNÇÃO DE MATRÍCULAS	LEI N. 8.328, DE	VISA POSSIBILITAR A JUNÇÃO DE MATRÍCULAS DE PROFESSORES ESTADUAIS	VIDÊNCIA